

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

GUILHERME GUSTAVO HOLZ PERONI

OS SENTIDOS DO SINDICALISMO NA REVISTA VEJA:
UM ESTUDO EM REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

VITÓRIA
2015

GUILHERME GUSTAVO HOLZ PERONI

OS SENTIDOS DO SINDICALISMO NA REVISTA VEJA:
UM ESTUDO EM REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Administração, sob orientação da Prof^a Dr^a Priscilla de Oliveira Martins da Silva.

VITÓRIA

2015

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

Peroni, Guilherme Gustavo Holz, 1985-
P453s Os sentidos do sindicalismo na revista Veja : um estudo em
representações sociais / Guilherme Gustavo Holz Peroni. – 2015.
197 f.

Orientador: Priscilla de Oliveira Martins da Silva.
Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade
Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Jurídicas e
Econômicas.

1. Sindicalismo. 2. Trabalho. 3. Representações Sociais. 4.
Mídias. I. Silva, Priscilla de Oliveira Martins da. II. Universidade
Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Jurídicas e
Econômicas. III. Título.

CDU: 65



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

**PPG
ADM**

Programa de
Pós- Graduação
em Administração

UFES

Mestrado e Doutorado

Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas

Programa de Pós - Graduação em
Administração

Av. Fernando Ferrari, 514 – Campus
Universitário - Goiabeiras

CEP. 290075.910-ES-Brasil-Telefax (27)

3335.7712

E-Mail ppgadm@gmail.com

www.ppgadm.ufes.br

“Os Sentidos do Sindicalismo na Revista Veja: Um Estudo em Representações Sociais”

Guilherme Gustavo Holz Peroni

*Dissertação apresentada ao Curso de
Mestrado em Administração da
Universidade Federal do Espírito Santo
como requisito parcial para obtenção do
Grau de Mestre em Administração.*

Aprovada em: 09/07/2015

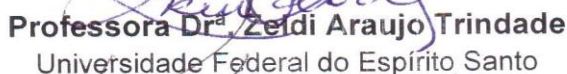
COMISSÃO EXAMINADORA



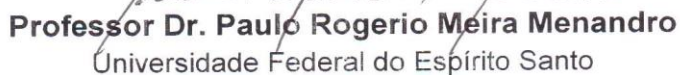
Professora Dr^a. Priscilla de Oliveira Martins da Silva
Universidade Federal do Espírito Santo



Professor Dr. Aníbal da Silva Junior
Universidade Federal do Espírito Santo



Professora Dr^a. Zeldi Araujo Trindade
Universidade Federal do Espírito Santo



Professor Dr. Paulo Rogerio Meira Menandro
Universidade Federal do Espírito Santo

Dedico este trabalho à minha mãe (in memoriam)

AGRADECIMENTOS

À minha família, que sempre me apoiou em todas as minhas decisões.

Aos meus amigos, pela torcida e motivação.

Aos colegas de trabalho, por toda a compreensão e paciência.

Aos colegas de mestrado, pelas conversas sobre os mais variados temas e pela companhia.

À minha orientadora, Priscilla de Oliveira Martins da Silva, pela atenção e disponibilidade, pelos direcionamentos e pela liberdade que me deu na elaboração da dissertação, com conversas sempre muito esclarecedoras.

Aos Professores Maria Cristina Smith Menandro, Paulo Rogério Meira Menandro e Zeidi Araújo Trindade do Programa de Pós-Graduação em Psicologia, pelas preciosas instruções.

Aos professores do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Administração da UFES, pela experiência e conhecimentos compartilhados.

A todos, os meus sinceros agradecimentos.

Como Cristo, dolente personificação da escravidão antiga, os homens, mulheres e crianças do proletariado sobem penosamente, há um século, o duro calvário da dor; há um século, o trabalho forçado quebra seus ossos, mata suas carnes, esmaga seus nervos; há um século, a fome retorce suas entranhas e alucina suas mentes!... Preguiça, tenha piedade de nossa longa miséria! Preguiça, mãe das artes e das virtudes nobres, seja o bálsamo das angústias humanas!

LAFARGUE, 1880

RESUMO

O sindicato dos trabalhadores é uma entidade que defende os direitos e os interesses dos trabalhadores. O sindicalismo brasileiro esteve presente em momentos históricos importantes do país, como por exemplo, no golpe a Vargas, no golpe militar de 1964 e no movimento de redemocratização e das Diretas Já (BOITO JR, 2005). Assim, torna-se fundamental analisar o contexto histórico, social, político e econômico em toda a sua amplitude para compreender as transformações das relações trabalhistas e do movimento sindical brasileiro. São diversos os sentidos do sindicalismo que circulam dentro de uma organização e, da mesma forma, na sociedade brasileira. Ademais, a mídia, integrada e atenta ao contexto político, social e econômico, também constrói e põe a circular sentidos e valores sobre o sindicalismo. Diante disso, a presente pesquisa tem como objetivo analisar os sentidos sobre o sindicalismo disseminados na Revista Veja, nos seguintes períodos históricos: Ditadura Militar (1968 a 1985); 4ª República ou redemocratização (1985 a 1990); Globalização e Neoliberalismo (1990 a 2002); Era Lula e atualidade (2003 a 2013). Justifica-se a escolha da Revista Veja como fonte de pesquisa devido a sua permanência, continuidade e representatividade no contexto brasileiro. A Teoria das Representações Sociais foi adotada como base para as análises realizadas. O delineamento metodológico utilizado foi o da abordagem qualitativa. Foi realizada uma pesquisa documental, cuja estratégia de coleta de dados foi a consulta a textos jornalísticos. Foram pesquisadas 161 edições da Revista Veja e 331 artigos foram selecionados para análise. A partir dos dados coletados foram construídas 46 categorias de análise, que posteriormente foram organizadas em 12 eixos temáticos. Os resultados indicaram uma pluralidade de sentidos disseminados pela Revista Veja sobre o sindicalismo. No período da ditadura militar, as relações de trabalho da época foram consideradas como um fator para o ressurgimento da luta sindical e para o fortalecimento do sindicalismo, e em contrapartida, ocasionaram os conflitos entre governo e sindicatos. O novo sindicalismo surgiu durante a ditadura militar com uma postura radical e esquerdista e foi fortemente combatido pelo governo ditatorial, no entanto, foram inseridos positivamente num conjunto de entidades e sujeitos importantes para a reabertura política e a implantação e desenvolvimento da democracia no Brasil. Com o movimento neoliberal, as relações trabalhistas foram relatadas como fator da crise do sindicalismo. Os sindicatos, em alguns casos,

tiveram que aceitar a redução salarial para a manutenção do emprego. A partir disso, constatou-se uma intensificação dos sentidos negativos atribuídos ao sindicalismo na atualidade, como o peleguismo, apoio sindical ao governo, abandono dos interesses da base, financiamento ilegal de candidaturas políticas, corrupção e corporativismo. A disseminação do novo sindicalismo e do sindicalismo na atualidade foi associada principalmente à figura de Luiz Inácio Lula da Silva. Por fim, acredita-se que a análise dos dados, por meio do uso do quadro teórico das RS e, especificamente dos conceitos de ancoragem e objetivação, proporcionou um aprofundamento na história do sindicalismo e em suas significações e sentidos.

Palavras-chave: Sindicalismo. Trabalho. Mídias. Representações Sociais

ABSTRACT

Trade union is an organization, which defends the rights and interests of workers. Unionism in Brazil was present at important historical moments of the country, such as in the Vargas coup, the military coup of 1964 and the movement of democratization and the so-called *Diretas já* (Direct Elections Now) movement. (BOITO JR, 2005). Thus, it is essential to analyze the historical, social, political and economic context in all its magnitude to understand the transformations of labor relations and the Brazilian trade union movement. There are several ways of unionism circulating within an organization and, similarly, in Brazilian society. Moreover, the media, integrated and attentive to the political, social and economic context, also builds and spreads meanings and values of trade unionism. Therefore, the present study aims to analyze the senses about the disseminated unionism in *Veja* magazine, the following historical periods: military dictatorship (1968-1985); 4th Republic or re-democratization (1985-1990); Globalization and Neoliberalism (1990-2002); the Lula era and the present time (2003-2013). The choice of *Veja* magazine as a source of research is justified by its permanence, continuity and representation in the Brazilian context. The Theory of Social Representations was adopted as the basis for analysis. The methodological design was a qualitative approach. Desk research was carried out, where data collection strategy was used to consult the journalistic texts. 161 editions of *Veja* magazine were surveyed and 331 articles were selected for analysis. The collected data was sorted into 46 categories of analysis, which were later organized into 12 themes. The results indicated a plurality of senses disseminated by *Veja* magazine on trade unionism. During the military dictatorship, the labor relations of the time were considered as a factor in the resurgence of trade union struggle and the strengthening of trade unionism, and in turn, led to conflicts between the government and unions. The new unionism emerged during the military dictatorship with a radical and leftist stance and was strongly opposed by the dictatorial government, however, were inserted positively in a number of important entities and subject to political reopening and the implementation and development of democracy in Brazil. With the neoliberal movement, labor relations have been reported as a factor of union crisis. The unions, in some cases, had to accept the salary reduction for maintenance of employment. From that period on, there was an intensification of negative meanings attributed to labor unions nowadays, as

peleguismo, union support for the government, abandoning the interests of the base, illegal funding of political candidates, corruption and corporatism. The spread of the new unionism and unionism today was mainly associated with the figure of Luiz Inacio Lula da Silva. Finally, it is believed that the analysis of the data, by using the theoretical framework of the RS and specifically the anchoring concepts and objectification, brought and insight into the history of trade unionism and in its meanings and senses.

Keywords: Unionism. Work. Media. Social Representations

LISTA DE TABELAS

TABELA I – CONSTRUÇÃO DOS EIXOS TEMÁTICOS.....	96
TABELA II – MAPEAMENTO DOS EIXOS TEMÁTICOS	97
TABELA III – MAPEAMENTO DAS LEITURAS POSITIVAS OU NEGATIVAS DA ATUAÇÃO SINDICAL	100
TABELA IV – LISTA DAS CATEGORIAS REINCIDENTES	103
TABELA V - LISTA DAS CATEGORIAS QUE OCORRERAM APENAS UMA VEZ	104
TABELA VI – LISTA DOS EIXOS TEMÁTICOS POR PERÍODO HISTÓRICO.....	105

SUMÁRIO

1 - INTRODUÇÃO	14
1.1- CONTEXTUALIZAÇÃO	14
1.2- OBJETIVOS	20
1.2.1- Objetivo geral	20
1.2.2- Objetivos específicos	21
1.3- RELEVÂNCIA E CONTRIBUIÇÕES	21
2 - AS TRANSFORMAÇÕES DO MUNDO DO TRABALHO	25
2.1 – OS PRIMÓRDIOS DA ORGANIZAÇÃO CAPITALISTA: O PEQUENO BURGUESES	25
2.2 – O GERENCIALISMO	27
2.3 – O TOYOTISMO E O DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO	34
2.4- ALGUMAS QUESTÕES ATUAIS DO MUNDO DO TRABALHO	37
3- HISTÓRIA ECONÔMICA BRASILEIRA: FINAL DO SÉCULO XIX ATÉ O INÍCIO DO SÉCULO XXI	42
4 - O SINDICALISMO NO BRASIL	49
4.1 – A PRIMEIRA REPÚBLICA (1889 a 1930)	50
4.2 – O PERÍODO VARGAS (1930 a 1945)	52
4.3 – O PERÍODO DEMOCRÁTICO (1946 a 1964)	55
4.4 – A DITADURA MILITAR (1964 a 1985)	57
4.5 – A QUARTA REPÚBLICA OU REDEMOCRATIZAÇÃO (1985 a 1990)	61
4.6 – GLOBALIZAÇÃO E NEOLIBERALISMO (1990 a 2002)	63
4.7- ERA LULA E ATUALIDADE (2003 a 2013)	66
4.8- A CRISE DO SINDICALISMO E TENDÊNCIAS ATUAIS	69
5- A TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS	72
5.1- O SURGIMENTO DA TRS	72
5.2- A TRS COMO UMA PERSPECTIVA INOVADORA DA PSICOLOGIA SOCIAL	74
5.3- REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: CONCEITOS E PROCESSOS FORMADORES	76

5.4- A MÍDIA COMO ESPAÇO DE CIRCULAÇÃO DE REPRESENTAÇÕES SOCIAIS	81
6- METODOLOGIA	86
6.1- DOS PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS	86
6.1.1- A Revista Veja	89
6.2- DOS PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DOS DADOS	91
7- RESULTADOS	96
7.1- EIXOS TEMÁTICOS DO 1º PERÍODO: DITADURA MILITAR (11 DE SETEMBRO DE 1968 A 14 DE MARÇO DE 1985).....	105
7.2 - EIXOS TEMÁTICOS DO 2º PERÍODO: 4ª REPÚBLICA (15 DE MARÇO DE 1985 A 14 DE MARÇO DE 1990).....	122
7.3- EIXOS TEMÁTICOS DO 3º PERÍODO: GLOBALIZAÇÃO E NEOLIBERALISMO (15 DE MARÇO DE 1990 A 31 DE DEZEMBRO DE 2002).130	
7.4- EIXOS TEMÁTICOS DO 4º PERÍODO: ERA LULA E ATUALIDADE (1º DE JANEIRO DE 2003 A 2013)	142
8- DISCUSSÃO	157
9- CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	179
REFERÊNCIAS.....	181

1 - INTRODUÇÃO

1.1- CONTEXTUALIZAÇÃO

O sindicato é uma entidade munida de força nas relações com o patrão de certa forma que o trabalhador sozinho não possuiria (CASTRO, 2007). Daí a importância dos sindicatos na defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores. O sindicato pode ser definido como uma “[...] associação profissional de pessoas da mesma atividade, cujos interesses visa defender [...]” (CASTRO, 2007, p. 99). Os sindicatos surgiram na França e na Inglaterra no século XIX e nos Estados Unidos no século XX, em um momento em que as condições de trabalho eram excessivamente degradantes. A união dos trabalhadores conseguiu frear os avanços do capitalismo sobre o trabalhador (INÁCIO, 2007).

Segundo Boito Jr (2005), o sindicalismo é caracterizado pela negociação entre trabalhador e proprietário. Tal negociação só é possível quando o trabalhador é reconhecido como cidadão livre e possuidor de direitos civis, como por exemplo, o direito a remuneração em contrapartida aos serviços prestados ao empregador. Entretanto, até o século XIX a economia brasileira era baseada nas relações escravistas. Apenas com a abolição da escravidão no ano de 1888 que aumentou o trabalho assalariado mais especificamente nos centros urbanos. Assim, “[...] foi a abolição da escravidão que abriu o caminho para o sindicalismo [...]” (BOITO JR, 2005, p. 268). No entanto, até a Primeira Guerra Mundial, a economia brasileira ainda era baseada principalmente na atividade agrária e a maioria dos trabalhadores rurais era subordinada aos proprietários de terra (BOITO JR, 2005).

Durante o período Vargas, com o argumento de promover o desenvolvimento do país, a legislação trabalhista foi aperfeiçoada e o associacionismo operário foi regulamentado, tornando os sindicatos dependentes da burocracia estatal (CARDOSO, 2002). Neste contexto, o corporativismo desenvolvido por Vargas transferiu para as estruturas do Estado o conflito entre capital e trabalho, proporcionando um *status* público aos interesses do operariado (CARDOSO, 2002). Segundo Cardoso (2002), Vargas fundamentou-se na “[...] Carta del Lavoro do fascismo italiano para fundar um sistema corporativo de relações entre

capital e trabalho, sistema que manteve sua espinha dorsal até pelo menos a Constituição de 1988 [...]” (CARDOSO, 2002, p. 16).

O movimento sindical brasileiro sempre esteve presente nas relações políticas. O golpe militar de 1964, por exemplo, “[...] foi apresentado pelos próprios golpistas como uma medida preventiva contra a implantação de uma suposta ‘República Sindicalista’ (BOITO JR, 2005, p. 273). Em contrapartida, os sindicatos sempre foram disciplinados por estatutos legais, com exceção de alguns curtos períodos históricos, o que sempre ocasionou a supervisão e até mesmo o controle do Estado sobre os sindicatos (BOITO JR, 2005).

O período da ditadura militar foi marcado pelo assistencialismo, proibição das greves e perseguição de lideranças sindicais (CARDOSO, 2002; QUEIROZ, 2007). Assim, com exceção de poucos casos isolados, não ocorreram atividades sindicais significativas no Brasil até 1978. Neste contexto, as relações de trabalho do período se caracterizam pela exploração dos trabalhadores (CARDOSO, 2002).

Em 1978, surge o “novo sindicalismo” em meio ao movimento de renovação do sindicalismo brasileiro, que se deu principalmente a partir da mobilização dos trabalhadores metalúrgicos do ABC paulista (CARDOSO, 2002). Para Santana (2002), o sindicalismo viveu um período de ascensão, beneficiado principalmente pelos problemas econômicos vivenciados no Brasil, como a elevada inflação e o desejo de abertura democrática. Segundo Cardoso (2002), neste período ocorreram diversas greves por reposição salarial na região do ABC e, posteriormente, em vários setores nacionais. Estas greves também deram início ao movimento de contestação da ditadura militar, ou seja:

[...] a sociedade civil emergente tomou o ressurgimento do conflito operário como o carro guia da contestação ao regime militar, e as greves por reposição salarial que se seguiram às de 1978 ganharam um caráter de contraposição político-social ao regime [...] (CARDOSO, 2002, p. 27).

Para Castro (2007), o sindicalismo passou por um período de opressão e submissão durante o regime militar. Novamente percebeu-se a presença do corporativismo estatal, que começou a ser questionado apenas a partir do surgimento do novo sindicalismo e com a redemocratização nas décadas de 1970 e 1980 (FERRAZ, 2014). Como consequência, diversos elementos de liberdade democrática e alterações da estrutura sindical foram incorporados à Constituição de

1988, como por exemplo, a restrição da intervenção do governo nos sindicatos, o direito à greve e a liberdade de associação profissional ou sindical (FERRAZ, 2014).

Com o advento da globalização e do neoliberalismo na década de 1990, verificam-se transformações no modelo de acumulação capitalista que tiveram como consequências mudanças em diversos seguimentos da organização trabalhista e, posteriormente, ocasionaram a crise do sindicalismo (SANTOS, 2006). Dufor e Hege (2010) argumentam que a crise do sindicalismo está intimamente relacionada à perda de legitimidade interna do sindicato, em que ocorre a falta de identificação dos trabalhadores com a organização sindical. Além do enfraquecimento e perda de legitimidade das organizações sindicais, existem diversos fatores para a crise do sindicalismo. Tais fatores estão relacionados principalmente às transformações do modo de produção capitalista, e, conseqüentemente, aos efeitos das transformações sobre as formas de organização dos trabalhadores, sob uma perspectiva ampla, processual e histórica (SANTOS, 2006). Como afirma Antunes (2011), após o início da década de 1980, as relações de trabalho, assim como a maneira de ser, as representações do que seja o sindicalismo e a consciência de classe dos trabalhadores foram influenciadas pelas transformações do sistema capitalista e pelos desenvolvimentos científicos, tecnológicos e sociais, como, por exemplo, o desenvolvimento da robótica, da automação e da microeletrônica (ANTUNES, 2011).

Antunes (2011) ainda destaca alguns pontos específicos do mundo do trabalho que contextualizam a atual crise do sindicalismo: (1) as relações de trabalho estão cada vez mais individualizadas. Isto se constitui num elemento essencial para o desenvolvimento do sindicalismo de empresa; (2) a filosofia de desregulamentação e flexibilização do mercado de trabalho, privilegiando principalmente a terceirização; (3) a adoção do sindicalismo de participação pela maioria dos sindicatos dos países capitalistas nos últimos anos; (4) a burocratização e institucionalização dos sindicatos, ou seja, o distanciamento dos movimentos sociais autônomos e maior proximidade com as ações integradas às normas, regras e leis para a obtenção de maior legitimidade; e (5) a ideologia capitalista que menospreza as manifestações de esquerda.

No entanto, inspirado no crescimento do número de sindicatos e da quantidade de trabalhadores sindicalizados nas décadas de 1990 e 2000, Ferraz (2014) afirma que o sindicalismo encontra-se vivo e fortalecido nos dias atuais. Boito

Jr (2005) também afirma que há um equívoco ao se sustentar o argumento de que o sindicalismo entrou em um declínio irreversível na década de 1990. Ferraz (2014) demonstra que durante o governo Lula os sindicatos obtiveram algumas conquistas, como o direito de participar de conselhos de políticas públicas, política de valorização do salário mínimo e do emprego. O autor ainda afirma que, apesar do grande número de centrais sindicais no Brasil nos dias atuais, há certa concentração do movimento sindical na CUT e na Força Sindical. Castro (2007) afirma que atualmente “[...] duas centrais disputam a preponderância: a Força Sindical e a CUT. Aquela se orienta pela negociação (‘sindicalismo de resultados’), enquanto esta opta pela confrontação e pela luta” (CASTRO, 2007, p. 110).

Neste contexto, acentua-se a importância e a influência do sindicalismo na política, na sociedade, na economia e nas relações de trabalho, assim como a influência destes no sindicalismo. Isso porque, como afirma Singer (2014), as ações humanas na política, na economia e na sociedade estão condicionadas de forma recíproca. Assim, torna-se importante discutir as transformações do mundo trabalho e as conseqüentes mudanças ocorridas nos processos produtivos e na subjetividade dos trabalhadores (ANTUNES, 2011) para compreender a evolução do sindicalismo.

A partir de uma análise crítica, compreende-se que os Estudos Organizacionais (EO), desde os seus primórdios, respondem historicamente ao sistema social dominante. No contexto capitalista, o controle e a hierarquia são fundamentais para a manutenção dos sistemas gerenciais (TRAGTENBERG, 1974). Estes são praticados de diversas formas e adaptados ao momento social e econômico da sociedade, com o objetivo de atender à acumulação capitalista (TRAGTENBERG, 1974). Por isso, administrar envolve diversas relações de poder, controle e racionalização (TRAGTENBERG, 1974), que de certa forma influenciam os movimentos sindicais (ANTUNES, 2011).

Neste ponto, ressalta-se que será adotada neste trabalho a concepção de EO explicitada por Reed (1999), baseado na visão de Gouldner (1980), de que “[...] tanto o processo quanto o produto da teoria devem ser vistos como um ‘processo’ de ação e criação realizado por pessoas num período histórico específico [...]” (REED, 1999, p. 64). Considera-se que o campo dos EO está em constante (re)construção, de forma processual e contíguo ao período histórico, social e cultural, assim como é

formado por uma diversidade de “modelos interpretativos” e de desenvolvimentos intelectuais (REED, 1999).

Assim, Reed (1999) afirma que no universo dos EO existem diversos paradigmas e modelos teóricos que buscam explicar uma diversidade de assuntos e questões que lhes dizem respeito. No entanto, grande parte dos trabalhos realizados no campo dos EO tem sido influenciada principalmente pelo racionalismo. Desta forma, estes estudos possuem orientação instrumental, em que se busca por meio do gerenciamento e da manipulação dos comportamentos organizacionais alcançar alguns objetivos como o aumento da capacidade administrativa e dos ganhos de produtividade (REED, 1999).

Neste contexto, Clegg e Hardy (1999) relatam a predominância da perspectiva funcionalista nos EO na década de 1960. Segundo os autores, a pesquisa funcionalista “[...] enfatiza o consenso e a coerência, em vez do conflito, dissenso e operações de poder [...]” (CLEGG; HARDY, 1999, p. 28). Além disso, na abordagem funcionalista, a organização é vista como um sistema, a tomada de decisão é feita de forma racional e a administração é baseada na definição e cumprimento de metas (CLEGG; HARDY, 1999). No entanto, existem diversas abordagens alternativas, que desafiam a predominância do funcionalismo (CLEGG; HARDY, 1999). Além do paradigma funcionalista, Burrell e Morgan (2005) apresentam outras possibilidades de análise organizacional, sistematizadas nos seguintes paradigmas: o interpretativista, o humanista radical e o estruturalista radical. Além disso, os autores criticam de certa forma a predominância e a insuficiência do paradigma funcionalista na pesquisa organizacional.

Este estudo considera que os conhecimentos desenvolvidos há mais de meio século dentro da Psicologia Social podem enriquecer os EO. Como afirma Almeida (2009), observa-se atualmente uma diversidade de áreas do conhecimento que se valeram da TRS, como a Saúde, Geografia, História, Sociologia, Educação, Serviço Social e Comunicação. Além disso, a TRS aproxima-se do paradigma interpretativista ao lidar com a subjetividade. Isso porque o propósito da TRS é estudar e compreender o pensamento social. Em outras palavras, a TRS tem como questão compreender as normas, crenças, valores, sentidos, pensamentos, comportamentos e ideologias que atravessam o pensamento social e individual (JODELET, 2005). Acentua-se que nesta pesquisa adotou-se o arcabouço teórico da

TRS com o objetivo de estudar um dentre os vários elementos das representações sociais do sindicalismo, que são os sentidos do sindicalismo que circulam na sociedade brasileira.

A Teoria das Representações Sociais foi elaborada por Moscovici em 1961 e tem como principal objetivo compreender o pensamento social. Desta forma, o estudo do senso comum tornou-se indispensável para a compreensão das interações sociais e das práticas sociais, pois os indivíduos ou grupos agem e tomam posição a partir da sua “visão de mundo” (ABRIC, 2000). A TRS propõe que toda a realidade é representada, isto é, a realidade é “[...] reapropriada pelo indivíduo ou pelo grupo, reconstruída no seu sistema cognitivo, integrada no seu sistema de valores, dependente de sua história e do contexto social e ideológico que o cerca” (ABRIC, 2000, p. 27). Assim, a representação social organiza a realidade do indivíduo e orienta as práticas individuais e a dinâmica das relações sociais (ABRIC, 2000).

Para Moscovici (2009), a principal função das representações sociais é tornar o não familiar em familiar. Esta função é possível graças aos processos formadores de uma representação social: a objetivação e a ancoragem. A objetivação consiste no processo de tornar um esquema conceitual em algo real, material e concreto (MOSCOVICI, 2009). Já a ancoragem é o processo de classificação de algo estranho e perturbador para o sujeito, inserindo-o numa das categorias já utilizadas por ele (MOSCOVICI, 2009). Trindade, Souza e Almeida (2014) esclarecem que por meio da ancoragem o indivíduo classifica e assimila um novo objeto a um sistema de categorias familiar pré-existente, de acordo com o seu sistema de valores e a sua inserção social. Assim, um novo objeto “[...] é ancorado quando ele passa a fazer parte de um sistema de categorias já existentes, mediante alguns ajustes” (TRINDADE; SOUZA; ALMEIDA, 2014, p. 146).

Jodelet (2001) afirma que as representações sociais “[...] circulam nos discursos, são trazidas pelas palavras e veiculadas em mensagens midiáticas, cristalizadas em condutas e em organizações materiais e espaciais [...]” (JODELET, 2001, p. 17-18). Assim, ao abrir-se a possibilidade de observar as representações sociais na mídia, pretende-se neste trabalho, por meio do arcabouço teórico e conceitual da TRS, analisar um importante mecanismo de disseminação de RS, que são os meios de comunicação de massa. Aliás, o estudo da mídia está ligado ao

próprio nascimento da Teoria das Representações Sociais. Em sua obra seminal, *La Psychanalyse, son image e son public*, publicada em 1961, Moscovici buscou analisar as novas significações adquiridas pela psicanálise após ter sido disseminada no pensamento social por intermédio dos meios de comunicação (MOSCOVICI, 2009).

Diante desse panorama, em que o sindicalismo faz-se importante nas relações trabalhistas e devido à possibilidade de realização de pesquisa que analise a disseminação de RS nos meios de comunicação, este estudo evidencia a necessidade de se conhecer os sentidos disseminados pela mídia impressa do Brasil sobre o sindicalismo, mais especificamente pela Revista Veja¹. Justifica-se a escolha da Veja como fonte de pesquisa principalmente devido a sua permanência, continuidade e representatividade no contexto brasileiro. Com isso, temos a seguinte problemática de pesquisa: quais são os sentidos disseminados pela Revista Veja sobre o sindicalismo no período de 1968 a 2013?

1.2- OBJETIVOS

1.2.1- Objetivo geral

Este estudo tem como objetivo analisar os sentidos sobre o sindicalismo disseminados na Revista Veja, nos seguintes períodos históricos: Ditadura Militar (1968 a 1985); 4ª República ou redemocratização (1985 a 1990); Globalização e Neoliberalismo (1990 a 2002); Era Lula e atualidade (2003 a 2013).

¹ A Revista Veja também foi nomeada como “Veja” ou “Revista” na presente dissertação.

1.2.2- Objetivos específicos

Fazem parte dos objetivos específicos desta pesquisa:

- (a) discutir os diferentes posicionamentos da Revista Veja sobre determinados assuntos referentes ao sindicalismo;
- (b) mapear permanências e mudanças, continuidades e descontinuidades dos sentidos do sindicalismo produzidos e partilhados pela Revista Veja;
- (c) relacionar os discursos da Revista Veja sobre o sindicalismo com as características das relações de trabalho de cada época;
- (d) discutir os processos de objetivação e ancoragem das RS do sindicalismo na Revista Veja;
- (e) analisar os protótipos do sindicalista e os personagens exemplares do sindicalismo.

1.3- RELEVÂNCIA E CONTRIBUIÇÕES

Além das questões já levantadas, o presente estudo é relevante por potencializar um alargamento do olhar sobre a história do sindicalismo e suas significações e sentidos. Além disso, o sindicato é um produto do capitalismo, responsável por representar os interesses dos trabalhadores, tendo em vista que o trabalhador individualmente alcançaria resultados insatisfatórios perante o empregador e o governo (LOBOS, 1988). Como afirma Inácio (2007, p. 11), o sindicalismo é “[...] o instrumento que institui a paz social através da possibilidade de destituir a desigualdade [...]”. Desta forma, parte-se do pressuposto de que é essencial uma nação possuir sindicatos fortes para a melhoria das relações de trabalho e para o alcance de benefícios e acordos que privilegiem a coletividade. Todos os direitos trabalhistas atuais que os trabalhadores possuem foram conquistados por meio das lutas dos sindicalistas (INÁCIO, 2007). Queiroz (2007) também explora a importância do movimento sindical para a classe trabalhadora:

O movimento sindical como instrumento de defesa dos direitos e interesses da coletividade em geral, e da classe trabalhadora, em particular, foi uma das invenções mais criativas da humanidade. De um lado porque permite a distribuição de renda de forma negociada, dentro do regime democrático no sistema capitalista e, de outro, porque reconhece a existência do conflito e permite a sua solução de forma civilizada, mediante regras e procedimentos que dêem um mínimo de equidade aos entendimentos entre patrões e empregados (QUEIROZ, 2007, p. 19).

Além disso, acentua-se a importante participação e influência do movimento sindical na política e nos rumos econômicos do Brasil. O sindicalismo brasileiro esteve presente em momentos históricos importantes do país, como por exemplo, no golpe a Vargas, no golpe militar de 1964 e no movimento de redemocratização e das Diretas Já (BOITO JR, 2005). Daí a importância de se analisar todo o contexto histórico, social, político e econômico em toda a sua amplitude para compreender as transformações das relações trabalhistas e do movimento sindical brasileiro.

Destarte, o sindicalismo também está intimamente ligado à evolução das relações trabalhistas no Brasil. Dentro de uma organização, são diversas as reações dos trabalhadores, gerentes e executivos e demais membros perante as ações dos sindicatos, podendo alguns indivíduos serem favoráveis ao sindicato e outros contrários (LOBOS, 1988). Desta forma, são diversos os sentidos do sindicalismo que circulam dentro de uma organização e, da mesma forma, na sociedade brasileira. Ademais, a mídia, integrada e atenta ao contexto político, social e econômico, também constrói e põe a circular sentidos e valores sobre o sindicalismo. Assim, este estudo é relevante por promover uma análise das informações sobre o sindicalismo disseminadas em determinados períodos históricos, contribuindo, assim, para a compreensão de como os sentidos do sindicalismo foram construídos historicamente pela Revista Veja, responsável por produzi-los e disponibilizá-los ao seu público consumidor. Cabe destacar a escassez de estudos realizados nessa área e, portanto, a importância do desenvolvimento de estudos sobre as diversas dimensões do sindicalismo, mundo do trabalho e mídia.

Com isso, tem-se neste trabalho como proposição que os meios de comunicação de massa disseminam, de certa forma, valores, sentidos e ideologias sobre o sindicalismo. Assim, vale ressaltar que a intenção do presente estudo é contribuir para a sistematização das RS que circulam em uma parte da mídia brasileira sobre o sindicalismo. São sabidas as limitações e inconsistências da

presente iniciativa, todavia, acredita-se ser um estudo importante para a realização de algumas apreciações sobre essa temática.

Destaca-se também a importância do presente trabalho por articular as abordagens sindicalismo e trabalho com a TRS. Essa articulação pode contribuir com os EOs na medida em que apresenta novas formas de compreender e analisar o processo de construção do pensamento social e individual. A Administração, desde sua origem, utiliza-se dos conhecimentos de outras áreas de estudo para compreender os fenômenos organizacionais cada vez mais diversificados e complexos (CORREA ET AL., 2007).

Em uma recente pesquisa em periódicos e anais de congressos da Administração, constatou-se que diversos estudos articulando a TRS já foram realizados dentro dos EOs. Foi realizado um levantamento² dos artigos publicados nos últimos 11 (onze) anos em periódicos nacionais da grande área Administração cadastrados no sistema Qualis Capes que tiveram a qualificação A1, A2, B1 e B2 e artigos publicados em eventos da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração. Assim, constatou-se que no período de 2001 a 2012 foram publicados 18 (dezoito) artigos em periódicos e 44 (quarenta e quatro) artigos em anais de congressos. Nestes trabalhos foi articulada a TRS com os EOs para analisar diversos tipos de fenômenos sociais como, por exemplo, gênero, gestão de pessoas, trabalho, mídia, consumo, ética, subjetividade e estratégia e táticas no cotidiano. No entanto, não foram encontrados estudos com objetivos similares ao da presente pesquisa.

Para o atendimento dos objetivos traçados, este trabalho está organizado da seguinte maneira: a segunda seção apresenta as transformações do mundo do trabalho. Na terceira seção é apresentado o histórico da evolução da economia brasileira. Na quarta seção são apresentados os principais conceitos e características do sindicalismo e um histórico do sindicalismo no Brasil. Na sequência, são apresentados na quinta seção os fundamentos teóricos da TRS. Na sexta seção é apresentado o método utilizado na pesquisa. Por fim, são

² Os dados que serão apresentados a seguir são oriundos de um projeto de pesquisa maior, intitulado “A Teoria das Representações Sociais na Administração e nos Estudos Organizacionais”, que tem como objetivo analisar como a TRS tem sido utilizada na Administração e nos EOs.

apresentados os resultados da pesquisa e a discussão e análise dos dados na sétima e oitava seção, respectivamente.

2 - AS TRANSFORMAÇÕES DO MUNDO DO TRABALHO

A seguir, com o objetivo de contextualização, será apresentado um histórico das transformações do mundo do trabalho, em que se identificam os três espíritos do capitalismo traçados por Boltanski e Chiapello (2009), quais sejam: o primeiro aliado à figura do pequeno burguês, quando surgem as primeiras fábricas; o segundo refere-se ao gerencialismo, período em que as organizações cresceram excessivamente e houve a necessidade de contratar o dirigente assalariado, e desta forma o proprietário da empresa delega o poder de decisão; e o terceiro espírito que se relaciona ao surgimento das novas tecnologias. Faria (2007) também sugere três divisões no processo de transformação do mundo do trabalho, denominadas como “três fases cumulativas”:

O controle sobre o processo de trabalho no capitalismo assume, portanto, três fases cumulativas: (i) simples, cuja ênfase é principalmente, mas não exclusivamente, sobre a divisão técnica do trabalho, a jornada de trabalho e a quantidade produzida; (ii) expandida, cuja ênfase é principalmente, mas não exclusivamente, sobre a função da produção (relação tempo e movimento), caracterizada pela divisão entre trabalho manual e trabalho mental e pela centralização da autoridade em uma cadeia de comando burocrática. Esta fase é conhecida como taylorismo-fordismo; (iii) sofisticada, cuja ênfase é principalmente, mas não exclusivamente, sobre a subjetividade dos trabalhadores pela atribuição de responsabilidade e criação de equipes participativas de trabalho, caracterizada pela diminuição na cadeia de comando e pela centralização da autoridade nas gerências. Esta fase é conhecida como toyotismo, produção enxuta, produção flexível [...] (FARIA, 2007, p. 207).

Por fim, também serão apresentados alguns aspectos sobre o mundo do trabalho no contexto brasileiro. Também será apresentada a atual crise do mundo do trabalho, principalmente com relação à alienação material e subjetiva dos trabalhadores (FARIA, 2007).

2.1 – OS PRIMÓRDIOS DA ORGANIZAÇÃO CAPITALISTA: O PEQUENO BURGUEÊS

Nos primórdios da organização capitalista, a propriedade pertencia diretamente a uma pessoa ou a um pequeno grupo de investidores, que geralmente eram responsáveis pelo controle do sistema produtivo (BRAVERMAN, 1974; FARIA, 2007). Assim, era necessário que pelo menos uma pessoa (o proprietário ou apenas

um indivíduo do grupo de investidores) tivesse os conhecimentos necessários. Com isso, a organização muitas vezes era confundida com a figura dessa pessoa (FARIA, 2007), como ainda ocorre nos dias atuais em alguns pequenos e médios empreendimentos em que, de certa forma, o presidente da organização deixa a sua marca, valores e ideologias como legado.

Neste período, os “[...] capitalistas eram detentores legais e reais do capital. Dito de outra forma, eram os donos do capital e igualmente das relações de propriedade econômica e das relações gerais de troca [...]” (FARIA, 2007, p. 206). Por serem os detentores do capital, os capitalistas assumiram as funções de gerência, que inicialmente possuía contornos rudimentares (BRAVERMAN, 1974). No princípio, as relações de troca, as regras e as normas de aprendizado e remuneração eram compatíveis com as relações feudais de produção. Tais relações foram processualmente remodeladas para o tipo de contrato de trabalho livre entre vendedor e comprador da força de trabalho (BRAVERMAN, 1974).

No entanto, inicialmente os capitalistas não controlavam totalmente as relações de posse, pois os trabalhadores detinham o saber fazer, o conteúdo do trabalho e os saberes de ofício e instrumental (FARIA, 2007). Mesmo com todo o sistema repressivo da época, os trabalhadores tinham certa autonomia, dominavam os conhecimentos e controlavam o ritmo do processo produtivo (FARIA, 2007). O trabalho era visto como uma mercadoria e geralmente o trabalhador realizava suas atividades em seu domicílio. O pagamento era feito por unidade produzida, que podia ser por tarefa ou por subcontrato (BRAVERMAN, 1974). O sistema domiciliar dificultava uma maior divisão do trabalho (BRAVERMAN, 1974) e somente os trabalhadores dominavam as máquinas, ferramentas e equipamentos, o que dificultava a supervisão (FARIA, 2007).

A emergência da 2ª Revolução Industrial ocasionou o deslocamento de capitais do campo para a cidade, o emprego de trabalhadores rurais e de mulheres e crianças em condições precárias, a substituição da manufatura pelas indústrias e diversas modificações nas condições de produção (TRAGTENBERG, 1974). Assim, durante a segunda metade do século XVIII, a Inglaterra passou por um vigoroso processo de desenvolvimento e transformação que se propagou por vários países capitalistas (TRAGTENBERG, 1974). Com o advento das máquinas a vapor, desenvolveu-se a produção em larga escala e a substituição do trabalhador pelas máquinas, com o objetivo de obter lucros cada vez maiores (ANTUNES, 1989).

Neste contexto, grande parte da mão-de-obra viu-se desempregada, o que ocasionou diversas revoltas dos trabalhadores, como, por exemplo, a perseguição de alguns inventores e a destruição de suas máquinas (ANTUNES, 1989). Além disso, este foi um período de intensa exploração do trabalhador:

[...] O capitalismo iniciava um processo que ainda haveria de desenvolver, mas já trazia consigo toda uma gama de transtornos sociais, como a superexploração do trabalho, que atingia até 16 horas por dia, a exploração das mulheres e das crianças, o trabalho sem condições mínimas de salubridade, além de aglomeração da população operária em locais sem as mínimas condições de vida e habitação (ANTUNES, 1989, p. 16).

Com o desenvolvimento dos processos produtivos e o consequente crescimento das organizações, o número de trabalhadores também aumenta consideravelmente, e, desta forma, surge a necessidade do capitalista contratar gerentes e supervisores para o controle sobre as relações de posse e sobre o conteúdo do trabalho (FARIA, 2007). Neste contexto, surge a Administração Científica, ou seja, surge o taylorismo com a proposta de dissociação entre trabalho mental e trabalho manual. Os conhecimentos sobre o processo produtivo são expropriados do trabalhador, que a partir de então, deverá executar as orientações ditas científicas dos gestores e especialistas (FARIA, 2007). Como afirma Tragtenberg (1974, p. 70) o “[...] crescimento da dimensão da empresa irá separar funções de direção, de funções de execução [...]”, ou seja, com o surgimento dos grandes monopólios ocorre a divisão do trabalho entre os que pensam e os que executam.

2.2 – O GERENCIALISMO

Os trabalhos de Taylor, Fayol e Ford inauguraram este período. Seus estudos tinham como objetivo a domesticação do homem para atender ao pensamento social e filosófico da época. Desta forma, insistiam na necessidade da manutenção da ordem, do controle, da hierarquia, da disciplina, por meio da racionalização e coerção (TRAGTENBERG, 1974). Tais estudiosos foram responsáveis pelo desenvolvimento de diversas ferramentas para a conformação do homem do campo, pequenos artesões e seus aprendizes, imigrantes, mulheres e crianças, entre outros, à rotina de trabalho das indústrias no final do século XIX e início do século XX (TRAGTENBERG, 1974). Assim sendo, percebe-se que os EOs

seguem uma determinada ideologia e respondem historicamente ao sistema social dominante de sua época.

Em sua obra *Princípios de administração científica*, publicada em 1911, Frederick Winslow Taylor buscou desenvolver diversos métodos para o ajustamento do trabalhador ao trabalho, como a mecanização e rotinização do trabalho, o estudo de tempos e movimentos, a seleção científica do trabalhador, dissociação entre concepção e execução das tarefas, entre outros (TAYLOR, 1990). O perfil de Taylor e a sua formação, como a sua visão *Quaker* e puritana, a sua influência com os proprietários da empresa em que trabalhava, além das características do período histórico, foram essenciais para a viabilidade e realização dos seus trabalhos e experimentos (TRAGTENBERG, 1974).

Taylor aspirava desenvolver maneiras de controlar efetivamente o trabalho (TAYLOR, 1990). Assim, ressalta-se que Taylor preocupou-se com a dissociação do processo de trabalho em planejamento e execução. Desta forma, cabe à gerência apropriar-se de todos os conhecimentos tradicionais que pertenciam aos trabalhadores, e, após isto, reduzi-los, classificá-los e redistribuí-los parceladamente (FARIA, 2004). O trabalhador que antes era responsável pelo planejamento e execução total do produto, passa a responsabilizar-se por uma pequena parte da constituição do objeto.

Segundo Braverman (1974), Taylor apresentou em seus estudos três princípios fundamentais da Administração Científica que ainda permeiam a atual sociedade capitalista: (1) “princípio da dissociação do processo de trabalho das especialidades dos trabalhadores”, que, como visto anteriormente, é quando a organização apropria-se dos saberes tradicionais dos trabalhadores. Este princípio possibilita o estudo e a implantação de processos produtivos mais céleres e econômicos, uma vez que os trabalhadores aprendem e improvisam a seu critério o desenvolvimento e execução de suas atividades; (2) “princípio da separação de concepção e execução”, ou seja, a gerência é responsável por desenvolver e sistematizar métodos, procedimentos e técnicas científicas para o desenvolvimento das atividades, e o trabalhador deve apenas executar as instruções simplificadas e completas. Taylor acreditava que os operários não possuíam tempo nem recursos para o desenvolvimento de estudos científicos. Caso coubesse a eles a tarefa de desenvolver trabalhos científicos, os operários teriam o interesse de guardá-los para si ou para os amigos e familiares. Esta é a antiga visão dos “segredos do ofício”, que

trariam poucas vantagens para as organizações. Por fim, (3) “princípio da utilização do monopólio do conhecimento para controlar cada fase do processo de trabalho e seu modo de execução”. Desta forma, os operários possuem dificuldades em compreender de forma global os processos de trabalho que executam, e, por isso, o controle e a direção dos trabalhadores torna-se mais simples e incisivo.

Ademais, Taylor percebeu que por meio do convívio e pelas experiências inter-relacionais o trabalhador tomava consciência de sua alienação, ou seja, por meio da interação, união e ação coletiva os trabalhadores poderiam auferir ganhos para a categoria. Assim, Taylor propôs que os gerentes deveriam falar com um trabalhador de cada vez, assim como deveriam proibir a comunicação informal durante o trabalho na indústria (FARIA, 2004).

Jules Henri Fayol também se preocupava com as relações interpessoais durante o processo de trabalho. Fayol foi contemporâneo a Taylor, no entanto desenvolveu seus estudos sob uma perspectiva gerencialista e enfatizou as funções da organização, quais sejam: comerciais, técnicas, contábeis, administrativas, financeiras e de segurança (FAYOL, 1977). Desenvolveu os 14 princípios administrativos, considerados como necessários ao bom funcionamento e à saúde da organização, são eles: (1) divisão do trabalho; (2) autoridade e responsabilidade; (3) disciplina; (4) unidade de comando; (5) unidade de direção; (6) o interesse geral deve prevalecer sobre o particular; (7) remuneração pessoal; (8) centralização; (9) hierarquia; (10) ordem; (11) equidade; (12) estabilidade do pessoal; (13) iniciativa; e (14) união pessoal (FARIA, 2004). Dentre os clássicos 14 princípios administrativos propostos por Fayol, o princípio da ordem é o responsável por manter os trabalhadores em seu local de trabalho (FARIA, 2004). Desta forma, dificultam-se as trocas de experiências entre os trabalhadores e a aquisição da consciência de sua alienação, evitando-se a organização de ações coletivas em defesa da categoria (FARIA, 2004).

Assim como Taylor, Fayol também defendia que o trabalhador “[...] deve ficar restrito a seu papel, na estrutura ocupacional parcelada” (TRAGTENBERG, 1974, p. 77). Quanto à remuneração, ele acreditava que deveriam ser obedecidos certos limites (TRAGTENBERG, 1974) e que os salários são a única motivação do operário ao trabalho (FARIA, 2004). Preocupava-se com a direção da empresa e acreditava que administrar significa prever, organizar, comandar e controlar (TRAGTENBERG, 1974). O fayolismo defende a divisão social do trabalho, em que

durante o processo de seleção do trabalhador requer-se determinadas características que dependem da complexidade do cargo a ser ocupado (FARIA, 2004).

Henry Ford também buscou o controle e a disciplina do homem para o trabalho e a eliminação do desperdício (FORD, 1933). Ford desenvolveu e aprofundou a utilização das linhas de montagem móvel em suas indústrias, ou seja, implementou a produção em massa com tempos e custos reduzidos, a padronização dos produtos e do maquinário, assim como a mecanização do trabalho (FARIA, 2004). Inspirando-se nos matadouros de Chicago, Ford passou a trazer o trabalho para o trabalhador (FARIA, 2004). Ford também tinha como preceito que grande parte da população não é capaz de produzir o suficiente para a sua subsistência, e, por isso, é necessário que os empresários e pessoas com maiores capacidades e habilidades mentais as amparem, gerando emprego e renda (FARIA, 2004).

Observa-se que durante o fordismo acentuou-se a segregação entre o trabalho braçal e o intelectual. Desta forma, o dirigente assalariado é o responsável pelo planejamento e controle das atividades, enquanto que o trabalhador apenas as executa. Na visão de Braverman (1974), a divisão do trabalho é importuna para o homem, pois:

[...] A divisão parcelada do trabalho subdivide o homem, e enquanto a subdivisão da sociedade pode fortalecer o indivíduo e a espécie, a subdivisão do indivíduo, quando efetuada com menosprezo das capacidades e necessidades humanas, é um crime contra as pessoas e contra a humanidade (BRAVERMAN, 1974, p. 72).

Segundo Gramsci (1984), Ford preocupava-se com as acomodações das famílias dos trabalhadores das suas indústrias, bem como com os seus relacionamentos sexuais e conjugais. Baseado na ideologia puritana e na moral positiva, Ford acreditava que o trabalhador deveria manter hábitos saudáveis após o seu expediente de trabalho. Caso o trabalhador vivesse o alcoolismo e a promiscuidade, ele não renderia satisfatoriamente no dia seguinte. Para evitar o “colapso fisiológico do trabalhador”, o fordismo invadia a vida privada do trabalhador, com o intuito de produzir um novo homem e um novo tipo de trabalhador para atender ao capital.

Para o fordismo, a luta de classes dificultava os processos de trabalho. Assim, o verdadeiro líder trabalhista não deve incentivar os trabalhadores para as lutas e para as greves, mas sim deve buscar a alta eficiência do trabalho (FARIA, 2004). Desta forma, os líderes sindicais contra os preceitos fordistas “[...] fazem da

exploração do descontentamento um verdadeiro negócio, não havendo nenhuma vantagem para os operários se agregarem a um sindicato [...]” (FARIA, 2004, p. 42). A Ford Motor Company não reconhecia a organização de classe como suporte à democracia, e não se submetia a nenhuma federação sindical (FARIA, 2004).

Ford reconheceu que a produção em massa provoca o consumo em massa (HARVEY, 1992). Seu parque industrial era estruturado e grandioso e atendia a diversas demandas dos trabalhadores como lanchonetes, restaurantes, comércio de vestuário, entre outros. Assim, no período da Grande Depressão econômica de 1929, Ford propôs aumentar os salários dos trabalhadores, além de oferecer diversos benefícios e intensificar a formação ideológica, como a repressão aos sindicatos, com o intuito de estimular a economia do país (HARVEY, 1992). Considerava que a confiança dos investidores seria restaurada, caso o mercado se recuperasse por meio do aumento da demanda e da circulação de mercadorias (HARVEY, 1992). Neste momento, os trabalhadores se desmobilizaram e aceitaram as imposições do patronato em troca de ganhos salariais no curto prazo:

Recordar as experiências realizadas por Ford e a economia feita pela sua empresa através da gestão direta do transporte e do comércio da mercadoria produzida, economia que influi sobre o custo de produção, permitiu melhores salários e menores preços de venda. A existência dessas condições preliminares, racionalizadas pelo desenvolvimento histórico, tornou fácil racionalizar a produção e o trabalho, combinando habilmente a força (destruição do sindicalismo operário de base territorial) com a persuasão (altos salários, benefícios sociais diversos, propaganda ideológica e política habilíssima) para, finalmente, basear toda a vida do país na produção [...] (GRAMSCI, 1984, p. 380).

Na primeira metade da década de 1930, os trabalhadores começaram a se mobilizar devido ao crescimento da velocidade das linhas de produção, em que foi exigido cada vez mais o aumento da produtividade dos trabalhadores. Neste período, elevaram-se os acidentes de trabalho e as condições de trabalho tornaram-se desumanas (FARIA, 2004). Como resposta à mobilização dos trabalhadores, instalou-se nas indústrias de Ford o chamado “reino do terror” em 1935. Foram contratados cerca de 800 seguranças, que utilizavam da violência e agressão física como forma de disciplinar os trabalhadores (FARIA, 2004).

O modelo fordista de produção em grande escala perdurou por vários anos e foi adotado por diversas empresas de vários setores. Apenas na década de 1970 e 1980 que estudiosos começaram a estudar o fenômeno da Terceira Itália, que para diversos teóricos deu origem ao pós-fordismo (KUMAR, 1997). A Terceira Itália abrangia as regiões central e norte-oriental da Itália: Úmbria, Emilia-Romagna,

Toscana, o Marche, Vêneto, Trentino-Alto Ádige e Friuli. Nessas regiões constituíram-se distritos industriais, formados por pequenas fábricas e oficinas que empregavam entre 5 a 50 operários. Kumar (1997) ainda aponta algumas características da produção na Terceira Itália, como (1) a descentralização produtiva; (2) o surgimento de indústrias tradicionais utilizando ferramentas modernas; (3) as baixas taxas de desemprego; (4) os operários eram bem remunerados e altamente especializados; (5) havia uma integração social e um clima de ajuda mútua entre empregadores e empregados, assim como relações cordiais e complexas entre as empresas; e, a (6) reunificação da concepção e execução do trabalho.

Kumar (1997) ainda destaca que os distritos industriais da Terceira Itália não se desenvolveram de forma espontânea. Para o autor, a Terceira Itália é uma fuga dos empreendedores das grandes fábricas do norte, que reagiram às greves e às leis trabalhistas que davam prestígios aos sindicatos dos trabalhadores e aos conselhos de fábricas. Segundo o autor, para alguns críticos a Terceira Itália

[...] é principalmente resultado de uma fuga para proteger-se do poder do trabalho organizado e uma tentativa de recuperar o controle sobre a força de trabalho. [...] Empregadores das grandes fábricas do Norte reagiram às greves maciças e perturbações trabalhistas de fins da década de 1960, descentralizando a produção e recorrendo ao regime de empreitadas em grande escala. Em especial, eles procuravam se proteger da ameaça criada pelo Statuto dei lavoratori, de 1970, e de outras leis trabalhistas de princípios da década de 1970, que eram suas conquistas mais tangíveis dos operários após o outono quente, o 'outono quente', de 1969 (KUMAR, 1997, p. 52).

O surgimento destes distritos industriais foi possível principalmente devido às transformações sócio-culturais e econômicas da época, e em decorrência do progresso tecnológico e científico do período pós-guerra (KUMAR, 1997). As transformações dos padrões do consumo, o advento de novos estilos de vida, a fragmentação do mercado de massa, a prestação de serviços personalizados ou pelo menos mais variados e em pequenas quantidades e o surgimento de novos modelos de gestão e de novas tecnologias, ocasionaram o advento de um novo modelo de produção e consumo, denominado por alguns estudiosos como o início da era da especialização flexível (KUMAR, 1997).

Entretanto, o desenvolvimento industrial brasileiro foi peculiar com relação aos países desenvolvidos. O parque industrial brasileiro foi implantado basicamente no período entre 1945 a 1980 (FLEURY; FLEURY, 1997). O processo de industrialização foi fortemente influenciado pela ação governamental e por empresas estrangeiras. Isto ocorreu principalmente devido a falta de condições e de interesse

do capital privado brasileiro em investir principalmente na produção, gerenciamento e no desenvolvimento de tecnologias (FLEURY; FLEURY, 1997). Antes e durante a Segunda Guerra Mundial, a política de substituição de importações levou as empresas brasileiras a ocuparem setores tradicionais, como de alimentos e têxtil (FLEURY; FLEURY, 1997). Com o fim da Segunda Guerra Mundial, tornou-se necessária a produção de bens essenciais que estavam em falta no mercado devido a interrupção do fornecimento pela maioria dos países avançados. Logo após, mediante o lema “50 anos em 5” do governo de Juscelino Kubitschek, desenvolveu-se no Brasil a produção de bens duráveis em longa escala, norteados principalmente pelas empresas estrangeiras de grande porte, e, conseqüentemente, começaram a surgir diversas empresas locais que atuaram no processo de nacionalização de componentes (FLEURY; FLEURY, 1997). O estilo gerencial que predominou neste período foi o paternalista autoritário, “[...] com os supervisores de primeira linha, também denominados feitores, assumindo o comando disciplinar sobre um conjunto de trabalhadores ainda desarticulado [...]” (FLEURY; FLEURY, 1997, p. 129). Grande parte da mão-de-obra deste período era formada por trabalhadores inexperientes e de origem rural. Apenas no final da década de 1970 é que se inicia o processo de formação da indústria de informática no Brasil (FLEURY; FLEURY, 1997).

Fleury e Fleury (1997) ainda detectaram que durante o período da ditadura militar algumas empresas brasileiras adotaram um padrão de organização do trabalho adaptado do modelo Taylorista, denominado pelos autores como Rotinização do Trabalho. Grosso modo, a Rotinização do Trabalho consistia no estabelecimento de tarefas simples e individuais, na manutenção de níveis salariais baixos e na indução da desqualificação e rotatividade da mão-de-obra. Ainda segundo os autores, enquanto outros países desenvolvidos preocupavam-se com novas formas de organização, a indústria brasileira apresentava um padrão de organização que primava pelas condições mínimas de realização do trabalho e evitava o contato, comunicação e organização dos trabalhadores. Este modelo foi adotado devido ao “[...] contexto de conflito social que caracterizava as relações trabalhistas no país [...]” (FLEURY; FLEURY, 1997, p. 130). Assim, estes padrões de comportamento foram estabelecidos mediante os conflitos sociais durante o período da ditadura militar a partir de 1964, como a intervenção dos sindicatos e a proibição de mobilizações trabalhistas (FLEURY; FLEURY, 1997). Segundo os autores, apenas a partir de 1978 começaram a ocorrer diversas mudanças no mundo do

trabalho brasileiro, devido o movimento de redemocratização e o retorno do movimento sindical.

2.3 – O TOYOTISMO E O DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO

A partir da década de 1970, com o surgimento e desenvolvimento do toyotismo ou modelo de acumulação flexível, ou ainda pós-fordismo (KUMAR, 1997), ocorreram profundas mudanças nos processos produtivos dos países desenvolvidos, nos modelos de contrato e na subjetividade dos trabalhadores.

Para Boltanski e Chiapello (2009), o toyotismo trouxe os seguintes conceitos e filosofias: (a) flexibilidade da produção, dos equipamentos e do pessoal, para produção de acordo com a demanda; (b) autonomia, autocontrole, envolvimento, autogestão dos trabalhadores; (c) mobilização e especialização dos trabalhadores; (d) controle da qualidade no “chão-de-fábrica”, em que os problemas do processo produtivo devem ser detectados e solucionados o mais rápido possível; (e) produção enxuta (*just-in-time* e *kanban*), sem a formação de estoques; (f) terceirização de parte da produção, serviços e pessoal; (g) redução dos níveis de hierarquia e da estrutura das empresas; (h) implantação do modelo de organização em redes; (i) surgimento da liderança competente e carismática, para a mobilização do trabalhador; (j) modelo de gestão por competência; e (l) organização do trabalho em células, entre outros.

É interessante observar que, com o advento do toyotismo, o condicionamento do trabalhador ao domínio da máquina, à disciplina, à opressão, ao poder e ao controle do modo de produção capitalista ocorre de forma cada vez mais sofisticada, velada e quase imperceptível (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009). De acordo com Antunes (2011), o modelo de produção flexível e participativo, com a maior autonomia dos trabalhadores, não significa um novo modelo de produção que ofereça novos modos de vida ou maior liberdade para os indivíduos:

[...] a ‘substituição’ do fordismo pelo toyotismo não deve ser entendida, o que nos parece óbvio, como um novo modo de organização societária, livre das mazelas do sistema produtor de mercadorias e, o que é menos evidente e mais polêmico, mas também nos parece claro, não deve nem mesmo ser concebido como um avanço em relação ao capitalismo da era fordista e taylorista [...] (ANTUNES, 2011, p. 39).

Kumar (1997) questiona o fato de alguns estudiosos pós-fordistas acreditarem que a produção e a especialização flexível era uma das características do fim do capitalismo organizado. Para o autor, esse movimento não rompeu com o industrialismo, pelo contrário, na era da produção flexível, o fordismo se revitalizou e sofisticou os mecanismos de dominação, no intuito de adequar-se ao novo contexto histórico, social e econômico.

O toyotismo, por exemplo, tem como característica provocar a adequação do trabalhador à filosofia Toyota. Tal aceitação se dá de maneira ainda mais intensa do que no do período fordista, e, por vezes, provocam profundas metamorfoses do ser do trabalho (ANTUNES, 2011). As metamorfoses do ser social configuram-se nas interferências ocasionadas na consciência, subjetividade e formas de representação do indivíduo (ANTUNES, 2011). Ainda segundo o autor, o período fordista foi movido principalmente por “[...] uma lógica mais despótica; [...] a do toyotismo, é mais consensual, mais envolvente, mais participativa, em verdade mais manipulatória” (ANTUNES, 2011, p. 40).

Neste sentido, Gorz (2005) afirma que, com o advento da atual economia do conhecimento, as relações salariais convencionais são desfeitas e o valor do trabalho é medido pela motivação e por componentes comportamentais dos trabalhadores. Assim, os trabalhadores internalizam a responsabilidade pela rentabilidade do trabalho, ou seja, devem investir no constante aperfeiçoamento e formação profissional. Os trabalhadores transformam-se em empresas, e no “[...] lugar da exploração entram a auto-exploração e a autocomercialização do ‘Eu S/A’, que rendem lucros às grandes empresas, que são os clientes do auto-empresário” (GORZ, 2005, p. 10). Desta forma, o que as empresas afirmam possuir como capital humano geralmente nada mais é do que a captação de um recurso que se produz externamente às empresas, através da socialização primária, do sistema de ensino e de formação profissional que transmitem a cultura, os saberes e os conhecimentos comuns.

O desenvolvimento das tecnologias de informação também foi de suma importância ao possibilitar a inovação e flexibilidade industriais. A revolução das tecnologias de informação instaurou-se efetivamente na década de 1970, no entanto, diversos estudos já haviam sido desenvolvidos durante a Segunda Guerra Mundial para o uso militar (CASTELLS, 1999). As novas tecnologias surgiram num período de fortes crises econômicas, que por sua vez haviam proporcionado a

redução da produtividade devido às limitações do taylorismo e do fordismo (FARIA, 2007). Desta forma, as redes de computadores intensificaram as transformações organizacionais, e, inclusive, influenciaram (e influenciam) o formato organizacional.

Com o avanço tecnológico, o homem foi substituído em algumas atividades e setores pela máquina; cresceu a exigência de mão-de-obra qualificada; e, foi exigido cada vez mais o aumento da produtividade por parte dos trabalhadores (FARIA, 2004). Destarte, Kumar (1997) afirma que as mudanças iniciadas nas décadas de 1970 e 1980, como a fragmentação da força de trabalho, a flexibilização, a demanda por produtos sob medida e de certa forma a descentralização da produção, aumento da liberdade e da criatividade, não romperam com o industrialismo capitalista.

No Brasil, as transformações do mundo do trabalho ocorreram de forma distinta, pois a industrialização brasileira ocorreu em condições históricas, políticas, econômicas e sociais diferentes das dos países desenvolvidos. Assim, apenas no final da década de 1970, com o fim do milagre econômico e com o início do movimento de redemocratização, começou-se a pensar em qualidade e participação dos trabalhadores por meio dos Círculos de Controle da Qualidade (CCQs). Todavia, esse movimento não prosperou devido a problemas estratégicos e de organização interna das empresas brasileiras, que ainda encontravam-se fortemente influenciadas pela cultura paternalista das décadas anteriores (FLEURY; FLEURY, 1997).

No início da década de 1980, iniciou-se a discussão sobre a modernização industrial brasileira. O movimento de modernização sofreu muita resistência da sociedade devido aos rumores do desemprego tecnológico, em que a substituição do homem pela máquina iria eliminar diversos postos de trabalho (FLEURY; FLEURY, 1997). Em 1990, a organização industrial brasileira avançou para o contexto competitivo. A partir disso, as empresas brasileiras foram desafiadas por um mercado livre da proteção governamental, tendo que se adequarem ao novo contexto competitivo que contava com a participação de empresas estrangeiras concorrendo no mercado local (FLEURY; FLEURY, 1997). Isto provocou pressões para a mudança e, conseqüentemente, diversas transformações na estrutura produtiva e nas estratégias empresariais ocorreram de maneiras diferenciadas de acordo com o ramo industrial, como por exemplo, preocupação com as práticas e

técnicas gerenciais, inovação tecnológica, qualidade, custos, preços e qualificação da mão-de-obra (FLEURY; FLEURY, 1997).

2.4- ALGUMAS QUESTÕES ATUAIS DO MUNDO DO TRABALHO

Além das particularidades apresentadas anteriormente e ainda com o objetivo de contextualização, esta seção tratará de alguns aspectos contemporâneos do mundo do trabalho, como a terceirização, o desemprego estrutural e o sequestro da subjetividade do trabalhador.

No mundo do trabalho contemporâneo, observa-se uma expressiva diminuição do trabalho assalariado tradicional e em tempo completo e um aumento do trabalho precarizado, ou seja, do trabalho terceirizado, parcial, subcontratado e temporário, típicos da economia informal (ANTUNES, 2011). No processo de terceirização, os benefícios e os custos podem ser desiguais entre trabalhadores e contratantes (AZEVEDO; TONELLI, 2010). O termo terceirização é adotado no Brasil para denominar os tipos de trabalhos em que o trabalhador não possui vínculos diretos com a organização (AZEVEDO; TONELLI, 2010). Desta forma, os trabalhadores subcontratados, autônomos e os contratos pessoa jurídica são tratados como terceirizados (AZEVEDO; TONELLI, 2010). De qualquer forma, todos estes tipos de relações de trabalho possuem uma característica comum: os trabalhadores “[...] não são funcionários regulares da empresa para qual trabalham [...]” (AZEVEDO; TONELLI, 2010, p. 05).

Oliveira (2013) atenta para o ambiente de acirrada competitividade que pode ocasionar a terceirização de atividades não ligadas à atividade-fim da empresa. A autora afirma a necessidade de limitar a terceirização às chamadas áreas-meio, ou seja, “[...] aquelas que fogem a finalidade específica da empresa, mas que pelo seu grau de especialidade permitem a prestação de um serviço de maior qualidade técnica” (OLIVEIRA, 2013, p. 200). Para Oliveira (2013), a terceirização da atividade-fim foge de seus objetivos, além de ser contrária aos preceitos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e pode prejudicar a classe de trabalhadores. No entanto, em 2015 foi aprovado na Câmara dos Deputados o

Projeto de Lei 4.330/2004³, que dispõe sobre o contrato de prestação de serviço a terceiros e as relações de trabalho dele decorrentes. O PL 4.330/2004 aguarda a apreciação do Senado Federal⁴ e propõe autorizar a terceirização de qualquer atividade de uma empresa e o recolhimento da contribuição sindical pelos sindicatos representantes das categorias profissionais da(s) contratante(s).

Com o advento e intensificação da terceirização e com a substituição do trabalhador assalariado pelas novas tecnologias, houve a intensificação do desemprego estrutural na sociedade capitalista (SOARES, 2011). Simonsen em 1963 conceituou o desemprego estrutural como o reconhecimento de que “[...] a quantidade de mão-de-obra disponível seja de tal forma excessiva em relação ao capital e à terra existentes que se torne impossível ocupar produtivamente toda a oferta de trabalho [...]” (SIMONSEN, 1963, p. 27). Neste contexto, com a mundialização do capital e as imposições das transnacionais, aumenta-se a precarização das condições de trabalho e a flexibilização da legislação trabalhista (ANTUNES, 2007). Além disso, exige-se maior produtividade, lucratividade e modernização das empresas, e “[...] quanto mais ‘moderna’ é a empresa, menor é o contingente de trabalho vivo⁵ e maior é o volume de trabalho morto, aumentando significativamente o desemprego estrutural [...]” (ANTUNES, 2007, p. 303). Dessa forma, os processos de mudanças exigem contínua redução da quantidade de trabalhadores permanentes e do número de postos de trabalho; e o aumento da busca pela maior produtividade, da concentração de renda, e consequentemente da exclusão social, da fome, das guerras e da violência (SOARES, 2011).

Para Antunes (2010), o desemprego mundial está crescendo de forma intensa. Segundo o autor, a OIT projetou o quantitativo de 50 milhões de desempregados no ano de 2010. O Relatório da OIT de 2013 apontou a taxa de desemprego de 8,6% em 2012 nas economias desenvolvidas, além de ter alertado para a gravidade do desemprego juvenil na Europa, chegando a quase 50% em alguns países (OIT, 2013). No Brasil, as taxas de desemprego mostraram-se

³ Disponível em:

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=DA74B7795A5F1CCF37E41DA1C1581809.proposicoesWeb1?codteor=246979&filename=PL+4330/2004>. Acesso em: 11 de jun. 2015.

⁴ Disponível em:

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=267841>>. Acesso em 11 de jun. 2015.

⁵ Neste contexto, o termo trabalho vivo significa as atividades desenvolvidas por seres humanos e trabalho morto indica a substituição do trabalhador pela máquina.

singulares. De acordo com a Pesquisa Mensal de Emprego realizada pelo IBGE nas regiões metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre, a taxa de desocupação em abril de 2015 ficou em 6,4%, um aumento de 0,2% com relação ao mês de março de 2015 (6,2%). Com relação ao mês de abril de 2014, a pesquisa apontou um crescimento 1,5% da taxa de desocupação (crescimento de 4,9% para 6,4%). A população economicamente ativa das seis regiões foi estimada em abril de 2015 em 24,3 milhões de pessoas, permanecendo estável com relação ao mês de abril de 2014.

Entretanto, ao se analisar a evolução da taxa de desocupação dos meses de abril dos últimos 12 anos, constata-se que a taxa de desocupação declinou de 2003 a 2014 e em 2015 teve um leve crescimento. Em 2003, a taxa de desocupação era de 12,5%, passando para 13,1% em 2004, 10,8% em 2005, 8,5% em 2008, 6,0% em 2012, 5,8% em 2013, 4,9% em 2014 e 6,4% em 2015 (IBGE, 2015). Sob outros aspectos, Antunes (2010) alerta para a contraditoriedade da sociedade capitalista atual. Para o autor, o crescimento das taxas de desemprego acarreta a degradação social e, em contrapartida, o crescimento econômico e dos níveis de emprego aumentam “[...] a destruição ambiental e a degradação da natureza, acentuando a lógica destrutiva do capital [...]” (ANTUNES, 2010, p. 634).

Atualmente, alguns trabalhadores, para manterem um nível de vida construído socialmente como o ideal, precisam trabalhar excessivamente, inclusive nos turnos noturnos e finais de semana (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009). Aqueles que não seguem os padrões de vida ou as imposições da coletividade, como formação e disciplina, são relegados à margem da sociedade, e muitas vezes se empregam no trabalho terceirizado ou empregos de qualidade inferior, com condições de trabalho, salários e benefícios precários (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009). Neste ínterim, o pensamento social submeteu-se, de forma voluntária, à racionalidade capitalista, ou seja, o trabalhador aceita e participa da sua própria exploração (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009). A sociedade conformou-se com o preceito da moral positiva de que há a necessidade do enriquecimento de poucos para o progresso da humanidade, bem como, mediante as mudanças estruturais do capitalismo nas últimas décadas, com medo do desemprego, atende às imposições do patronato (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009).

Neste contexto, os novos modelos de gestão e produção correspondentes principalmente ao toyotismo e a disseminação da ideologia capitalista

proporcionaram a fragmentação e o sequestro da subjetividade do trabalhador (FARIA, 2007). Segundo Faria (2007), entende-se a subjetividade como uma:

[...] forma de construção da concepção ou percepção do real, que integra o domínio das atividades psíquicas, emocionais e afetivas do sujeito individual ou coletivo que formam a base da tradução racional idealizada dos valores, interpretações, atitudes e ações (FARIA, 2007, p. 46).

O sequestro da subjetividade do trabalhador consiste na apropriação da “[...] concepção de realidade que integra o domínio das atividades psíquicas, emocionais e afetivas dos sujeitos individuais ou coletivos [...]” (FARIA, 2007, p. 50). Tal apropriação ocorre de forma consensual, oculta, dissimulada, velada, em que o sequestrado se apaixona pelo sequestrador, e ao mesmo tempo de forma violenta, manipulatória e planejada, por meio de programas de gestão de pessoas (FARIA, 2007). Faria (2007) aponta cinco formas de sequestro da subjetividade: (1) “sequestro pela identificação”, em que o trabalhador adota para si o imaginário instituído pela organização; (2) “sequestro pela essencialidade valorizada”, que se refere ao sentimento do trabalhador de que ele é indispensável para a empresa, devido aos seus méritos, conhecimentos e pela sua convicção no reconhecimento pela organização de seus atributos; (3) “sequestro pela colaboração solidária”, em que os trabalhadores são mobilizados a apoiar e a contribuir com os projetos organizacionais, como no caso de projetos solidários, que na maioria das vezes os trabalhadores não recebem nenhum tipo de remuneração para prestarem serviços que de certa forma promoverão o nome da empresa; (4) “sequestro pela eficácia produtiva”, em que o trabalhador busca obter resultados superiores aos previamente estabelecidos; e (5) “sequestro pelo envolvimento total”, que se relaciona com o “sentimento de entrega” e de “vestir a camisa” que alguns trabalhadores assumem, mediante um encantamento por determinados valores organizacionais.

Assim, ao ter a subjetividade sequestrada, os trabalhadores submetem-se a “[...] um sistema em que se devem aceitar regras impostas como sendo construção coletiva [...]” (FARIA, 2007, p. 67). Os sujeitos abandonam os seus objetivos e submetem-se aos anseios do ambiente de trabalho. Desta forma, anulam-se os questionamentos dos indivíduos com relação às relações de poder e controle impostas pela organização (FARIA, 2007). Alves (2000) ainda prevê outras consequências da captura da subjetividade e a desmobilização dos trabalhadores:

Por um lado, a captura da subjetividade do trabalho através de uma luta ideológica vigorosa, expressa nos investimentos em estratégias de manipulação do consentimento operário, tais como os Programas de Qualidade Total, CCQ's etc. Por outro lado, mais cruel ainda, a destruição do coletivo operário, através da terceirização, da descentralização produtiva e do desemprego, uma das maiores marcas das políticas neoliberais (ALVES, 2000, p. 113).

Faria (2007) ainda indica três possibilidades de o sequestrado tornar-se livre das ações do sequestrador: (1) quando o sujeito foge ou rompe com a relação de subordinação mantida com a organização (ou com o sequestrador), como por exemplo, no caso em que o trabalhador abandona o emprego ou solicita sua demissão; (2) quando o sequestrado percebe o “cativeiro” e busca o auxílio de uma instituição representativa dos trabalhadores; (3) quando há a intervenção de uma instância de mediação, como por exemplo, o Tribunal Regional do Trabalho.

Desta forma, percebe-se que as organizações capitalistas investem, gradativamente, em estratégias de gestão para um maior envolvimento do trabalhador de forma consensual e velada, sem gerar resistências e conflitos, e sempre “[...] buscando diminuir a influência dos sindicatos nas relações de trabalho [...]” (FARIA, 2007, p. 208). Tais estratégias podem interferir nos sentimentos e valores dos sujeitos, como nos sentimentos de união e solidariedade.

Assim, após ter apresentado algumas questões sobre as transformações do mundo do trabalho e as modificações nas relações de trabalho do indivíduo moderno, conjectura-se que o sindicalismo adapta-se constantemente às características econômicas, culturais e sociais da época. Desta forma, destaca-se a relevância de se conhecer as nuances da evolução da economia brasileira.

3- HISTÓRIA ECONÔMICA BRASILEIRA: FINAL DO SÉCULO XIX ATÉ O INÍCIO DO SÉCULO XXI

Esta seção tem como objetivo apresentar um breve histórico do processo econômico brasileiro, desde o final do século XIX até ano de 2013. Serão apontados alguns fatos relevantes da história econômica com o objetivo de contextualizar e enriquecer o olhar sobre o objeto de pesquisa em pauta.

Durante o início do século XIX até a década de 1930, a agricultura com a cultura do café era o grande impulsionador da economia brasileira (FURTADO, 2007). No entanto, a partir de 1885 começaram a despontar as primeiras indústrias no Brasil, que contribuíram para o surgimento do mercado de trabalho assalariado. Essa tendência se deu principalmente devido às crises enfrentadas pela economia tradicional, como a crise de superprodução de café entre 1880 e 1886 (MARQUES; RÊGO, 2010), o colapso da política de defesa da economia cafeeira (FURTADO, 2007) e condições favoráveis durante e após a Primeira Guerra Mundial devido à insuficiência de produtos de origem estrangeira no mercado interno (MARQUES; RÊGO, 2010). Observa-se que essas primeiras indústrias tiveram crescimento até aproximadamente 1923 (MARQUES; RÊGO, 2010).

Entre 1923 e 1929 o crescimento industrial praticamente estagnou (MARQUES; RÊGO, 2010). Contudo, a partir da década de 1930 o período da Grande Depressão, a industrialização foi o principal motivador do crescimento do país, e deu-se “[...] por meio do processo de substituição de importações, começando com bens de consumo não-duráveis, como alimentos e tecidos, e evoluindo na direção de bens de consumo duráveis e de capital” (MARQUES; RÊGO, 2010, p. 68).

Neste contexto, Marques e Rêgo (2010) afirmam que após a Grande Depressão e no período da Segunda Guerra Mundial prevaleceram as políticas de orientação keynesiana⁶ no Brasil, em que se considera a intervenção do Estado como indispensável para o controle da economia. Neste período também se primou pela política do Estado de bem-estar social. Por exemplo, o projeto

⁶ O keynesianismo é uma teoria econômica desenvolvida pelo inglês John Maynard Keynes. O keynesianismo se opunha a visão liberal e pregava a interferência do governo nas políticas econômicas (MARQUES; RÊGO, 2010).

desenvolvimentista de Vargas durante o Estado Novo tinha como noção o Estado empreendedor e centralizador, com a incumbência de promover a industrialização e o desenvolvimento do país e de controlar o operariado (CARDOSO, 2002).

Segundo Cardoso (2002), o capitalismo brasileiro é marcado pelo controle e centralização estatal, ou seja, a consolidação do capitalismo “[...] tem sua história marcada por um Executivo forte e centralizador, que geriu e financiou a acumulação, tornando-se ele também um de seus principais investidores e financiadores [...]” (CARDOSO, 2002, p. 12). Com exceção de pequenos períodos, esta conexão entre controle estatal e desenvolvimentismo esteve fortemente presente na economia brasileira desde Getúlio Vargas até a década de 1980 (CARDOSO, 2002).

Os anos 1950 foram marcados pela Guerra Fria e, neste contexto, os Estados Unidos tinham como interesse primordial reconstruir o Japão e a Europa (MARQUES; RÊGO, 2010). Assim, os aliados latino-americanos, inclusive o Brasil, não foram prioridade para os Estados Unidos, ou seja, o Brasil passou a depender do “[...] mercado e dos movimentos privados de capitais internacionais para o financiamento de seus déficits em transações correntes de seus projetos desenvolvimentistas [...]” (MARQUES; RÊGO, 2010, p. 85). Nesse momento, houve fortalecimento dos movimentos nacionalistas que focavam o desenvolvimento econômico e a independência política. Este movimento foi afirmado com as políticas adotadas por Getúlio Vargas em seu retorno ao governo no início da década de 1950 (MARQUES; RÊGO, 2010). Vargas buscou impulsionar o processo de industrialização por meio da expansão da indústria pesada utilizando financiamento interno, entretanto, devido às dificuldades políticas e as divergências entre os trabalhadores e a burguesia industrial, este projeto nacional não chegou a ser posto em prática efetivamente (MARQUES; RÊGO, 2010).

Na segunda metade da década de 1950, Juscelino Kubitschek (JK) lança o Plano de Metas para o período de 1956 a 1960, composto por aperfeiçoadas técnicas de planejamento, e tinha como fundamento acelerar o desenvolvimento industrial do país (MARQUES; RÊGO, 2010). Ao contrário do projeto nacionalista de Vargas, o Plano de Metas de JK tinha a “[...] predominância do capital externo, limitando-se o capital nacional ao papel de sócio menor desse processo [...]” (MARQUES; RÊGO, 2010, p. 95). De acordo com Marques e Rêgo (2010), grande parte dos investimentos estatais previstos no Plano de Metas beneficiava principalmente o setor privado. Ademais, o Plano de Metas foi considerado bem

sucedido após a sua implementação devido aos resultados positivos obtidos para a economia brasileira. Por fim, a proposta de “50 anos em 5” de JK resultou na oligopolização da economia brasileira, processo este iniciado nos países desenvolvidos de economia capitalista ainda no final do século XIX. Também resultou na intensa participação de empresas multinacionais na produção industrial brasileira (MARQUES; RÊGO, 2010).

Em 1961, Jânio Quadros assume a Presidência num momento de tensão política e aceleração da inflação. Com a renúncia do Presidente em agosto de 1961, João Goulart (Jango), então vice-presidente, assume a presidência em setembro de 1961, após a resolução da crise político-militar desencadeada que ocorreu com a renúncia de Jânio. Celso Furtado foi convocado por Jango para assumir o Ministério do Planejamento e, em 1962, Furtado apresentou o Plano Trienal para 1963 a 1965 (SINGER, 2014). O Plano Trienal não logrou êxito em reduzir a inflação e ao mesmo tempo manter os níveis de crescimento do PIB. Assim, o início do desemprego e o encolhimento do mercado alarmaram os movimentos sindicais, estudantis e de reforma agrária. Este panorama social e econômico e o medo de uma revolução de esquerda foram o alicerce para o golpe que derrubou Jango (SINGER, 2014).

A nomeação de Delfim Netto em 1967 como ministro da Fazenda e sua influência na economia até 1985 confirma que o governo militar não abandonou o keynesianismo e o desenvolvimentismo. Segundo Singer (2014), os primeiros anos do regime militar foram marcados principalmente pelas seguintes políticas: (a) o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS) tornou-se obrigatório, o que facilitou a demissão dos trabalhadores e retirou a opção pelo regime de estabilidade por antiguidade; (b) favorecimento de grandes empresas, principalmente as internacionais, mediante a justificativa de que apenas as grandes empresas trariam avanços tecnológicos ao Brasil (c) o crédito foi ampliado para acelerar a expansão econômica.

Com estas medidas e alguns outros fatores, como a infraestrutura implantada ainda no Plano Trienal, a partir de 1968 o Brasil vivenciou um surto de crescimento, chamado de “milagre econômico”, em que houve um crescimento extraordinário do PIB e da produção industrial e a incomum queda da inflação (SINGER, 2014). Contudo, o milagre econômico agravou algumas questões sociais, como por exemplo, a concentração de renda, além de ter tornado o país dependente do capital internacional (MARQUES; RÊGO, 2010). Para Singer (2014),

o auge do milagre se deu em 1973, quando o crescimento do PIB atingiu quase 14% e, a partir de então, iniciou-se o processo de aumento da inflação e declínio do crescimento econômico. De 1974 a 1977 o crescimento do PIB flutuou, enquanto a inflação registrou uma inclinação ao aumento (SINGER, 2014). O fim do milagre ocorreu principalmente porque “[...] não houve investimentos para abrir em tempo os pontos de estrangulamentos físicos contra os quais se passou a chocar, desde 1972 [...]” (SINGER, 2014, p. 198), como infraestrutura de transportes, energia, comunicações e mão-de-obra qualificada; pela incapacidade do governo militar em conter o aumento da inflação; e devido à crise do petróleo de 1973 (SINGER, 2014).

Durante os anos 1980, a economia brasileira passou por uma crise, em que se observou a elevação dos índices inflacionários e a estagnação da economia (MARQUES; RÊGO, 2010). Em 1979, houve a segunda crise do petróleo que, aliada a crise do endividamento externo, provocou o descontrole dos preços, a redução da produção e o desemprego em massa. Esta segunda crise do petróleo ocasionou uma profunda crise econômica no Brasil até 1983 (SINGER, 2014). No final dos anos 1980, durante o governo de Sarney, foram lançados diversos planos com o principal intuito de estabilizar a inflação, como o Plano Cruzado, Plano Bresser e Plano Verão, no entanto, todos sem êxito (SINGER, 2014).

No início da década de 1990, foram implementados os Planos Collor I e Collor II, que tinham o principal objetivo de conter a inflação, porém contribuíram para a recessão da economia brasileira. Não obstante, também foi um período de reestruturação produtiva, de caráter conservador e influenciado pelos propósitos do Consenso de Washington⁷ (MARQUES; RÊGO, 2010). Isto ocasionou a “[...] aceleração no processo de privatização de empresas estatais, abertura da economia e desregulamentação dos mercados” (MARQUES; RÊGO, 2010, p. 202).

O governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) foi responsável pela estabilização da hiperinflação e pela organização das finanças públicas, assim como foi “[...] favorável à estabilização macroeconômica com integração à globalização e à cooperação com investimento externo [...]” (COSTA; LAMARCA, 2013, p. 1602). FHC foi o principal responsável pelo Plano Real, que começou a ser desenvolvido quando ele ainda era Ministro da Fazenda no governo de Itamar Franco (IANONI,

⁷ O Consenso de Washington foi um conjunto de medidas formuladas em 1989 por instituições financeiras situadas em Washington D.C. Consistiu numa lista de 10 recomendações direcionadas aos países em desenvolvimento que passavam por dificuldades e que estivessem dispostos a reformar suas economias (NAÍM, 2000).

2009). Segundo Ianoní (2009), o Plano Real resolveu (mas não solucionou) algumas questões chaves da crise instalada no Brasil na década de 1990:

[...] 1) à nova inserção internacional orientada para o mercado dos setores público e privado da economia brasileira; 2) à repactuação sociopolítica, que deixa para trás mais de uma década de crise de hegemonia, aberta pela ruptura da aliança desenvolvimentista; 3) à ordem político-institucional; 4) e à esfera ideológica, por assegurar, de imediato, e induzir, ao longo do tempo, a um ambiente nacional muito mais propício à expansão da cultura e da agenda liberais, sob diferentes matizes, entre os agentes de mercado, elites políticas e atores sociais (IANONI, 2009, p. 143).

Ainda destacam-se as seguintes iniciativas implementadas durante o mandato de FHC: (a) a descentralização administrativa, em que os Municípios e os Estados assumiram parte da responsabilidade pela prestação e gestão de alguns serviços essenciais providos aos cidadãos, como saúde e educação; (b) a promulgação da Emenda Constitucional nº 19 de 1998, que dispôs sobre os princípios e normas da Administração Pública, servidores e agentes políticos, introduzindo principalmente o princípio da eficiência presente no artigo 37 da Constituição Federal de 1988; (c) a promulgação da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, que estabeleceu as normas das finanças públicas direcionadas para a responsabilidade na gestão fiscal, assim como o limite de gastos com pessoal pelos Municípios, Estados e União (COSTA; LAMARCA, 2013). FHC também deu continuidade à implantação e concretização das seguintes medidas: (a) votação das Leis de concessão do serviço público, de patentes e de abertura dos portos; (b) reforma da previdência e da Administração Pública; (c) fim de monopólios estatais nas áreas de telecomunicações, siderurgia, setor bancário, energia elétrica, entre outros; (d) abertura da economia e do acesso do capital estrangeiro, entre outros (QUEIROZ, 2007).

Com a posse de Luiz Inácio Lula da Silva, o Lula, em 2003, pertencente ao Partido dos Trabalhadores (PT), ao contrário do que se imaginava, o governo deixou claro que as “[...] políticas de câmbio flutuante e de plena liberdade de movimentação dos capitais seriam mantidas [...]” (SINGER, 2014, p. 228). Assim, o PT adotou os preceitos políticos estabelecidos pelo governo anterior e pela sociedade internacional. Como afirma Costa e Lamarca (2013):

[...] Lula não promoveu rupturas importantes na condução macroeconômica deixada pelo ajuste estrutural do governo anterior. Mesmo antes de ganhar as eleições, a sua coalizão de apoio sinalizou para o mercado financeiro e investidores internacionais que não alteraria os fundamentos da gestão econômica de FHC. O superávit primário, o regime de meta da inflação e o câmbio flutuante foram mantidos. A LRF [Lei de Responsabilidade Fiscal]

continuou em vigor, intocada. As privatizações não foram revertidas [...] (COSTA; LAMARCA, 2013, p. 1604).

Com isso, em seus dois mandatos, o governo Lula decidiu dar continuidade aos projetos de implantação e expansão das políticas neoliberais (ANTUNES, 2007; SOARES, 2013). Ao invés de adotar a redução da jornada de trabalho e do tempo de trabalho para reduzir o desemprego estrutural, o governo Lula, contrariamente, prolongou a idade necessária para a obtenção do direito à aposentadoria, aumentando-se assim o tempo de trabalho. Além disso, o governo defendeu a flexibilização das leis de trabalho, assim como o corte dos recursos para saúde, educação e previdência social para garantir uma política de *superávit* fiscal (ANTUNES, 2007).

Contudo, o governo Lula conseguiu reverter o surto inflacionário do final da década de 1990 e início de 2000 e em seguida recuperou o crescimento econômico (SINGER, 2014). Segundo Singer (2014, p. 228) “[...] a instituição do Programa Bolsa Família, a expansão do crédito consignado e outras políticas redistributivas expandiram o mercado interno”. Assim, apesar das contestações de algumas políticas econômicas e sociais e a divulgação de alguns escândalos como o “mensalão” durante o governo Lula, há diversos aspectos da liderança do PT considerados positivos (FORTES; FRENCH, 2012). O programa Bolsa Família, iniciado no governo de FHC e expandido por Lula, introduziu a política de redistribuição de renda e em seguida foi incrementado com outros programas sociais, como, por exemplo, o programa de universalização do acesso à energia elétrica e o programa de fornecimento de crédito subsidiado para cidadãos de baixa renda. Também foram desenvolvidas as seguintes políticas: a expansão da educação superior através do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) e do Programa Universidade para Todos (PROUNI). A política de aumento do salário mínimo também impactou a distribuição de renda e foi outro ponto essencial para a melhoria do bem-estar dos cidadãos brasileiros (FORTES; FRENCH, 2012). Em 2006, a pobreza já havia sido reduzida em 15% e entre 2003 e 2009, cerca de 21,5 milhões de brasileiros ultrapassaram a linha da pobreza e 15 milhões de empregos foram criados (FORTES; FRENCH, 2012). Além disso, no governo Lula o país deixou de depender do Fundo Monetário Internacional (FMI) e o mercado interno foi expandido. O governo obteve êxito ao combinar as políticas redistributivas de renda e de

expansão da economia com as políticas neoliberais de controle da inflação (SINGER, 2014).

Após ter apresentado um breve histórico da evolução da economia brasileira, intenta-se apresentar o histórico do sindicalismo brasileiro, que tanto influenciou quanto foi influenciado pelo processo econômico e político do Brasil. Destarte, como afirma Singer (2014), as ações humanas na política, na sociedade e na economia são mutuamente condicionadas.

4 - O SINDICALISMO NO BRASIL

Nesta seção, objetiva-se apresentar os seguintes assuntos: (1) conceitos, características e discussões sobre o sindicalismo; (2) histórico do sindicalismo no Brasil; e, (3) a atual crise do sindicalismo no mundo do trabalho e algumas tendências atuais.

O sindicalismo surgiu da resistência da classe operária contra as imposições do sistema capitalista (ANTUNES, 1989). Os trabalhadores unidos podem negociar em condições mais justas com o patronato, diferentemente do que ocorre nas negociações dos patrões diretamente com cada trabalhador (ANTUNES, 1989). Com a organização de classe, dificulta-se a implantação de políticas de redução salarial e de aumento excessivo da jornada de trabalho. Assim, a principal finalidade dos sindicatos é manter os níveis salariais acima do necessário para a sobrevivência e sustento do trabalhador e de seus familiares. Os sindicatos também são importantes para a luta pela legislação social e por uma jornada de trabalho menos extenuante, além de oferecer resistência aos excessos do sistema capitalista (ANTUNES, 1989).

Para Queiroz (2007, p. 19) “o sindicalismo, desde que surgiu no mundo, é um fenômeno multifacetado, com dimensões sociais, econômicas, políticas e jurídicas [...]”. Assim, o autor fragmenta a história do movimento sindical brasileiro em seis períodos: (1) Primeira República (1889 a 1930); (2) período Vargas (1930 a 1945); (3) período democrático (1946 a 1964); (4) ditadura militar (1964 a 1985); (5) redemocratização (1985 a 1988); e, por fim, (6) Constituição de 1988.

Entretanto, para fins didáticos e para atender aos objetivos do presente trabalho, o quinto período será denominado de 4ª República ou redemocratização, e abará o período do governo de Sarney (1985 a 1990); e o sexto período será dividido em dois momentos neste trabalho, quais sejam: (6) Globalização e Neoliberalismo (1990 a 2002), que engloba os governos de Fernando Collor de Mello, Itamar Augusto Cautiero Franco e Fernando Henrique Cardoso; e (7) Era Lula e dias atuais (2003 a 2013), que representa o governo do Partido dos Trabalhadores (PT), ou seja, o governo de Luiz Inácio Lula de Silva e Dilma Vana Rousseff.

Queiroz (2007) afirma que não ocorreu qualquer tipo de ação sindical antes da Primeira República, no período de 1822 a 1889, pois durante o Império

predominou o regime de escravidão. Entretanto, segundo Castro (2007), algumas mobilizações isoladas ocorreram neste período, como por exemplo, a greve dos tipógrafos do Rio de Janeiro em 1858, que reivindicavam melhores salários e lutavam contra a iniquidade patronal.

4.1 – A PRIMEIRA REPÚBLICA (1889 a 1930)

De acordo com Inácio (2007), a ação sindical surgiu no Brasil no início do século XX, e Queiroz (2007) é enfático ao afirmar que o sindicalismo surgiu efetivamente ainda na Primeira República, quando foi reconhecido na Constituição de 1891, durante o governo de Manuel Deodoro da Fonseca (1889 a 1891), com cerca de 100 anos de atraso em relação aos países europeus. A Constituição da Primeira República promulgava que era lícita a reunião sem armas e a polícia poderia intervir somente para manter a ordem pública (QUEIROZ, 2007).

Segundo Boito Jr (2005), durante a República Velha, mais especificamente até o início dos anos 1920, a orientação anarco-sindicalista foi dominante nos movimentos sindicais brasileiros. A ideologia anarco-sindicalista pregava o abstencionismo político e era mais forte nas indústrias do Estado de São Paulo.

Neste período, os trabalhadores não tinham direito a férias, repouso semanal remunerado e à jornada de 8 horas diárias. Por isso, era basilar a organização coletiva para pressionar os patrões, as empresas e o governo para alcançar melhores condições de vida e de trabalho (QUEIROZ, 2007). Assim, o movimento sindical, que tinha influência principalmente dos comunistas e anarquistas, organizou diversas greves e promoveu diversas ações políticas (QUEIROZ, 2007). Em 1892, foi realizado o I Congresso Socialista Brasileiro (CSB) e em 1902 o II CSB, que tiveram grande influência do pensamento de Marx e Engels (ANTUNES, 1989). Em 1903, foi sancionado o Decreto nº 979 que facultava aos profissionais da agricultura e indústrias rurais a organização de sindicatos para defesa de seus interesses (CASTRO, 2007). De fato, o movimento sindical brasileiro nasceu no meio rural, pelo fato da economia no período ser predominantemente agrícola, e devido ao grande quantitativo de trabalhadores imigrantes empregados nas lavouras. Estes trabalhadores geralmente estavam submetidos a condições

precárias, o que em alguns casos ocasionou a intervenção de seus países de origem (QUEIROZ, 2007). Em 1906, foi realizado o I Congresso Operário Brasileiro, momento no qual foi criada a Confederação Operária Brasileira (ANTUNES, 1989). Entre 1900 e 1910 foram realizadas 111 greves, e entre 1910 e 1920 foram realizadas 258 greves (QUEIROZ, 2007).

Neste ponto, ressalta-se a importância dos movimentos grevistas como um instrumento de luta para a classe de trabalhadores. Segundo Antunes (1989), no decorrer do período de greve os trabalhadores desenvolvem a consciência de classe e o desejo de lutar pelos direitos coletivos. Desta forma, no período de greve, a classe trabalhadora aprende a lutar contra as imposições e extrapolações do patronato e do Estado, além de ser um importante período em que os trabalhadores desenvolvem o senso de união e mobilização (ANTUNES, 1989).

O governo brasileiro já buscava controlar o movimento sindical desde os primórdios da história sindical (ANTUNES, 1989). O Congresso Operário de 1912, por exemplo, teve o Presidente da República, Hermes da Fonseca (1910 a 1914), como presidente honorário. O Presidente Hermes da Fonseca criou dentro de alguns sindicatos lideranças sindicais governistas, que tinham como propósito fazer com que os sindicatos negociassem diretamente com o governo. Por serem subordinados ao Estado, tais sindicatos foram denominados de sindicatos amarelos ou sindicatos pelegos⁸ (ANTUNES, 1989).

Em 1917, ocorreu a greve geral do setor têxtil em São Paulo, que tomou proporções grandiosas e que inclusive ocasionou a morte de alguns operários (ANTUNES, 1989). O período de 1918 a 1920 foi marcado por intensas manifestações operárias e diversas greves em todo o Brasil, que reivindicavam aumentos salariais e melhores condições de vida (ANTUNES, 1989). A Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT) foi constituída em 1920 (CASTRO, 2007).

Entre 1922 e 1926, durante o governo de Artur Bernardes, o movimento sindical sofreu severa repressão (QUEIROZ, 2007). Tal repressão ainda reverberou até a década de 1930, quando ocorreu a vitória da revolução liberal, em que o

⁸ O termo pelego foi popularizado principalmente durante a era Vargas e, após algumas modificações do seu sentido, é utilizado hoje para caracterizar o dirigente sindical ou até mesmo trabalhadores sindicalizados que atendem prioritariamente as pretensões do governo e/ou das empresas. Antigamente o termo pelego designava um pano ou uma pele que era utilizada para minimizar o contato entre a sela e o cavaleiro (CHAUÍ, 1999).

movimento sindical pôde organizar-se livremente. No entanto, em 1930, com a concepção do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, que tinha como objetivo tratar das questões sociais, iniciou-se o processo de intervenção do Estado no sindicalismo (QUEIROZ, 2007).

4.2 – O PERÍODO VARGAS (1930 a 1945)

Na revolução de 1930, ocorreu no Brasil a transição de uma economia de base substancialmente agrária para uma economia industrial (ANTUNES, 1989, MARQUES; RÊGO, 2010). Segundo Boito Jr (2005), a revolução de 1930 faz parte do processo da revolução política burguesa, que ocasionou a unificação do mercado nacional, a ampliação do processo de industrialização e da cidadania. Neste contexto, houve um grande crescimento do movimento sindical, que, de certa forma, apoiou a revolução burguesa (BOITO JR, 2005).

Durante o governo do Presidente Getúlio Vargas (1930 a 1945), os sindicatos foram transformados em órgãos de colaboração do Estado, ou seja, este foi um período de forte intervenção do Estado nos sindicatos, como a imposição do imposto sindical e a interdição às greves (QUEIROZ, 2007). Neste sentido, o populismo, caracterizado pela imagem do Estado protetor, subordinou politicamente o sindicalismo brasileiro ao Estado (BOITO JR, 2005). Todavia, como afirma Boito Jr (2005), o populismo sindical foi hegemônico num período histórico do Brasil. No entanto, tal movimento não conseguiu controlar os valores e atitudes de todos os movimentos trabalhistas e diversos setores operários esquivaram-se do controle do populismo.

Em 1931 foi expedida a Lei de Sindicalização (Decreto nº 19.770) que tinha como objetivo regular as ações sindicais no Brasil e considerava os sindicatos como órgãos de colaboração com o Estado (CASTRO, 2007). Segundo Antunes (1989) tal decreto “[...] estabelecia o controle financeiro do Ministério do Trabalho sobre os recursos dos sindicatos, proibindo a sua utilização pelos operários durante as greves [...]” (ANTUNES, 1989, p. 59). Além disso, proibia a sindicalização dos servidores públicos e limitava a participação de estrangeiros nos sindicatos. Como reação a esta Lei, grande parte dos trabalhadores e dos sindicatos não aceitaram as

normas oficiais, mesmo que mediante a dura coerção, repressão e manipulação ideológica (ANTUNES, 1989).

O movimento grevista foi incisivo neste período, e muitas reivindicações dos trabalhadores foram atendidas no governo de Getúlio Vargas, como por exemplo, o salário mínimo, o descanso semanal remunerado, o direito a férias, regulamentação do trabalho do menor e da mulher e a jornada de 8 horas diárias (ANTUNES, 1989). Como afirma Castro (2007), em 1932 foram regulamentadas as condições de trabalho das mulheres por meio do Decreto nº 21.417-A e em 1º de maio de 1940 foi instituído o primeiro salário mínimo através do Decreto-lei nº 2.162.

Entretanto, o período Vargas também foi de forte repressão aos sindicatos. Em 1934, foram fundadas a Coligação dos Sindicatos Proletários, que possuía os pressupostos e ideologia socialista, e a Federação Sindical Regional no Rio e em São Paulo, de base comunista (ANTUNES, 1989). Em 1935, foi criada a Aliança Nacional Libertadora (ANL), dirigida pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) (ANTUNES, 1989). Com o crescimento do apoio e mobilização dos trabalhadores, principalmente para com a ANL, o Governo decidiu por aplicar ações repressivas para conter o avanço popular (ANTUNES, 1989). Assim, o Governo proibiu o direito de greve, e ainda criou uma Comissão de Repressão ao Comunismo. Segundo Antunes (1989), neste período “[...] as lideranças sindicais e operárias foram presas, deportadas e mortas e os sindicatos combativos foram sumariamente fechados. Naquele momento assistiu-se à grande derrota do movimento sindical [...]” (ANTUNES, 1989, p. 62).

Segundo Castro (2007), foi durante a Era Vargas que emergiu de fato a figura do pelego. O termo pelego era utilizado para indicar o “[...] chefe sindical oportunista que, servindo-se da própria posição, buscava vantagens pessoais, mediante conchavos [...]” (CASTRO, 2007, p. 107). Neste período, foram designadas as classes dos pelegos azuis, que basicamente atendiam aos interesses do patronato, e dos pelegos amarelos, que eram os agentes do Ministério do Trabalho (CASTRO, 2007). O Ministério do Trabalho era o responsável por indicar os dirigentes sindicais e controlar as reivindicações da classe operária (ANTUNES, 1989).

O Decreto-lei nº 1.402, de 1939, instituiu a Comissão de Enquadramento Sindical, que era responsável por reconhecer as categorias como tal e tornou obrigatório o imposto sindical (ANTUNES, 1989). Este Decreto-Lei também definiu

que as eleições sindicais deveriam ser controladas pelo Estado; o Estado definiu um estatuto único que regia os sindicatos; os sindicatos deveriam ser constituídos por categoria profissional e de âmbito municipal; e a sindicalização era compulsória, independente dos interesses ou mobilização dos trabalhadores (CARDOSO, 2002). O imposto sindical era obrigatório a todos os trabalhadores e equivalia a arrecadação anual de um dia de trabalho para os trabalhadores. Para os empregadores tal contribuição sindical era proporcional ao capital da empresa (CASTRO, 2007). Como os trabalhadores não podiam controlar o dinheiro, os sindicatos tornaram-se meros prestadores de um assistencialismo social (ANTUNES, 1989). As negociações trabalhistas só poderiam acontecer anualmente na “data-base”, que era definida pelo Ministério do Trabalho. O Ministério do Trabalho era responsável por assegurar que as negociações coletivas das principais categorias não coincidisse (CARDOSO, 2002). Para Antunes (1989), foi no período Vargas que de fato foi estabelecida a estrutura sindical brasileira:

[...] Na base dessa estrutura estão os sindicatos, que podem representar uma categoria no município, no estado ou mesmo no país. Quem define isso é, obviamente, o Ministério do Trabalho. Acima dos sindicatos estão as federações, que podem abarcar uma região, um estado ou mesmo os trabalhadores de uma mesma profissão em todo o país. Por fim encontram-se as confederações nacionais que agrupam os trabalhadores de vários setores, como a indústria, o comércio, a agricultura etc. Essa estrutura é essencialmente vertical e não permite a criação de organismos sindicais horizontais, como a Central Sindical que representaria diretamente as bases de todos os sindicatos (ANTUNES, 1989, p. 64).

Cardoso (2002) afirma que o direito a greve foi praticamente abolido. Para a autorização de greves, exigia-se primeiramente a realização de uma assembleia da categoria, que deveria ser acompanhada por um fiscal da Justiça do Trabalho. Deveriam estar presentes no mínimo dois terços da categoria e a aprovação da greve deveria ser unânime. Se aprovada a paralisação, o sindicato patronal ou a empresa deveriam ser avisados com uma semana de antecedência. Não obedecidos estes passos, declarava-se a greve ilegal e “[...] os trabalhadores poderiam ser demitidos por justa causa, sem indenizações compensatórias e eram convocadas novas eleições sindicais ou nomeado um interventor federal” (CARDOSO, 2002, p. 20).

Não obstante, logo no início da década de 1940 a Era Vargas começa a dar sinais de fragilidade. A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) foi promulgada por meio do Decreto-Lei nº 5.452 em 1º de maio de 1943 (QUEIROZ, 2007). Em 1945, conquistou-se a anistia dos presos políticos do período, assim como a

legalização do PCB, a convocação das eleições presidenciais e da Assembleia Constituinte (ANTUNES, 1989). Ainda segundo Antunes (1989), neste momento “[...] iniciou-se um trabalho de substituição das lideranças pelegas por lideranças autênticas e representativas da classe operária [...]” (ANTUNES, 1989, p. 66). Antes de ser deposto, Vargas eliminou a necessidade da intervenção de representantes do Ministério do Trabalho nas assembleias e nas eleições e posse das direções sindicais (ANTUNES, 1989).

4.3 – O PERÍODO DEMOCRÁTICO (1946 a 1964)

Para Cardoso (2002), a aparelhamento sindical do período Vargas foi longínquo, no entanto, com algumas nuances em certos períodos. Ainda segundo o autor, no período democrático ocorreram “[...] mudanças importantes no padrão de intervenção estatal, e uma ampliação da atuação política dos trabalhadores que [...] se associaram [...] a partidos políticos em disputa pelo poder de Estado [...]” (CARDOSO, 2002, p. 20). Entretanto, durante o governo de Eurico Gaspar Dutra (1946 a 1951), novamente o Estado assumiu uma postura de intervenção nos sindicatos, assim como suspendeu as eleições sindicais. Em 1947, o governo declarou o PCB ilegal (ANTUNES, 1989). Em 1948, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) aprovou a Convenção ou Convênio 87, que tratava da proteção do direito sindical e da liberdade sindical (QUEIROZ, 2007).

Com o retorno de Getúlio Vargas (1951 a 1954) ao governo, os operários conquistaram o salário-família, o 13º salário e a Lei nº 3.807 de 1954, conhecida como a Lei Orgânica da Previdência Social (QUEIROZ, 2007), mas também foi um período de retrocesso do movimento sindical devido à forte repressão do Estado (ANTUNES, 1989). Com isso, eclodiram diversas greves pelo país e algumas conquistas foram alcançadas. Por exemplo, em 1952 foram realizadas cerca de 300 paralisações pelo Brasil, e, em 1953, mais de 800 greves somente no estado de São Paulo, com a acentuada participação do PCB. Os esforços dos trabalhadores estavam direcionados principalmente para a redução da fome e da carestia (ANTUNES, 1989). Segundo Boito Jr (2005), a Greve dos 300 mil, que ocorreu em 1953 no estado de São Paulo, abalou o populismo e o sindicalismo de Estado, principalmente devido à formação dos sindicatos “paralelos” que de certa forma

romperam com o populismo sindical e intervieram no processo político. Além das greves, ocorreram neste período diversas manifestações contra as intervenções do Estado nos sindicatos, assim como as reivindicações para criação da Petrobrás, com o argumento de promover a defesa das riquezas nacionais (ANTUNES, 1989).

Em 1954, o sindicalismo novamente influenciou os rumos da política brasileira. Segundo Boito Jr (2005), a luta sindical esteve na base do golpe de Estado que depôs Getúlio Vargas. Segundo o autor, após a Greve dos 300 mil em 1953, houve uma ascensão do movimento sindical, que buscava romper com o populismo sindical. Com o intuito de reduzir a crise do populismo, o Governo Vargas fez uma série de concessões aos trabalhadores. Isto ocasionou a reunificação e a mobilização do campo burguês contra o governo, que culminou no golpe de 1954 (BOITO JR, 2005).

Segundo Castro (2007), na década de 1960, devido a crise após a renúncia do Presidente da República Jânio Quadros, foi criado o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT). A CGT tinha como objetivo enfrentar o peleguismo das Confederações e foi muito importante na mobilização de grandes manifestações e greves operárias ocorridas no início da década de 1960. Também foi a principal responsável pela reversão da estrutura sindical criada no Governo Vargas e participou nas lutas por um governo popular e democrático (ANTUNES, 1989).

Em 1963, ocorreu a greve dos 700 mil, que “[...] constituiu-se numa das maiores manifestações grevistas de toda a história do movimento operário brasileiro” (ANTUNES, 1989, p. 72). De acordo com Boito Jr (2005), o movimento dos trabalhadores também teve influência indireta no golpe militar de 1964, que derrubou João Goulart (1961 a 1964), no entanto, diferentemente do que ocorreu no golpe de Estado que depôs Vargas. Grosso modo, no golpe militar os trabalhadores rurais aderiram ao sindicalismo populista, que de certa forma levou o sentido de cidadania para a zona rural e, conseqüentemente, ocasionou uma indisposição da burguesia com o Governo, um dos motivos que levaram ao golpe de 1964 (BOITO JR, 2005). Após o golpe de 1964, a CGT sofreu fortes pressões e as suas lideranças foram presas (ANTUNES, 1989). As lideranças da CGT não prepararam as bases, que, portanto, não souberam resistir aos ataques da ditadura militar. Com isso, deu-se início a um período chamado por Antunes (1989) como a longa noite do sindicalismo brasileiro.

4.4 – A DITADURA MILITAR (1964 a 1985)

O período da ditadura militar foi caracterizado “[...] pela truculência, repressão e intervenção nas organizações dos trabalhadores [...]” (QUEIROZ, 2007, p. 25). Durante a ditadura militar, os dirigentes sindicais foram fortemente perseguidos, a organização de greves foi proibida, os direitos obtidos por meio da CLT foram desmantelados, em certos casos perdeu-se a estabilidade no emprego, além de novamente ser um período de forte intervenção do Estado nos sindicatos (QUEIROZ, 2007). Em 1966, foi criado o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), que fundamentalmente serviu de instrumento para que os patrões pudessem demitir os trabalhadores antes do dissídio coletivo e realizar a sua recontração com salários menores (ANTUNES, 1989). No entanto, também foi durante a crise da ditadura militar que surgiu o novo sindicalismo que buscou romper com o populismo sindical, isto é, no final da ditadura militar surgiu o reformismo operário baseado na social-democracia que organizou “[...] o movimento operário no plano sindical e partidário, tornando-o capaz de intervir na política e nos parlamentos de modo mais eficaz e organizado [...]” (BOITO JR, 2005, p. 280).

O período denominado milagre brasileiro, iniciado em 1968, foi para os operários um momento de muita miséria e dificuldades (ANTUNES, 1989). Singer (2014) acredita que o vigor da economia de 1968 a 1974 isolou os grupos que rebelaram contra o regime neste período, ou seja, estes grupos não tiveram o devido apoio popular. Neste contexto, em 1968, foram organizadas duas grandes greves que acabaram durando poucos dias, devido à presença e grande repressão das forças militares. Foram as greves de Osasco, que ocorreu no mês de julho e a de Contagem, no mês de outubro. Ambas não passaram de quatro dias de paralisação, o que significou uma derrota para o movimento sindical e operário (ANTUNES, 1989). A intervenção militar nos sindicatos e a proibição das greves eram algumas das atitudes tomadas pelo governo militar para interromper a espiral de preços e salários (e da inflação). Os aumentos salariais eram considerados como os principais responsáveis pela aceleração dos preços (SINGER, 2014).

Durante o governo de Emílio Garrastazu Médice (1969 a 1974), Queiroz (2007) afirma que:

Esse foi um período difícil, de um lado marcado pelo ufanismo do povo brasileiro, satisfeito com a conquista da copa do mundo em 1970 e com a prosperidade do país [...] e de outro, caracterizado pela censura aos meios de comunicação, pela expansão do aparelho repressivo do Estado e pela tortura, morte e desaparecimento de presos políticos, no âmbito da Operação Bandeirante [...] (QUEIROZ, 2007, p. 27).

No governo de Ernesto Geisel (1974 a 1979) ocorreram diversas manifestações públicas, o retorno da organização de greves e iniciou-se a estruturação da comissão Pró-CUT (QUEIROZ, 2007). Em 1977, após anos de arrocho salarial e redução do índice de aumento salarial, os operários começaram a se mobilizar em busca de melhores condições salariais. Em maio de 1978, os trabalhadores iniciaram as greves, que teve o apoio de centenas de milhares de operários metalúrgicos de todo o estado de São Paulo (ANTUNES, 1989). Segundo Antunes (1989), a greve de maio de 1978 “[...] pegou os patrões de ‘calças curtas’, paralisando as atividades dentro das fábricas, da forma mais organizada, serena e madura possível [...]” (ANTUNES, 1989, p. 83-84). Ao saírem vitoriosos, os trabalhadores e os sindicatos iniciaram a luta contra o arrocho salarial instaurado desde o fracasso do movimento dos trabalhadores em 1968, assim como fizeram letra morta a legislação repressiva do período ditatorial, como a Lei Antigreve e a obrigação da estrutura sindical subordinada ao Estado (ANTUNES, 1989). Segundo Alves (2000), em maio de 1978 também foi criada, juntamente com outras organizações políticas, o Partido dos Trabalhadores (PT).

O ano de 1978 foi significativo por sinalizar o ressurgimento do movimento sindical no Brasil e proporcionar experiências de luta e organização dos trabalhadores. Foram as oposições dos operários do complexo industrial do ABC paulista que serviram de referência para diversos movimentos grevistas pelo Brasil, atingindo, inclusive, os servidores públicos (ALVES, 2000). Antunes (1989) afirma que esse movimento que se iniciou em 1978/1979 foi primordial para o rompimento com as políticas econômicas antipopulares instauradas a partir de 1964. Todo esse movimento iniciado em 1978/1979 deu início ao chamado novo sindicalismo (ALVES, 2000). Segundo Cardoso (2002), o novo sindicalismo buscou atingir os trabalhadores de chão-de-fábrica, ou seja, buscou-se “[...] horizontalizar a representação sindical [...]” (CARDOSO, 2002, p. 26). De acordo com Alves (2000), diversas questões foram levantadas pela classe trabalhadora do Brasil neste período:

[...] Exige-se democracia política e social, denuncia-se o 'modelo' de desenvolvimento capitalista no país, a super-exploração da força de trabalho, a imposição de 'pacotes' econômicos que implementam, principalmente a partir da 'crise da dívida' em 1981, o receituário de ajuste ortodoxo do FMI, a capitulação ao capitalismo financeiro internacional que exige o pagamento da dívida externa (ALVES, 2000, p. 112).

Em 1979, os metalúrgicos do ABC novamente deflagraram greve geral e novamente o patronato foi pego de surpresa, pois desta vez os operários realizaram as paralisações na área externa das fábricas (ANTUNES, 1989). O Estado e os patrões foram novamente obrigados a negociar com os trabalhadores e com os sindicatos. Foi reivindicada a volta das lideranças sindicais cassadas e foram realizadas diversas assembleias populares (ANTUNES, 1989). A greve de 1979 foi um momento de politização do sindicalismo brasileiro, pois, mediante a forte repressão da ditadura, o movimento grevista se manteve, principalmente, devido ao apoio de diversos movimentos democráticos e populares, como os movimentos de bairro, pela anistia e contra a carestia (BOITO JR, 2005). Além disso, a greve de 1979 também teve o apoio de parte da imprensa e de parte do partido de oposição à ditadura militar, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), devido à insatisfação de parte da burguesia quanto ao declínio do "milagre econômico" (BOITO JR, 2005). Neste período, foi consolidada a liderança de Luiz Inácio da Silva, o Lula, com o apoio de todos os sindicatos do país que lutavam contra as arbitrariedades do Governo Ditatorial (ANTUNES, 1989). Desta forma, entre 1979 e 1985, o sindicalismo ressurgiu com a abertura política, e, segundo Queiroz (2007):

[...] Há uma forte recessão, inflação alta, desemprego e um clima de muita pressão sobre o regime militar, com grandes manifestações populares por liberdade e democracia, além da convocação de uma Constituição, de eleições diretas para presidente e da revogação da legislação [...] (QUEIROZ, 2007, p. 27).

Para Boito Jr (2005), as novas lideranças sindicais, principalmente do ABC paulista, defendiam a livre-negociação entre empresários e categoria de trabalhadores, assim como a desvinculação do sindicalismo da política, pois não reconheciam mais a importância do governo e da política como propiciadores de melhores condições trabalhistas e de vida aos trabalhadores. Desta forma, o sindicalismo do ABC parecia se aproximar do modelo de sindicalismo norte-americano, em que se primava pela "[...] livre-negociação, apoliticismo e base social nos trabalhadores qualificados do setor mais moderno da indústria [...]" (BOITO JR, 2005, p. 281).

Contudo, Cardoso (2002) afirma que o novo sindicalismo foi fortemente reprimido durante o movimento de abertura política iniciada a partir de 1979.

Segundo o autor, o regime militar “[...] cassou mandatos sindicais das lideranças emergentes mais importantes, enquadrando sindicalistas na Lei de Segurança Nacional, reagiu violentamente à greves de massa [...]” (CARDOSO, 2002, p. 27). Neste contexto, Santana (2002) relata certa hegemonia do sindicalismo na década de 1970:

[...] Se a marca das mobilizações de fins dos anos 70 era claramente definida, em sua hegemonia, pelo sindicalismo metalúrgico do ABC paulista – ponta de lança do ressurgimento dos trabalhadores no cenário político nacional na luta pela democracia, pela autonomia sindical e por melhorias salariais-, no decorrer da nova década [1980], percebemos uma ampliação do espectro para muitas outras categorias e regiões (SANTANA, 2002, p. 36).

A partir de então a classe trabalhadora duela com os patrões e com o Governo em busca de melhores salários (ALVES, 2000). Ocorreram diversas greves por categorias, greves gerais e por empresas, e ainda “[...] uma série de manifestações que indicam, no decorrer dos anos 80, o espírito de luta e resistência operária e popular, de um Brasil que clamava por democracia política e social [...]” (ALVES, 2000, p. 112). Segundo Santana (2002), em 1983 foi realizada a primeira greve geral desde 1963, em que todos os grandes centros urbanos do país foram paralisados. As reivindicações eram basicamente de caráter político, ou seja, contra “[...] o FMI, pela reforma agrária, por uma assembleia nacional constituinte soberana, contra o arrocho salarial, contra a recessão [...]” (CARDOSO, 2002, p. 29). No mesmo ano foi criada a Central Única dos Trabalhadores (CUT), na cidade de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo (QUEIROZ, 2007; SOARES, 2013), rompendo-se assim com a estrutura sindical oficial (QUEIROZ, 2007). Assim, a CUT nasce como uma organização sindical de defesa dos trabalhadores, com princípios de igualdade e solidariedade e com o objetivo de desfazer a estrutura sindical imposta no período Vargas (SOARES, 2013).

Em decorrência deste cenário político e social, estruturou-se o Movimento das Diretas Já que, de acordo com Alves (2000), foi um período de intensa participação operária e popular. No entanto, este processo político esteve realmente sob “[...] a hegemonia de uma burguesia liberal insatisfeita com os rumos da crise do padrão de acumulação capitalista no país [...]” (ALVES, 2000, p. 112). O movimento sindical também participou e influenciou a mobilização da população brasileira. Foram organizadas grandes greves contra o arrocho salarial, assim como diversas ações contra a censura e a favor de uma nova Constituição e da instalação de um novo modelo participativo e democrático (QUEIROZ, 2007). Para Boito Jr (2005), o

surgimento do PT e da CUT configurou-se como a gênese de uma nova força social que elevou a crise da ditadura militar e influenciou na campanha das Diretas Já. Assim, novamente percebe-se a participação do movimento sindical no processo político brasileiro, pois, como afirma Boito Jr, “[...] a ação do movimento sindical foi um fator fundamental na crise e na superação da ditadura militar” (BOITO JR, 2005, p. 283). No entanto, estes acontecimentos sincronizaram-se com o processo de globalização, do qual até então o Brasil estava apartado. Ressalta-se que tal processo de mundialização do capital não é considerado favorável às propostas sindicais (ALVES, 2000).

4.5 – A QUARTA REPÚBLICA OU REDEMOCRATIZAÇÃO (1985 a 1990)

Durante a presidência de Sarney (1985 a 1990), o Estado não interveio nos sindicatos, foi aceita a formação de Centrais Sindicais, e, desta forma, o movimento sindical obteve diversas conquistas (QUEIROZ, 2007). Neste período, o Governo novamente testemunhou vários movimentos grevistas (SANTANA, 2002). Foi criada a União Sindical Independente (USI) e a CONCLAT foi transformada em CGT (QUEIROZ, 2007). Segundo Cardoso (2002), a CGT era formada pelas lideranças mais conservadoras e a CUT por lideranças mais combativas. No entanto, a CGT passou por cisões internas. Desta forma, nasceram a Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB) em 1988 e a Força Sindical em 1991 (QUEIROZ, 2007). Tais centrais sindicais, juntamente com o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), alcançaram diversas conquistas na Constituição de 1988.

A Constituição de 1988 trouxe diversas contribuições com relação à estrutura sindical (QUEIROZ, 2007). Estas contribuições são de caráter híbrido, ou seja, foram atendidos os anseios das confederações, inclusive as patronais, que se diferenciavam em alguns assuntos. A CUT defendia, entre outros aspectos, a liberdade sindical plena sem contribuições compulsórias, e as outras confederações defendiam a contribuição compulsória, a unicidade e o sistema confederativo (QUEIROZ, 2007). Assim, o texto da Constituição de 1988, após longa negociação, proporcionou os seguintes princípios:

1) reconhece o livre direito de associação profissional e sindical como um dos direitos fundamentais dos trabalhadores, inclusive dos servidores públicos, e empregadores; 2) é livre a administração dos sindicatos, proibida a interferência ou intervenção do Poder Público nas entidades sindicais; 3) a constituição de entidade sindical independe de autorização do Estado [...] 4) respeito à unicidade sindical e ao sistema confederativo, com autodeterminação das bases territoriais pelos próprios trabalhadores e empregadores interessados, admitida como base mínima o município; 5) o sindicato representará e fará a defesa dos direitos e interesses coletivos da categoria, assim como os individuais dos seus membros [...] 6) os sindicatos são obrigados a participar das negociações coletivas de trabalho; 7) a assembleia do sindicato poderá instituir contribuição, com desconto obrigatório em folha, para custeio do respectivo sistema confederativo, sem prejuízo da contribuição definida em lei e da mensalidade associativa; 8) respeito à liberdade sindical individual de filiação e desfiliação [...] 9) garantia de proteção contra despedida imotivada do dirigente sindical, desde o registro da chapa até um ano após o término do mandato; e, 10) reconhecimento do direito do aposentado filiado de votar e ser votado para a direção sindical (QUEIROZ, 2007, p. 30).

Segundo Cardoso (2002), a CGT conseguiu manter a unicidade sindical e o imposto sindical. A Constituição proveu a liberdade para a organização de sindicatos, o Estado deixou de intervir nos sindicatos, assim como o Ministério do Trabalho perdeu as suas faculdades, permanecendo apenas o poder da Justiça do Trabalho (CARDOSO, 2002).

Especificamente sobre o princípio da unicidade sindical, Antunes (1989) discute alguns aspectos sobre a antinomia entre a pluralidade e a unicidade sindical. Segundo o autor, o princípio da pluralidade possui as seguintes características: (1) proporciona a divisão da classe de trabalhadores; (2) tem como princípio a liberdade sindical, que ocasiona a criação de diversos pequenos sindicatos de uma mesma categoria em uma determinada região; (3) defende a criação de várias centrais sindicais independentes; (4) desta forma, os vários sindicatos existentes poderão possuir problemas de representatividade para defender os anseios de determinada categoria; e, (5) a possibilidade de existência de um sindicato por empresa, o que pode ocasionar um maior controle da cúpula da empresa sobre a organização sindical. Quanto à unicidade sindical, o autor destaca as seguintes características: (1) a existência de um único sindicato que representa certa categoria de trabalhadores em determinada base territorial; (2) com isso, ocorre o fortalecimento e a união da classe de trabalhadores, mesmo que dentro dos sindicatos exista uma pluralidade de pensamentos e ideologias; (3) a existência de um único sindicato que represente toda a categoria de trabalhadores, e não apenas os trabalhadores de determinadas empresas; (4) a possibilidade de concepção de uma central única dos trabalhadores. Assim, segundo Antunes (1989), a unicidade sindical é importante

para a união e o fortalecimento dos trabalhadores, além de promover a luta contra os interesses da classe empresária e de determinadas pessoas que não representam de fato a categoria de trabalhadores.

Durante a década de 1980, o Brasil começou a passar pelas primeiras mudanças e adequações segundo a onda de reestruturação produtiva de âmbito internacional. As mutações tecnológicas e organizacionais iniciaram-se num ritmo lento em comparação as dos países desenvolvidos, pois o Brasil ainda estava apartado do projeto neoliberal (ANTUNES, 2007). Antunes (2011) ainda critica o modelo de sindicalismo subordinado às empresas desenvolvido no toyotismo, denominado sindicalismo de empresa, sindicato-casa, sindicalismo de envolvimento ou ainda sindicalismo manipulado e cooptado. Segundo o autor, este tipo de sindicalismo tem como traço a subordinação dos anseios dos trabalhadores ao universo empresarial (ANTUNES, 2011). Com a eleição de Fernando Collor, que implementou as políticas neoliberais, e de Fernando Henrique Cardoso, que deu continuidade ao receituário neoliberal, o Brasil experimentou uma intensa reestruturação produtiva.

4.6 – GLOBALIZAÇÃO E NEOLIBERALISMO (1990 a 2002)

Após o período de elaboração da Constituição Federal de 1988, com a eleição do Presidente Fernando Collor de Mello (1990 a 1992), foram implementadas no Brasil as políticas neoliberais. Neste período, foram desenvolvidas as políticas de privatização, atendendo a recomendação de volta do Estado mínimo, originárias do Consenso de Washington realizado em 1989 (QUEIROZ, 2007). Devido ao elevado grau de corrupção em seu governo, o Presidente Collor foi deposto em 1992 após um vasto movimento político e social que reivindicou o seu *impeachment* (ANTUNES, 2007). Ademais, grande parte do movimento sindical manifestou-se nas ruas favoravelmente ao *impeachment* (SANTANA, 2002). As políticas neoliberais foram retomadas 02 (dois) anos depois, após a curta presidência de Itamar Franco, com a eleição, em 1994, de Fernando Henrique Cardoso e, posteriormente, com a sua reeleição em 1998.

Para Queiroz (2007), a adoção dos preceitos neoliberais dá novos rumos para o movimento sindical brasileiro. O autor acredita que o receituário do Consenso

de Washington é anti-sindical e prevê que os dirigentes dos países defendam um “[...] discurso único e o desmonte das organizações que ousarem combater esse discurso único, como faz o movimento sindical [...]” (QUEIROZ, 2007, p. 32). Como afirma Boito Jr (2005), o sindicalismo assumiu uma posição defensiva após o advento da era neoliberal, devido a diversos fatores sociais e econômicos, como por exemplo, o desemprego.

As políticas neoliberais do período FHC tornaram o Brasil dependente da economia mundial e dos interesses financeiros internacionais, assim como inseriu o país nos novos padrões do processo de reestruturação produtiva do capital (ANTUNES, 2007). Isto resultou nas modificações dos processos produtivos que transformaram o mundo do trabalho (ALVES, 2000), como a implementação dos processos de *downsizing*, que ocasionou a redução do número de trabalhadores, e a adoção das novas formas de gestão produtiva, como o modelo de acumulação flexível (ANTUNES, 2007). Segundo Antunes (2007), neste período observa-se a redução da força de trabalho industrial e a ampliação das modalidades de trabalho precarizado, como sub-empregados, subproletariado e terceirizados. Para Alves (2000), as mudanças tecnológicas e a adesão à filosofia toyotista para atender as políticas neoliberais foram fundamentais para a desestruturação da classe dos trabalhadores e, de certa forma, influenciaram negativamente o sentimento de coletividade e união (ALVES, 2000).

Destarte, em tal momento o sindicalismo entra em fase de crise e surge uma nova e precária realidade das relações de trabalho (ALVES, 2000). Assim, nasce um novo tipo de sindicalismo influenciado principalmente pelas modificações processuais do mundo do trabalho, ou seja, um sindicalismo com características neocorporativistas e defensivistas, como afirma Alves (2000), um sindicalismo de concertação social. Desta forma, ressalta-se que o sindicalismo de concertação consiste num defensivismo e neocorporativismo no interior dos sindicatos, em que em sua pauta de resistência também consta a parceria com o capital (ALVES, 2000). Esse neocorporativismo tende a enfraquecer a perspectiva de classe, pois se privilegiam os interesses dos membros das cúpulas dos sindicatos e afastam-se dos anseios da base (ALVES, 2000). Quanto ao defensivismo, Antunes (2011) afirma que neste caso desfazem-se as propostas de um sindicalismo com atributos de classe e união:

[...] Os sindicatos estão aturdidos e exercitando uma prática que raramente foi tão defensiva. Distanciam-se crescentemente do sindicalismo e dos movimentos sociais classistas dos anos 60/70, que propugnavam pelo controle social da produção, aderindo ao acrítico sindicalismo de participação e de negociação, que em geral aceita a ordem do capital e do mercado, só questionando aspectos fenomênicos desta mesma ordem. Abandonam as perspectivas que se inseriam em ações mais globais que visavam a emancipação do trabalho, a luta pelo socialismo e pela emancipação do gênero humano, operando uma aceitação também acrítica da social-democratização, ou o que é ainda mais perverso, debatendo no universo da agenda e do ideário neoliberal [...] (ANTUNES, 2011, p. 40-41).

Mediante este novo sindicalismo, Antunes (2007) esclarece as posturas adotadas pela Força Sindical e pela CUT neste período:

Esta nova realidade arrefeceu e tornou mais defensivo o novo sindicalismo que se encontrava, de um lado, diante da emergência de um sindicalismo neoliberal, expressão da nova direita, sintonizada com a onda mundial conservadora, de que a Força Sindical (central sindical criada em 1991) é o melhor exemplo. E, de outro, diante da inflexão que vem ocorrendo, desde os anos 1990, no interior da CUT, inspirada pela sua tendência majoritária, a Articulação Sindical, que cada vez mais se aproxima dos modelos do sindicalismo social-democrata europeu. E esse sindicalismo contratualista, embora procure apresentar-se como a alternativa possível para o combate ao neoliberalismo, ele cada vez mais se aproxima da agenda neoliberal, como demonstram vários exemplos da prática da CUT no Brasil recente (ANTUNES, 2007, p. 298).

Desta forma, muitos sindicatos brasileiros afastaram-se dos movimentos autônomos, como os movimentos classistas e anticapitalistas, que algumas décadas passadas lutavam contra as imposições do sistema capitalista (ANTUNES, 2011). Todavia, Boito Jr (2005) afirma que os movimentos sindicais aliaram-se, de certa forma, aos novos movimentos populares que surgiram devido ao novo panorama social e econômico da década de 1990, como o Movimento de Moradia, a luta dos trabalhadores do setor informal e o Movimento dos Sem Terra (MST). Sob outros aspectos, Santana (2002) afirma que a luta salarial da década de 1980 é substituída pela luta pela garantia de emprego. Além disso, os sindicatos se envolveram em outros projetos e inseriram-se em outros espaços, como por exemplo, na formação profissional (SANTANA, 2002) e em discussões sobre aposentadoria compulsória e pensão (FLYN et al., 2013).

Faria (2007) também salienta para a fase do colaboracionismo, em que os sindicatos colaboram com as empresas, “[...] agem no lugar da empresa, a favor dela, ainda que justifiquem suas ações como sendo a favor dos empregados [...]” (FARIA, 2007, p. 240). Para esses sindicatos, é desvantajoso que as empresas tenham certas dificuldades, como problemas competitivos e a não renovação tecnológica, pois isto poderá ocasionar problemas financeiros para as empresas, o desemprego de trabalhadores e a consequente redução do número de trabalhadores

associados ao sindicato (FARIA, 2007). A partir dessa lógica de colaboração, esses sindicatos subordinam-se à ordem neoliberal, assim como não possuem uma consciência “para além do capital” (ANTUNES, 2011). Esse movimento de subordinação dos sindicatos às imposições do sistema capitalista perdurou durante o governo do PT, período que será apresentado a seguir.

4.7- ERA LULA E ATUALIDADE (2003 a 2013)

Em 2002, uma candidatura à Presidência da República de gênese operária venceu pela primeira vez na história do Brasil. Entretanto, as condições sociais, políticas, econômicas e sindicais eram diferentes do fim da década de 1980, período este que ocorreram diversas lutas operárias, sindicais e políticas e em que Luiz Inácio da Silva, o Lula, candidatou-se pela primeira vez (ANTUNES, 2007).

Após o período de implantação das políticas neoliberais nos governos Fernando Collor e FHC e as consequentes modificações políticas, econômicas e sociais ocorridas no Brasil, houve um recuo e a institucionalização de grande parte dos movimentos sociais e sindicais (ANTUNES, 2007). O PT também sofreu um processo de moderação e institucionalização no período eleitoral, em que foram realizadas diversas concessões políticas, alianças com vários setores da direita, como, por exemplo, ao Partido Liberal, além de simpatizar-se com a subordinação do Brasil a diversas exigências do FMI e aos interesses dominantes internacionais (ANTUNES, 2007). Desta forma, a vitória eleitoral e política de Lula ocorreu devido a adoção de ações que de certa forma afastaram-se dos ideais da classe trabalhadora e das lutas sociais das quais o PT e o próprio Lula haviam lutado desde as décadas de 1970/1980 (ANTUNES, 2007).

Neste contexto, segundo Antunes (2007), caso o governo Lula tivesse a intenção de combater efetivamente o desemprego estrutural, deveria ter adotado uma política contrária ao neoliberalismo, com os seguintes pontos centrais:

[...] 1) A eliminação da superexploração do trabalho, iniciando por uma política de salário mínimo que resgatasse em alguma medida a dignidade dos trabalhadores; 2) a realização de uma reforma agrária ampla e profunda que demonstrasse a estrutura altamente concentradora e elitista da propriedade da terra; 3) contrapor-se corajosamente à hegemonia do capital financeiro e especulativo, incentivando as experiências de produção voltadas para a produção de valores de uso, coisas úteis e socialmente necessárias; 4) recuperar o sentido público, coletivo e social das atividades estatais, contra a lógica privatista que se encontra em vigência desde o governo Collor; 5) reduzir a jornada de trabalho, sem redução de salário. A redução da jornada de trabalho certamente não eliminará, num só golpe, o flagelo do desemprego, mas poderá minimizar seus efeitos devastadores sobre a classe trabalhadora do Brasil [...] (ANTUNES, 2007, p. 304).

A reforma trabalhista, iniciada no Fórum Nacional do Trabalho (FNT) foi contrária aos preceitos da CUT e do PT nos anos 1980 (ANTUNES, 2007). O FNT foi formado basicamente por representantes dos trabalhadores, do governo e dos empresários escolhidos pelo governo Lula, ou seja, negou-se a liberdade, autonomia e independência sindical (ANTUNES, 2007). O FNT estudou e propôs a reforma sindical, que, segundo Antunes (2007), apresentava três pontos negativos:

[...] 1) é extremamente cupulista, transferindo para as centrais sindicais o poder de negociação de direitos dos trabalhadores, restringindo a participação dos sindicatos e das assembleias de base para a realização dos acordos de classe; 2) as centrais passam a ser definidas a partir da sua representação, o que fere qualquer possibilidade de exercício de autonomia e liberdade sindicais, ao estabelecer limites mínimos para a representação dos sindicatos; 3) o imposto sindical e as contribuições assistenciais são substituídas pela chamada Contribuição de Negociação Coletiva (de até 1% da renda líquida do trabalhador no ano anterior), ferindo-se o desejo fundamental do sindicalismo autônomo que é a cotização livre e voluntária dos trabalhadores para a manutenção dos sindicatos (ANTUNES, 2007, p. 305).

Em março de 2008, o Presidente Lula sancionou a Lei nº 11.648, que reconheceu formalmente as centrais sindicais. Com isso, destacam-se as primeiras 05 (cinco) centrais que se tornaram legalizadas: (1) a Central Única dos Trabalhadores (CUT); (2) a União Geral dos Trabalhadores (UGT), fundada em 2007 e que está ligada principalmente ao setor de comércio e serviços (SOARES, 2013); (3) a Força Sindical (FS), criada em 1991. Para muitos estudiosos a FS é uma organização sindical que aderiu às políticas do neoliberalismo, ou seja, “[...] não tem em seus princípios a luta contra o capitalismo, mas um suposto sindicalismo de resultados [...]” (SOARES, 2013, p. 544); (4) a Nova Central Sindical dos Trabalhadores (NCST), criada em 2005, que defende os preceitos do velho sindicalismo da Era Vargas como contribuição compulsória, imposto sindical e unicidade sindical (SOARES, 2013); e, por fim, (5) a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), fundada em 2007 e ligada ideologicamente ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB). No entanto, mesmo que a CTB seja uma

organização que defende o socialismo, “[...] é considerada uma central governista, já que muitos de seus militantes atuam na base do governo petista [...]” (SOARES, 2013, p. 545). Assim, independentemente das diferenças ideológicas e políticas entre as centrais sindicais, percebe-se que o Estado continua com a prática de condicionar os sindicatos e as centrais sindicais ao seu controle (SOARES, 2013). Como consequência da publicação da Lei nº 11.648/2008, as centrais sindicais puderam desfrutar das seguintes regalias:

[...] prerrogativa de coordenar a representação geral dos trabalhadores por intermédio de seus filiados, além de participar de negociações em fóruns, colegiados de órgãos públicos e de demais instâncias tripartites, nas quais estejam em discussão assuntos de interesse geral dos trabalhadores [...] em 2008, as centrais passaram a ter acesso a 10% da contribuição sindical destinada aos sindicatos filiados; um montante de cerca de R\$ 55,5 milhões, que passaram a ser divididos, proporcionalmente entre elas. Em 2012 foram R\$ 84,3 milhões para as centrais [...] (SOARES, 2013, p. 543).

Para Soares (2013), a CUT apoiou o governo Lula e continua sendo a principal base de apoio do atual governo Dilma Rousseff, sua sucessora política. Neste contexto, as centrais sindicais deixaram de lutar pela autonomia e liberdade sindical dos trabalhadores, bem como se adaptaram às políticas e à estrutura sindical impostas pelo governo. Um dos principais motivos do apoio das centrais sindicais ao governo do PT são os interesses financeiros. Assim, Soares (2013) trata das consequências da interferência financeira do governo nas centrais sindicais:

[...] o apoio das centrais sindicais ao governo as impede de apresentar reivindicações mais ousadas e por isso tem se limitado a negociar favoravelmente à ordem vigente. Assim, priorizam mais o diálogo e a negociação com o governo (política de concertação social), em vez organizar e mobilizar os trabalhadores para o enfrentamento contra o patronato e o sistema sociometabólico do capital (SOARES, 2013, p. 561).

Em 2010, o Presidente Lula foi sucedido na presidência por Dilma Rousseff, a primeira mulher eleita como presidente do Brasil. O governo de Dilma presenciou logo no início de seu mandato vários protestos e greves, principalmente no setor público e entre os operários ligados a grandes projetos nacionais, como nas obras de infra-estrutura para a Copa do Mundo de 2014 e para as Olimpíadas de 2016 e do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Segundo Fortes e French (2012), em alguns casos verifica-se que nas grandes obras do Governo Federal persistiram as práticas do tratamento autoritário, baixa remuneração, descaso pela segurança e saúde dos trabalhadores, assim como a interferência nas culturas locais e no meio ambiente, o que despertou o interesse, solidariedade e atuação de diversos órgãos, como o Ministério Público, Ministério do Trabalho e Ibama (FORTES; FRENCH, 2012).

Todavia, apesar das dificuldades econômicas, sociais e ambientais enfrentadas pelo governo do PT, ressalta-se que o Brasil “[...] assiste hoje à multiplicação de grandes projetos de construção civil numa escala que não era vista desde o ‘milagre econômico’ (1968-1974) durante a ditadura militar [...]” (FORTES; FRENCH, 2012, p. 220). O governo do PT caracterizou-se por alguns efetivos avanços, mas que de qualquer forma não interromperam as mobilizações da sociedade e da classe trabalhadora, como demonstraram a onda de movimentos sociais que ocorreram em meados de 2013 e a criação das centrais sindicais CONLUTAS e INTERSINDICAL como oposição ao governo de Dilma Rousseff (FORTES; FRENCH, 2012).

4.8- A CRISE DO SINDICALISMO E TENDÊNCIAS ATUAIS

Nesta seção, intenta-se apresentar alguns fatores que afetaram as organizações sindicais e, conseqüentemente, intensificaram a atual crise do sindicalismo, assim como alguns aspectos do sindicalismo nos dias atuais.

Santos (2006) denomina a atual crise do sindicalismo de a nova crise do sindicalismo, baseado no contexto da oligopolização e mundialização do capital que nunca foi vivido na história da sociedade. A mundialização do capital leva as nações em desenvolvimento a aderirem aos instrumentos gerenciais e as políticas neoliberais, o que pode trazer alguns reflexos negativos para os aspectos sociais, como o desemprego, a pobreza e as diferenças sociais. O autor ainda afirma que a nova crise do sindicalismo é a mais profunda de todas, tendo em vista a renúncia de uma “[...] perspectiva de construção de um projeto hegemônico de transformação radical da sociedade pelo conjunto da classe [...]” (SANTOS, 2006, p. 451).

Boltanski e Chiapello (2009, p. 311) acreditam que o sindicalismo “[...] deveria ter sido a primeira força a refrear ou corrigir a desconstrução do mundo do trabalho, provocada pelos deslocamentos do capitalismo”. Entretanto, diversas ações foram processualmente articuladas como forma de repressão aos sindicatos. As políticas antissindicais promovidas por algumas empresas e por alguns setores do governo, a postura combativa do patronato perante as ações de organização dos trabalhadores e a conseqüente redução do número de sindicalizados são alguns dos exemplos de ações e fatores que favoreceram a crise da crítica social e o

desarmamento das defesas do mundo do trabalho (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009). Soares (2011) também propõe alguns fatores para entender a crise do sindicalismo:

[...] o processo de dessindicalização e a intensa queda da taxa de sindicalização na maioria dos países; a burocratização das direções sindicais; o descrédito e desconfiança por parte dos trabalhadores em relação aos dirigentes sindicais; o distanciamento cada vez maior entre base e direção, somadas às posturas neocorporativistas; o abandono das propostas de independência de classe e das bandeiras de lutas, em função do apelo à concertação social, à parceria, à institucionalização e a submissão às propostas patronais etc. [...] (SOARES, 2011, p. 70).

Antunes (2011) também afirma que a diminuição das taxas de sindicalização (ou processo de dessindicalização) é um fator da crise do sindicalismo na maioria dos países capitalistas. Entende-se que taxa de sindicalização nada mais é do que a relação entre o número de sindicalizados e a população de assalariados de um país. Entretanto, de acordo com Santos (2006), elevadas taxas de sindicalização num país nem sempre significam um movimento sindical mais forte. O autor argumenta que alguns países apresentaram aumento substancial das taxas de sindicalização, mas não se detectou o relativo crescimento das vantagens para a coletividade. Santos (2006) é enfático ao afirmar que é mais importante conhecer a realidade dos processos e relações de trabalho de cada país, assim como o perfil dos indivíduos participantes das organizações sindicais, isto é, “estabelecer a distinção entre os que ingressam no sindicato enquanto propagandistas da organização e os que se ligam a um sindicato geralmente para obter certas vantagens em serviços prestados” (SANTOS, 2006, p. 448).

Considerando as processuais transformações do mundo do trabalho ocorridas nos últimos anos, Antunes (2011) esclarece alguns fatores que afetaram as organizações sindicais e intensificaram a crise do sindicalismo:

1) a redução do número de trabalhadores estáveis e aumento do trabalho precário, que engloba os trabalhadores temporários, da economia informal, precários, parciais, entre outros. Como consequência disto, o sindicalismo vertical, que é vinculado à categoria profissional, ou seja, a classe de trabalhadores estáveis possui dificuldades em intervir como sindicalismo horizontal, que tem como preceito atender as esferas intercategoriais e interprofissionais, aglutinando os trabalhadores estáveis e precários. Em outras palavras, reduz-se o poder sindical pelo fato dos sindicatos terem dificuldades em atender a classe de trabalhadores precários.

2) uma tendência neocorporativa dentro dos sindicatos de alguns países, em que defende-se os interesses dos trabalhadores estáveis e exclui-se o trabalhador com vínculo precário de trabalho, intensificando-se assim a fragmentação dos trabalhadores.

3) redução da eficácia das práticas grevistas, devido a heterogeneização e fragmentação dos trabalhadores. Observa-se nos últimos anos uma dificuldade para mobilizar os trabalhadores precários e estáveis numa mesma empresa. Assim, os trabalhadores, de certa forma, não desenvolvem consciência de classe e pertencimento de classe, aumentando “[...] os riscos de expansão de movimentos xenofóbicos, corporativistas, racistas, paternalistas, no interior do próprio mundo do trabalho” (ANTUNES, 2011, p. 68).

Para Castro (2007), atualmente os sindicatos restringem-se à utilização da estratégia de reivindicar por meio das greves ou ameaças de greves e em seguida, quando tudo não termina apenas em promessas, são realizados acordos com governo e patrões com o mínimo desejado. Aparentemente, há uma sobreposição dos interesses dos líderes sindicais aos interesses dos trabalhadores. Assim, alguns líderes sindicais estão mais preocupados com a manutenção de seus cargos e com a conquista de cargos na política do que com a situação e interesses da base da categoria (CASTRO, 2007).

Segundo Soares (2011) os fatores da crise do sindicalismo conduziram ao sentimento de descrença pelo sindicalismo. Atualmente, os trabalhadores preferem negociar diretamente com os patrões e apenas buscam o auxílio dos sindicatos e de demais órgãos externos de proteção dos trabalhadores em casos extremos.

Neste contexto, acredita-se que são diversos os sentimentos, imagens e informações que circulam nas empresas e na sociedade brasileira sobre o sindicalismo. Assim, acredita-se que os meios de comunicação de massa, integrados e atentos a este contexto, também criam e põem a circular alguns valores, ideologias e sentidos sobre o sindicalismo. Desta forma, adotar-se-á a Teoria das Representações Sociais como lente teórica para se analisar os sentidos disseminados pela Revista Veja no pensamento social e individual sobre o sindicalismo.

5– A TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Para a análise dos sentidos do sindicalismo na Veja, optou-se pela Teoria das Representações Sociais (TRS). A TRS tem como pressuposto analisar o senso comum, ou seja, as crenças, vivências, normas, valores, sentidos, comportamentos, experiências intersubjetivas da vida cotidiana e modelos de pensamentos dos sujeitos estudados (JODELET, 2005), assim como as ideologias e as influências dos meios de comunicação (JODELET, 2001).

Diversas áreas do conhecimento têm adotado a TRS para o desenvolvimento de pesquisas que tenham como objetivo conhecer o pensamento social, como por exemplo, a Enfermagem, a Medicina, a Pedagogia e, inclusive, a Administração. Correa et al. (2007) esclarecem que a “[...] Administração vem recorrendo a outras áreas do conhecimento para integrar os estudos organizacionais, que se têm mostrado cada vez mais complexos e diversificados [...]” (CORREA et al., 2007, p. 192). Assim, a TRS pode contribuir com os EOs na medida em que apresenta novas formas de compreender e analisar o processo de construção do sujeito e do pensamento social.

5.1- O SURGIMENTO DA TRS

Serge Moscovici foi o primeiro estudioso a empregar o termo Representação Social, fato este constante de sua obra originária de um estudo sobre a representação social da psicanálise publicado em 1961, nomeada *La Psychanalyse: Son image et son publique* (MOSCOVICI, 2012). Moscovici desenvolveu a TRS apoiando-se, especialmente, nos trabalhos de Durkheim e Lévi-Bruhl, principalmente na noção de representações coletivas (RC) desenvolvida pelo primeiro (FARR, 1993; MOSCOVICI, 2012). O conceito de RC de Durkheim era mais apropriado para o contexto da época de seu desenvolvimento e para a realização de estudos em sociedades menos complexas (FARR, 1993). As RC tinham um caráter estático e agiam “[...] como suporte para muitas palavras ou ideias [...]” (MOSCOVICI, 2009, p. 47). No entanto, devido ao pluralismo e a rapidez do contexto contemporâneo, torna-se mais apropriado o estudo das RS, pois atualmente

considera-se que existem poucas representações que sejam efetivamente coletivas (FARR, 1993). Isto é, para Moscovici o pensamento de Durkheim não dava conta de todos os fenômenos sociais das sociedades atuais, devido à multiplicidade de entendimentos e à diversidade de formas de organização do pensamento social (CASTRO, 2002). Em suma, para Moscovici (2009), as RS são estruturas de caráter dinâmico, “[...] operando em um conjunto de relações e de comportamentos que surgem e desaparecem, junto com as representações [...]” (MOSCOVICI, 2009, p. 47).

Em sua pesquisa inicial sobre as RS da psicanálise, Moscovici buscou entender como a psicanálise adquiriu uma nova significação para o senso comum, após sair do campo especializado por intermédio dos meios de comunicação (MOSCOVICI, 2012), ou seja, Moscovici procurou compreender o processo de construção de novos significados e sentidos com relação à psicanálise. Como afirma Farr (1993), ele tentou “[...] observar o que acontece quando um novo corpo de conhecimento, como a psicanálise, se espalha dentro de uma população humana [...]” (FARR, 1993, p. 45).

Vale ressaltar que Moscovici preocupava-se com o estudo das RS da ciência, ou seja, com as concepções fragmentadas de pessoas leigas sobre a ciência. Desta forma, não se preocupava em estudar os contornos da ciência e o universo do cientista (FARR, 1993). Em sua pesquisa, Moscovici identificou que as RS da psicanálise diferem-se da psicanálise como ciência, e, portanto, ele concentrou seus esforços em estudar apenas as primeiras (FARR, 1993; MOSCOVICI, 2012).

Destarte, assim como a psicanálise se modifica quando divulgada numa determinada cultura, o contexto social também se transforma ao entrar em contato com o objeto (ALEXANDRE, 2001). Assim, os estudos de Moscovici concluem que neste processo, o pensamento social apropria-se da psicanálise, tornando-a um objeto, uma representação social autônoma, diferente da teoria original (ALEXANDRE, 2001; MOSCOVICI, 2012). Com isso, Alexandre (2001) destaca que no trabalho de Moscovici foi constatado que os meios de comunicação possuem grande influência neste processo de construção de sentidos, valores, crenças e significados:

[...] Moscovici analisou processos através dos quais os indivíduos elaboraram explicações sobre questões sociais e como isso de alguma forma relaciona-se com a difusão das mensagens pelos veículos de comunicação, dos comportamentos e organização social. Nesse aspecto, o conceito de representação social trabalha com uma gama de elementos que envolve teorias científicas, ideologias e experiências vivenciadas no cotidiano e também com questões ligadas à Psicologia, à Psicanálise, à Comunicação e à Sociologia (ALEXANDRE, 2001, p. 112).

Moscovici ainda realizou em seu trabalho uma análise dos meios de comunicação de massa, que será tratada adiante mais profundamente. Ele contrastou as RS da psicanálise em imprensas de características diferentes e verificou que as RS comunicadas sobre determinados assuntos diferem qualitativamente dependendo dos valores, ideologias e contexto cultural dos meios de comunicação.

Desde a formulação inicial de Moscovici, o conceito de RS sofreu algumas modificações e aprofundamentos graduais. Por exemplo, foram reforçadas as ideias de construção social do sentido e da realidade e foi dada maior ênfase às análises da comunicação e da linguagem (CASTRO, 2002). No entanto, algumas formulações permaneceram estáveis, como, por exemplo, a diferenciação entre o universo consensual e o universo reificado (CASTRO, 2002).

5.2- A TRS COMO UMA PERSPECTIVA INOVADORA DA PSICOLOGIA SOCIAL

Desde os seus primórdios, a TRS desenvolvida por Moscovici critica a visão excessivamente individualizante da Psicologia Social da América do Norte (FARR, 1993). Assim, a TRS surge na Europa, particularmente na França, como uma vertente crítica à Psicologia Social americana, num período em que a Psicologia Social europeia estava fortemente comprometida com a norte-americana, devido à necessidade dos pesquisadores obterem a legitimidade de seus trabalhos para que assim pudessem pleitear recursos financeiros (SPINK, 1996). Desta forma, no período de pós-guerra, as vertentes científicas mais sociais encontravam dificuldades na aceitação e publicação de seus trabalhos. Como afirma Spink (1996, p. 171) os consultores “[...] constituíam-se em instrumentos poderosos na definição do que vinha a ser legitimidade científica, vetando certas abordagens e publicando o que dava sustento à ordem estabelecida [...]”.

A estratégia de Moscovici na época foi criar um campo científico moderadamente autônomo e paralelo (SPINK, 1996). Com isso, Moscovici buscou criar uma Psicologia Social do conhecimento, ou seja, “[...] interessada nos processos através dos quais o conhecimento é gerado, transformado e projetado no mundo social” (DUVEEN, 2009, p. 09), diferente e desvinculado da Psicologia Social individualista. A partir desta perspectiva, as orientações teóricas da TRS tornaram-se uma importante referência para a Psicologia Social contemporânea (VALA, 1993).

Segundo Moscovici (1993), alguns estudiosos tratam o mundo individual e o mundo social como mundos antagônicos, ou seja, consideram um mundo individual em que “[...] todos os comportamentos e todas as percepções são compreendidos como resultantes de processos íntimos, às vezes de natureza fisiológica [...]” (MOSCOVICI, 1993, p. 11) e um mundo social em que “[...] tudo é explicado em função de interações, de estruturas, de trocas de poder, etc [...]” (MOSCOVICI, 1993, p. 12). A TRS, diferentemente, procura compreender os fenômenos a partir da interseção entre esses dois mundos, ou seja, a TRS pode ser considerada como uma ponte entre os conceitos psicológicos e sociológicos (CASTRO, 2002). Assim, a TRS é considerada uma teoria mista e intersubjetiva, que vincula o individual e o social. A partir dessa perspectiva não existe uma sociedade sem indivíduos e muito menos um indivíduo sem uma história social (JOVCHELOVITCH, 1993). Para a TRS, as RS são construídas por uma via de mão dupla: o pensamento socialmente construído encontra-se no indivíduo, assim como o indivíduo cria e recria as RS (CASTRO, 2002). Em outras palavras, o “[...] indivíduo tanto é um agente de mudança na sociedade como é um produto dessa sociedade [...]” (FARR, 1993, p. 51). Moscovici (1993) ressalta que se deve combater o dualismo entre o mundo individual e o mundo social. Tais dicotomias impedem os pesquisadores de verem os fenômenos sociais em sua amplitude e significado (MOSCOVICI, 1993).

Neste ponto, destaca-se que existem diversas abordagens teóricas que estudam as RS que complementam a TRS (SÁ, 1998). Entretanto, não é o objetivo deste trabalho delinear as diferentes pesquisas realizadas, mas propõe-se apontar as diferentes abordagens teóricas originárias dos trabalhos de Moscovici. Assim, Almeida (2009) afirma que a Escola Brasileira de RS se estrutura em três principais abordagens teóricas:

[...] a abordagem processual, liderada por Denise Jodelet; a abordagem estrutural, liderada por Jean-Claude Abric e também conhecida como a Escola do Midi; a abordagem societal, liderada por Willen Doise, identificada nos meios acadêmicos como Escola de Genebra [...] (ALMEIDA, 2009, p. 716).

Segundo Almeida (2009), baseada em algumas colocações de Doise, a TRS segundo os conceitos e princípios gerais desenvolvidos por Moscovici pode ser considerada como a grande teoria das RS. A grande teoria abrange conceitos fundamentais, tais como ancoragem, objetivação e gêneros comunicativos, no entanto, ela não esgota a plenitude de possibilidades teóricas que podem ser desenvolvidas neste campo de estudo (ALMEIDA, 2009). Com isso, destaca-se que neste trabalho adotar-se-á a grande teoria como orientação teórica, pois se pretende utilizar os conhecimentos advindos principalmente dos trabalhos de Moscovici (1995, 2009, 2012) para a análise dos meios de comunicação. Além disso, os estudos de Jodelet (2001, 2005), Castro (2002), Guareschi (2000) e Ordaz e Vala (1997) também serão adotados para uma melhor compreensão dos processos de construção de saberes pelos meios de comunicação na vida cotidiana, saberes estes que tem a finalidade de orientar o comportamento (SÁ, 1998).

5.3- REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: CONCEITOS E PROCESSOS FORMADORES

Moscovici (2009) considera que as RS são carregadas de costumes, história, valores, além de serem autônomas e tratadas como realidades axiomáticas. Assim, as RS devem “[...] ser vistas como uma ‘atmosfera’, em relação ao indivíduo ou ao grupo” (MOSCOVICI, 2009, p. 53). As RS são formadas por saberes, memória, tradição, senso comum específicos de uma sociedade. Com isso, são extremamente importantes para os pesquisadores que procuram compreender determinadas sociedades.

Ao estudar as RS, o pesquisador lidará com fenômenos sociais que podem ser observados diretamente ou reconstruídos através de um trabalho científico (JODELET, 2001). Ao investigar os fenômenos sociais, descobrem-se diversos elementos que são saberes organizadores da realidade social, tais como: ideologias, atitudes, crenças, opiniões, normas, valores, imagens, cognição, entre outros (JODELET, 2001). Então, conceituam-se as RS como “[...] uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, com um objetivo prático, e que

contribui para a construção de uma realidade comum [...]” (JODELET, 2001, p. 21). Nesta perspectiva, afirma-se que o conceito de RS é “[...] orientado para a descrição dos significados de que são investidos os objectos pertinentes para uma comunidade [...]” (ORDAZ; VALA, 1997, p. 848). Assim, compreende-se que as RS são uma forma de conhecimento diferente do científico, e que estudá-las torna-se importante para a apreensão das interações sociais e dos processos cognitivos (JODELET, 2001).

Representar não é repetir, duplicar ou reproduzir determinado objeto. Representar significa modificar, retocar, reconstituir. Como afirma Moscovici (2009), as RS “[...] que são partilhadas por tantos, penetram e influenciam a mente de cada um, elas não são pensadas por eles; melhor, para sermos mais precisos, elas são re-pensadas, re-citadas e re-apresentadas” (MOSCOVICI, 2009, p. 37). Desta forma, o pensamento dos indivíduos está condicionado às suas representações, que por sua vez, refletem um conhecimento anterior, que é comum e social (MOSCOVICI, 2009). Por isso, é natural que os indivíduos estranhem o que ameaça a exatidão, a ordem estabelecida e o que é incomum, pois o não familiar “[...] atrai e intriga as pessoas e comunidades enquanto, ao mesmo tempo, as alarma, as obriga a tornar explícitos os pressupostos implícitos que são básicos ao consenso [...]” (MOSCOVICI, 2009, p. 56).

Além disso, Moscovici (2009) explica que as RS possuem duas funções: (1) de convencionalizar as pessoas, objetos ou acontecimentos, ou seja, elas “[...] lhe dão forma definitiva, as localizam em uma determinada categoria e gradualmente as colocam como um modelo de determinado tipo, distinto e partilhado por um grupo de pessoas [...]” (MOSCOVICI, 2009, p. 34). Desta forma, nenhum indivíduo está livre dos condicionamentos impostos por suas representações, cultura ou linguagem (MOSCOVICI, 2009). Os indivíduos veem apenas o que as convenções os permitem ver, como afirma o autor, “[...] nós pensamos através de uma linguagem, nós organizamos nossos pensamentos de acordo com um sistema que está condicionado, tanto por nossas representações, como por nossa cultura [...]” (MOSCOVICI, 2009, p. 35); (2) de prescrição, ou seja, os indivíduos sofrem as imposições de uma estrutura que existe antes mesmo de seu nascimento e de uma tradição que determina o que se deve pensar (MOSCOVICI, 2009). Segundo o autor, o poder das RS “[...] deriva do sucesso com que elas controlam a realidade de hoje

através da de ontem e da continuidade que isso pressupõe [...]” (MOSCOVICI, 2009, p. 38).

Destaca-se que no estudo das RS a relação entre sujeito e objeto é irreduzível. Sá (1998, p. 24) afirma que a RS é “[...] sempre de alguém (o sujeito) e de alguma coisa (o objeto) [...]”. Assim, não se pode “[...] falar em representação de alguma coisa sem especificar o sujeito – a população ou conjunto social – que mantém tal representação [...]” (SÁ, 1998, p. 24). Com isso, o estudo de uma RS não pode analisar separadamente o sujeito e o objeto, ou seja, ambos são indissociáveis. Para Abric (2000), tal abandono da oposição entre sujeito e objeto estipulou a chamada realidade objetiva. A realidade objetiva não é *a priori*, mas representada, ou seja, tomada, reconstruída e modificada de acordo com os valores, história, ideologias e contexto social do indivíduo (ABRIC, 2000).

A conversação é um importante fenômeno social que permite aos pesquisadores o acesso e a identificação das RS. Como afirma Moscovici (2009, p. 51) “[...] a conversação (os discursos) cria nós de estabilidade e recorrência, uma base comum de significância entre seus praticantes [...]”. Tal fenômeno social é o responsável pela elaboração do senso comum e dos saberes populares, na medida em que as pessoas compartilham imagens e ideias (MOSCOVICI, 2009). No entanto, estes fenômenos não são os únicos que expressam as RS, pois elas também podem ser encontradas, sob outros moldes, nas ideologias, ciências, religiões, entre outros (MOSCOVICI, 2009). Todavia, ressalta-se novamente o enfoque da TRS em considerar os fenômenos psicológicos de uma perspectiva social e cultural, ou melhor, não se devem separar os fenômenos psíquicos dos fenômenos sociais (MOSCOVICI, 2009).

As RS estão disseminadas nas instituições, nos processos comunicativos entre os sujeitos, nos meios de comunicação de massa, na cultura, nas instituições, nas práticas e nos pensamentos individuais (SÁ, 1998). As RS são, “[...] por natureza, difusos, fugidios, multifacetados, em constante movimento e presentes em inúmeras instâncias da interação social [...]” (SÁ, 1998, p. 21). Para que seja possível o estudo das RS, estas são transformadas em “[...] objetos manejáveis pela prática da pesquisa científica [...]” (SÁ, 1998, p. 22), ou seja, saíram do campo dos universos consensuais de pensamento para o campo do universo reificado da ciência (SÁ, 1998), sem a necessidade, como afirma Moscovici (2009), de se submeter o primeiro ao segundo, pois ambos “[...] não possuem uma estrutura

específica e podem ser percebidos tanto como representações, como ciências [...]” (MOSCOVICI, 2009, p. 53).

Assim, no universo consensual, a sociedade “[...] é vista como um grupo de pessoas que são iguais e livres, cada um com a possibilidade de falar em nome do grupo e sobre seu auspício [...]” (MOSCOVICI, 2009, p. 50). Com isso, considera-se que neste caso a sociedade é formada por seres humanos, que interagem com os objetos, que por sua vez devem ser importantes e interessantes para existirem (MOSCOVICI, 2009). As pessoas não precisam dominar o conhecimento científico sobre determinado assunto para emitirem afirmações. As competências são circunstanciais e admite-se o amadorismo, a emissão de opiniões e de pontos de vista (MOSCOVICI, 2009). Desta forma, o universo consensual tem como objetivo fazer com que as pessoas sintam-se em casa, assim como se relaciona com as RS *per si*, que “[...] restauram a consciência coletiva e lhe dão forma, explicando os objetos e acontecimentos de tal modo que eles se tornam acessíveis a qualquer um e coincidem com nossos interesses imediatos [...]” (MOSCOVICI, 2009, p. 52). Nesta perspectiva, o pensar e o agir estão relacionados a mundos institucionalizados, que exigem, por exemplo, convenções linguísticas, certa cumplicidade entre os sujeitos e uma concordância do que pode e não pode ser dito (MOSCOVICI, 2009).

Já no universo reificado, a sociedade é tratada como “[...] um sistema de diferentes papéis e classes, cujos membros são desiguais [...]” (MOSCOVICI, 2009, p. 51). Neste caso, beneficia-se da ciência para entender o universo reificado, e, com isso, deve-se obedecer a certos acordos gerais e ao consenso de que o mérito de uma pessoa para tratar sobre determinado assunto é medido pelas suas competências adquiridas (MOSCOVICI, 2009). Diferentemente do universo consensual, relega-se a individualidade, ou seja, não se admite a interferência de posicionamentos e da identidade dos sujeitos no processamento da informação (MOSCOVICI, 2009). Apenas é considerado como científico o que obedece aos padrões, comportamentos, regras e regulamentos adequados e imparciais, sem o envolvimento do sujeito pesquisador (MOSCOVICI, 2009). Assim, a finalidade do universo reificado é “[...] estabelecer um mapa das forças, dos objetos e acontecimentos que são independentes de nossos desejos e fora de nossa consciência e aos quais nós devemos reagir de modo imparcial e submisso [...]” (MOSCOVICI, 2009, p. 52).

Com o aumento dos desenvolvimentos científicos e com a sua maior publicidade, os mundos reificados, por sua vez, tornam-se cada vez mais acessíveis e imediatos (MOSCOVICI, 2009). Com a maior proliferação de teorias, acontecimentos e informações, os conhecimentos que antes eram considerados específicos do universo reificado são transferidos, remodelados e reapresentados para o mundo consensual (MOSCOVICI, 2009).

Ademais, como afirma Moscovici (2009), a principal função das Representações Sociais é tornar familiar aquilo que inicialmente não era familiar. Esta função é possível devido aos dois processos formadores das RS: a objetivação e a ancoragem (MOSCOVICI, 2009). A ancoragem tem como objetivo “[...] ancorar ideias estranhas, reduzi-las a categorias e a imagens comuns, colocá-las em um contexto familiar [...]” (MOSCOVICI, 2009, p. 60-61). Já a objetivação tem como objetivo “[...] transformar algo abstrato em algo quase concreto, transferir o que está na mente em algo que exista no mundo físico [...]” (MOSCOVICI, 2009, p. 61). Em suma, esses dois mecanismos são responsáveis por transformar o não-familiar em familiar da seguinte maneira: a princípio, transferindo determinado objeto para a esfera particular do sujeito, de forma que o indivíduo possa interpretá-lo e compará-lo; e, em seguida, possibilitando que o indivíduo reproduza tal objeto como algo que possa ver, tocar e controlar.

A ancoragem é o processo pelo qual se dá um nome e uma classificação a algo estranho e perturbador ao sujeito, ou seja, ao deparar-se com um determinado objeto desconhecido, o indivíduo o insere numa das categorias existentes no sistema de categorias que conhece (MOSCOVICI, 2009). O sujeito escolhe a categoria que mais se aproxima das características do objeto ou pessoa, e a partir disto, o objeto adquire as “[...] características dessa categoria e é re-ajustado para que se enquadre nela” (MOSCOVICI, 2009, p. 61). Assim, o indivíduo ou o objeto são codificados e rotulados com o que é mais usual e familiar, recebem valor positivo ou negativo, são alocadas numa escala hierárquica e são definidos como conformes ou divergentes da norma (MOSCOVICI, 2009). Moscovici (2009) afirma que fundamentalmente a representação social é “[...] um sistema de classificação e de denotação, de alocação de categorias e nomes [...]” (MOSCOVICI, 2009, p. 62). O ato de nomear um indivíduo ou um objeto significa libertá-lo do anonimato, atribuí-lo uma genealogia e incluí-lo num “[...] complexo de palavras específicas, para

localizá-lo, de fato, na matriz de identidade de nossa cultura” (MOSCOVICI, 2009, p. 62).

A objetivação, por sua vez, é o processo em que a ideia de não-familiaridade é agregada à realidade, ou seja, o que faz parte do imaginário do sujeito torna-se de certa forma em algo concreto e abstrato. Assim, objetivar é “[...] descobrir a qualidade icônica de uma ideia ou ser impreciso, é reproduzir um conceito em uma imagem [...]” (MOSCOVICI, 2009, p. 72). Com isso, objetivar é de certa forma relacionar o abstrato a algo concreto, dotado de materialidade (ORDAZ; VALA, 1997), como por exemplo, associar a imagem de Deus a de um pai. No entanto, nem todas as palavras podem ser ligadas a uma imagem, pois não existem imagens suficientes para todos os objetos disponíveis (MOSCOVICI, 2009).

Uma das possibilidades de compreender a objetivação é identificar a existência de personagens exemplares e analisar os protótipos construídos no compartilhamento do pensamento social (ORDAZ; VALA, 1997). Ordaz e Vala (1997), em sua pesquisa sobre o tema suicídio na mídia escrita, procuraram identificar e analisar os personagens exemplares e os protótipos construídos nos textos jornalísticos. Essa forma de análise é interessante, pois possibilita conhecer a materialidade adquirida por um fenômeno ou objeto em um contexto social. Desta forma, tomando como base o trabalho de Ordaz e Vala (1997), buscou-se analisar o seguinte: (1) a presença de personagens representativos que dão materialidade e sentido ao sindicalismo, como por exemplo, a associação do rosto de Freud à psicanálise. Como afirmam Ordaz e Vala (1997, p. 852) “[...] a complexidade dos fenômenos em causa conduz à sua objectivação em personagens-heróis de uma ideia, de um partido ou de uma ideologia [...]”; (2) a presença de um ou mais protótipos do sindicalista, ou seja, se a mídia afirma que determinadas características e/ou comportamentos são típicos dos elementos da categoria de sindicalistas.

5.4- A MÍDIA COMO ESPAÇO DE CIRCULAÇÃO DE REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Neste capítulo, intenta-se realizar algumas considerações sobre os seguintes assuntos: (1) a taxonomia de Moscovici sobre os sistemas de

comunicação; (2) o conceito de representações partilhadas; (3) o papel da mídia na criação e disseminação de RS; e, (4) a importância da linguagem na produção e comunicação das RS.

Na segunda parte de sua obra originária, Moscovici buscou estudar textos jornalísticos sobre a psicanálise publicados na imprensa francesa (MOSCOVICI, 2012). Foi neste estudo que Moscovici desenvolveu a noção de modalidade comunicativa, ou seja, após a realização da análise de conteúdo dos textos extraídos da imprensa genérica, de publicações católicas e de artigos comunistas, Moscovici concluiu que para cada caso há um tipo de modalidade de comunicação: difusão, propagação e propaganda, respectivamente (CASTRO, 2002; MOSCOVICI, 2012).

Segundo Ordaz e Vala (1997), o sistema de difusão caracteriza-se por dirigir-se a públicos heterogêneos, e não a apenas um público em particular. Desta forma, as mensagens sobre um fenômeno, conceito ou ideia organizam-se “[...] com base numa multiplicidade de quadros de referência, na medida em que ignoram as diferenciações sociais e se dirigem a indivíduos intermutáveis” (ORDAZ; VALA, 1997, p. 849), ou seja, neste caso as RS de determinado objeto possuem elementos pouco estruturados, diversificados e em certos casos contraditórios. Com isso, geralmente os jornais e revistas deste tipo de sistema comunicativo pertencem à imprensa de características generalistas e de grande audiência (CASTRO, 2002). Como afirma Moscovici (2012), a difusão “[...] é uma forma de comunicação que concerne não a um grupo definido, mas o que chamamos frequentemente de massa [...]” (MOSCOVICI, 2012, p. 291). Esta modalidade de comunicação não visa formar opinião e criar um tipo de comportamento, mas sim comunicar o assunto e deixar que os sujeitos receptores tirem as suas próprias conclusões (CASTRO, 2002).

O sistema de propagação, pelo contrário, dirige-se a um público em particular e tem como função conformar o objeto comunicado com os preceitos do grupo, isto é, este sistema reflete “[...] uma visão bem organizada do mundo e tem subjacente um quadro de referências conhecido e aceito pelo grupo [...]” (ORDAZ; VALA, 1997, p. 849). Os seus elementos possuem uma imagem mais concreta do objeto e há uma organização discursiva mais integrativa e sistematizada (ORDAZ; VALA, 1997). A modalidade propagação tem como finalidade organizar determinada teoria para torná-la compatível com os preceitos de determinado grupo, sem imposições diretas (CASTRO, 2002).

Já o sistema de propaganda tem como objetivo persuadir os sujeitos, “[...] oferece uma visão clivada do mundo, salientando e alimentando relações sociais de conflito [...]” (ORDAZ; VALA, 1997, p. 849). Moscovici (2012) trata das duas funções da propaganda: (1) a função reguladora, que busca o “[...] restabelecimento da identidade do grupo, exprimindo sua qualidade de sujeito liberado das contradições que ameaçam seu equilíbrio e sua ação [...]” (MOSCOVICI, 2012, p. 393); e, (2) função organizadora, que implica a “[...] elaboração adequada do conteúdo das comunicações, a transformação do campo social – de sua representação – numa dada situação [...]” (MOSCOVICI, 2012, p. 394). Desta forma, nesta modalidade o objeto social que ameaça a identidade e a representação do real de um grupo geralmente é visto como inimigo e, por este motivo, deve ser alvo de críticas (CASTRO, 2002). Assim, Moscovici (2012) define a propaganda como “[...] uma modalidade de expressão de um grupo, visando a ação, em situação conflituosa e de elaboração instrumental da representação que faz do objeto do conflito [...]” (MOSCOVICI, 2012, p. 396-397).

Neste ponto, vale ressaltar que os sentidos produzidos, a objetivação e a legitimidade das informações estão relacionadas ao tipo de modalidade de comunicação em que determinados meios de comunicação se inserem (ORDAZ; VALA, 1997). No entanto, o sujeito recebe diariamente diversas informações e, dependendo das suas experiências, conhecimentos, valores e crenças, ele pode concordar, discordar e até mesmo reproduzi-las, modificá-las ou criticá-las.

Neste contexto, é sabido que os sujeitos possuem desacordos e conflitos sobre diversos assuntos cotidianos. Entretanto, apesar das adversidades, existem numa sociedade as representações partilhadas (MOSCOVICI, 1993), formadas por significados disseminados historicamente através da comunicação, negociações e experiências. Como afirma Moscovici (2009, p. 55) “[...] a dinâmica das relações é uma dinâmica de familiarização, onde os objetos, pessoas e acontecimentos são percebidos e compreendidos em relação a prévios encontros e paradigmas [...]”. Espera-se que os acontecimentos, ideias e gestos se repitam, ou seja, a sociedade evita os conflitos e atritos com o que é considerado novo e fora do natural (MOSCOVICI, 2009).

Assim, para que a comunicação seja viável dentro de um contexto, sempre haverá numa sociedade um nível de realidade compartilhada, para que seja possível a fala, a argumentação e o debate (GUARESCHI, 2000). Isso não significa

que sempre haverá um acordo e consenso sobre os assuntos debatidos pelos sujeitos, mas de certa forma, todos saberão algo sobre determinado assunto que está sendo tratado (GUARESCHI, 2000).

Neste contexto, há um constante processo dialético entre conhecedor e conhecido (GUARESCHI, 2000). Por meio de uma teia de relacionamentos, as pessoas trocam ideias e informações cotidianamente. Até certo ponto, o sujeito também é o outro, pois o sujeito sofreu influência de outros sujeitos e do social no seu processo de construção (GUARESCHI, 2000). Como afirma Guareschi (2000, p. 80) “entendemos nosso conhecimento como resultado dos seres humanos históricos, que se relacionam com o mundo externo, também histórico [...]”. Ichikawa e Silva (2006) concordam com Guareschi ao esclarecerem que a mobilização das RS “[...] acontece em todas as ocasiões e lugares onde as pessoas se encontram informalmente e se comunicam, constituindo o pensamento no ambiente onde se desenvolve a vida cotidiana” (ICHIKAWA; SILVA, 2006, p. 03). Assim, a comunicação influencia as RS, pois lemos as informações que circulam na mídia e conversamos com nossos amigos e familiares (DUVEEN, 2009).

Dessa forma, as RS sobre determinado objeto estão em constante (re)construção. Segundo Moscovici (2009), ao considerar que vivemos em um mundo totalmente social, todas as informações que recebemos são distorcidas por “[...] representações ‘superimpostas’ aos objetos e às pessoas que lhes dão certa vaguidade e as fazem parcialmente inacessíveis [...]” (MOSCOVICI, 2009, p. 33). Neste sentido, as RS quando criadas ganham vida própria, pois elas “[...] circulam, encontram-se, atraem-se, repelem-se e abrem espaço para o surgimento de novas representações, enquanto outras, mais antigas, acabam desaparecendo” (CAVEDON; FERRAZ, 2005, p. 06). Assim, a RS “[...] circulam nos discursos, são trazidas pelas palavras e veiculadas em mensagens e imagens midiáticas, cristalizadas em condutas e em organizações materiais e espaciais [...]” (JODELET, 2001, p. 17-18).

Neste ínterim, o estudo sobre mídia tem sido importante contemporaneamente devido ao profundo desenvolvimento dos meios de comunicação, a sua perspicaz penetração na vida social e consequente influência e transformação produzidas na sociedade atual (JOVCHELOVITCH, 2000). Sá (1998) também aponta a importância do estudo da comunicação, na medida em que “[...] reserva-se aos meios de comunicação de massa um papel destacado na

compreensão dos processos de formação e circulação das representações sociais nas sociedades contemporâneas [...]” (SÁ, 1998, p. 43).

Destaca-se que o processo de produção das representações sociais é mediado principalmente pela linguagem e há em cada sociedade um repertório de formas de discurso específico e relativo aos contextos histórico, social e cultural (LARA et al., 2009). Moscovici (2009) esclarece que as “[...] imagens, ideias e a linguagem compartilhadas por um determinado grupo sempre parecem ditar a direção e o expediente iniciais, com os quais o grupo tenta acertar com o não familiar [...]” (MOSCOVICI, 2009, p. 57).

Portanto, os objetos de estudos que serão adotados neste trabalho são os sentidos emanados das formas simbólicas. Guareschi (2000) define as formas simbólicas como “[...] ações, falas, textos, imagens, representações, conteúdos significativos etc [...]” (GUARESCHI, 2000, p. 80), no entanto, com o intuito de atender aos objetivos do presente estudo, e por tratar-se de uma pesquisa documental, será adotada a forma simbólica texto como objeto de análise.

Após a explanação dos princípios fundamentais e alguns conceitos da TRS, serão apresentados a seguir os passos que guiaram a construção da presente pesquisa, cujo objetivo geral é analisar os sentidos disseminados pela Revista Veja sobre o sindicalismo.

6- METODOLOGIA

No presente trabalho, foi realizada uma pesquisa de natureza qualitativa com objetivo de realizar uma análise de elementos textuais para a compreensão dos fenômenos estudados (BAUER; GASKELL; ALLUM, 2002). O caráter qualitativo foi adotado por ter maior conformidade com os objetivos propostos.

6.1- DOS PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS

Tendo em vista a natureza do objeto de pesquisa, foi adotada a consulta a textos jornalísticos como estratégia de coleta de dados. Desta forma, realizou-se uma pesquisa documental na revista semanal *Veja*. Entende-se por documento toda a produção humana que se revela como vestígio de sua ação e que de certa forma indica as suas opiniões, ideias e valores sobre determinados assuntos (SILVA et al., 2009). De acordo com Sá-Silva, Almeida e Guidani (2009, p. 05), a pesquisa documental é “[...] um procedimento que utiliza métodos e técnicas para a apreensão, compreensão e análise de documentos dos mais variados tipos”, sendo que o presente estudo limitou-se aos documentos do tipo escrito (SILVA et al., 2009). Assim, foram selecionados e analisados apenas dados textuais, ou seja, notícias, reportagens, notas de opinião, notas informativas, entrevistas e comentários sobre o sindicalismo, desprezando-se assim as imagens. Acentua-se que os documentos pesquisados são de conhecimento público e estão disponíveis gratuitamente no acervo digital da *Veja*⁹.

Para tal, investigaram-se os seguintes períodos históricos, delimitados de acordo com a divisão histórica do movimento sindical adaptada de Queiroz (2007): Ditadura Militar (11 de setembro de 1968 a 14 de março de 1985); 4ª República (15 de março de 1985 a 14 de março de 1990); Globalização e Neoliberalismo (15 de março de 1990 a 31 de dezembro de 2002); Era Lula e atualidade (1º de janeiro de 2003 a 2013), que ocasionou a construção de 04 (quatro) *corpora* que foram analisados separadamente. As datas foram delimitadas de acordo com o início e o

⁹ <http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx>

fim do mandato dos chefes de governo enquadrados nos respectivos períodos históricos. No entanto, para fins didáticos, optou-se pelo fim do mandato com 01 (um) dia anterior à posse do novo presidente, para que não ocorram conflitos na formação dos *corpora*.

Visto que o período histórico estudado é extenso e devido à limitação de tempo para a realização dos trabalhos, adotou-se a seleção de 01 (uma) edição a cada 04 (quatro) meses. Para maior sistematização, privilegiou-se a primeira edição do respectivo quadrimestre. Nos casos em que nenhuma matéria foi encontrada com os termos chaves, avançou-se para a próxima edição, assim sucessivamente. Também foi pertinente o estudo de determinadas edições semanais extraordinárias em consonância com os fatos históricos relevantes apontados na literatura científica.

Para a localização dos textos foram utilizadas as palavras chaves sindicalismo, sindical(is) e sindicato(s) no local de busca “buscar na edição” no acervo digital da Revista Veja. Foi necessária a digitação de cada palavra chave no campo de busca, pois durante o processo de pesquisa detectou-se que a busca era realizada apenas com palavras completas, ou seja, não foi possível entrar com a palavra “sindica”, por exemplo, e buscar todas as palavras chaves simultaneamente. A pesquisa também foi realizada em cada edição, pois foi detectada a não confiabilidade das buscas “avançada” e “sugerida”, em que seria possível a busca de reportagens sobre temas selecionados em todo o acervo digital da Revista Veja. Para isso, foi feito o seguinte teste: realizou-se a busca geral em todo o acervo com a palavra sindicatos, e, na sequência, consultaram-se edições específicas com a palavra chave indicada. Constatou-se que foi encontrada a palavra chave sindicatos nas pesquisas por edições que não foram apontadas pela pesquisa no acervo geral da Revista Veja. Por fim, também detectou-se durante o processo de pesquisa que a busca do acervo digital não localizou as palavras divididas silabicamente com hífen no final da linha.

Alguns hiatos foram detectados durante o levantamento do material, em que ocorreram prováveis problemas de digitalização das edições. Contatou-se que em algumas edições, ao entrar com uma palavra chave, a busca não era realizada. Assim, para confirmação do problema de digitalização, localizaram-se na edição 03 (três) palavras quaisquer que depois foram utilizadas como palavras chave. Nos casos em que a busca não encontrou as palavras chaves existentes na edição, foi necessário seguir para a edição seguinte, assim sucessivamente. As edições não

pesquisadas por problemas de digitalização foram destacadas no Apêndice I. No entanto, considera-se que tais problemas durante o procedimento de coleta dos dados não interferiram no atendimento dos objetivos da presente pesquisa, devido a grande quantidade e qualidade dos dados obtidos. Além disso, acredita-se ter atendido as regras para a constituição de um *corpus* problematizadas por Bardin (2007): (a) a regra da exaustividade, em que é necessário obter-se todos os elementos do *corpus*; (b) a regra da representatividade, em que “[...] a análise pode efectuar-se numa amostra desde que o material a isso se preste [...]” (BARDIN, 2007, p. 91); (c) a regra da homogeneidade, em que os documentos selecionados devem “[...] obedecer a critérios precisos de escolha e não apresentar demasiada singularidade fora destes critérios de escolha” (BARDIN, 2007, p. 91); e, (d) a regra da pertinência, que diz respeito pertinência dos documentos selecionados com os objetivos da análise.

Todo o material foi impresso, inventariado, lido, codificado e analisado. Foram destacadas em todo o material impresso as palavras chaves para orientação do pesquisador. Assim, priorizaram-se nas matérias os trechos em que as palavras chaves foram encontradas pela busca do acervo digital. O material que tratava exclusivamente de sindicatos patronais foi descartado, por não estar de acordo com os objetivos da pesquisa.

Diante da influência das agências internacionais e do período de censura a que a imprensa brasileira e a *Veja* foram submetidos durante o período da ditadura militar, optou-se por incluir na análise e discussão do período da ditadura militar os excertos que trataram do sindicalismo de outros países. Nos demais períodos, a *Veja* também tratou, porém com menor intensidade, do sindicalismo de outros países, como Chile, África do Sul, França, Argentina, Alemanha, Estados Unidos, Polônia, Inglaterra, Rússia, Venezuela, Colômbia e China. Entretanto, optou-se por adotar apenas os dados relativos ao Brasil a partir da 4ª República.

Por tratar-se de pesquisa documental com dados primários, ou seja, que ainda não receberam tratamento científico, rogou-se o cuidado na sistematização e análise dos dados. Sá-Silva, Almeida e Guidani (2009) esclarecem a importância de se ter em mente o contexto e a época da produção do documento, assim como o cenário político, cultural e econômico. Além disso, é relevante compreender a identidade e o histórico da *Revista Veja*. Para isso, o referencial teórico e os dados foram retomados sempre que necessário para o aprofundamento e possível

reformulação das categorias e dos eixos temáticos, pois o movimento de vai e vem entre os métodos de análise, a técnica, as hipóteses e as interpretações é uma particularidade da análise de conteúdo (BARDIN, 2007).

6.1.1- A Revista Veja

Adotou-se neste trabalho a Revista Veja como *locus* de pesquisa pelo fato dela ser a revista mais lida do Brasil e a segunda maior revista semanal de informação do mundo (em quantitativo de leitores), sendo que a maior encontra-se nos Estados Unidos, e também pelo fato dela estar em circulação desde setembro de 1968 (MENANDRO; TRINDADE; ALMEIDA, 2005), abrangendo, portanto, um longo período histórico.

Segundo dados do IVC¹⁰ (Instituto Verificador de Circulação), a Veja ocupou a 1ª posição no *ranking* de revistas semanais em circulação no Brasil em 2014, com uma média de circulação de 1.167.928 exemplares por edição no período de janeiro a setembro de 2014, sendo seguida pelas revistas Época (390.709 exemplares por edição) e IstoÉ (322.518 exemplares por edição). No mesmo período de 2013, a média de circulação foi de 1.069.840 exemplares por edição, o que indicou um crescimento de cerca de 9% no período de um ano. Estes dados indicam que a Revista Veja continua a ampliar o seu mercado e é a revista semanal mais vendida do Brasil.

Na seção de publicidade do site¹¹ da Editora Abril¹², a Revista Veja foi qualificada como um dos maiores meios de comunicação do Brasil e foram apresentadas as diversas plataformas de relacionamento com o leitor que a revista possui atualmente: aplicativo para *smartphone*, o portal veja.com, *Twitter*, além de sua forma impressa e no formato para *tablet* e *iPhone*. Ainda segundo o site da Editora Abril, o conjunto de plataformas promove uma audiência de cerca de 12 milhões de pessoas por semana¹³.

¹⁰ Disponível em: <http://aner.org.br/dados-de-mercado/circulacao/>. Acesso em 18 mar. 2015, às 09h:50min.

¹¹ Disponível em: <http://www.publiabril.com.br/marcas/veja/revista/informacoes-gerais>. Acesso em 18 mar. 2015, às 10h:11min.

¹² Editora responsável pela publicação da revista Veja.

¹³ Para a formulação de tais informações, a editora Abril utilizou-se da fonte *Ipsos Marplan* (Out. 12 a Set. 13) *Google Analytics*.

Quanto à caracterização do público da Revista Veja¹⁴, a Editora Abril¹⁵ afirmou que 55% do público é do sexo feminino e 31% dos leitores estão na faixa etária acima de 50 anos, 22% entre 35 a 44 anos, 20% entre 25 a 34 anos, 10% de 12 a 19 anos, 9% entre 45 a 49 anos e 8% de 20 a 24 anos, o que indica que a maior parte do público da Veja é formada por pessoas adultas e, sugestivamente, estabelecidas profissionalmente. Quanto ao perfil social e econômico, 51% dos leitores são da classe B, 30% são da classe C, 15% da classe A e 3% das classes D e E. Tendo como fonte os dados do IVC jan-dez/13, a Editora Abril também afirmou que 58% dos leitores concentram-se na região Sudeste, e 14% estão no Nordeste, 14% no Sul, 10% no Centro Oeste e 4% no Norte. Portanto, a maioria dos leitores da Revista Veja são de classe social B e residem na região Sudeste.

O site do Grupo Abril ainda esclarece que Roberto Civita, que foi presidente do Conselho de Administração e diretor editorial do Grupo Abril por quase 30 anos, sempre buscou a liberdade de expressão e o aperfeiçoamento da educação, esta que seria fundamental para o desenvolvimento do Brasil¹⁶. Para isso, a Revista Veja construiu uma imagem própria de autenticidade das informações perante a sociedade, como afirma Benetti (2007), a Veja construiu sobre si mesma “[...] uma forte imagem de legitimidade para proferir saber” (2007, p. 42). Ademais, acentua-se que a Veja possui valores próprios. Na missão da Revista Veja, proposta por Roberto Civita, constata-se a intenção de influenciar na política e na economia brasileira:

Ser a maior e mais respeitada revista do Brasil. Ser a principal publicação brasileira em todos os sentidos. Não apenas em circulação, faturamento publicitário, assinantes, qualidade, competência jornalística, mas também em sua insistência na necessidade de consertar, reformular, repensar e reformar o Brasil. Essa é a missão da revista. Ela existe para que os leitores entendam melhor o mundo em que vivemos¹⁷

Assim, os resultados obtidos no presente estudo não generalizam os sentidos disseminados por toda a mídia brasileira sobre o sindicalismo. Neste contexto, serão apresentados a seguir dois estudos que trataram especificamente da

¹⁴ Disponível em: <http://www.publiabril.com.br/marcas/veja/revista/informacoes-gerais>. Acesso em 18 mar. 2015, às 10h:30min.

¹⁵ Para a formulação de tais informações, a Editora Abril baseou-se na fonte *Target Group Index BrY14w2+Y15w1* (Fev13-Fev14) V1.0 – Pessoas.

¹⁶ Disponível em: <http://grupoabril.com.br/pt/quem-somos/roberto-civita> Acesso em 18 mar. 2015, às 10h:08min.

¹⁷ Disponível em: <http://www.publiabril.com.br/marcas/veja/revista/informacoes-gerais>. Acesso em 18.mar.2015, às 09h:57min.

autoconstrução da imagem e das posições ideológicas da Revista Veja perante determinados assuntos.

Rautenberg (2012) em seu artigo “A construtora Mendes Júnior na revista Veja: imprensa, empreiteiras e ditadura civil-militar brasileira” sugeriu que a Veja teve vínculos com empresas da construção civil durante a ditadura e com o regime ditatorial. A pesquisa também revelou o seguinte: (1) que ocorrem várias posições de apoio ao governo ditatorial percebidas nas matérias da Veja, como por exemplo, o apoio às grandes obras que estavam sendo realizadas e ao progresso que a ditadura estava promovendo ao Brasil, demonstrando, assim, que o relacionamento da Veja com o governo imposto estava além da subordinação; (2) a ênfase dada e a propaganda realizada às construtoras destas grandes obras; e, (3) a admiração e reconhecimento do Ministro Delfim Netto, devido a satisfação do dono do Grupo Abril na época, Victor Civita, com as políticas econômicas desenvolvidas pelo Ministro.

Já o trabalho de Campos (2010) intitulado “Imaginários da ordem e da desordem: os 25 anos do Movimento Sem Terra na perspectiva da Revista Veja” buscou analisar as estratégias discursivas adotadas pela Veja para a construção de um imaginário sobre o Movimento Sem Terra (MST). Assim, foram discutidos alguns sentidos construídos pela Revista Veja sobre o MST, geralmente de cunho negativo, como por exemplo, a localização do MST como elemento principal da desordem rural, o tratamento indiferente para com as reivindicações do movimento e a classificação das ações do MST como criminosas. Este estudo também apontou um forte indício de ligação da Revista Veja com os anseios da classe dominante, principalmente após a análise dos patrocinadores da Veja. Desta forma, a Revista Veja teria criticado as ações do MST para defender os interesses dos empresários.

6.2- DOS PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DOS DADOS

Neste estudo utilizou-se a análise de conteúdo como método de análise do material classificado, definida por Bardin (2007) como:

[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 2007, p. 37).

Optou-se pela análise de conteúdo por ser uma técnica de tratamento de material textual e simbólico (COLBARI, 2014) adequada aos objetivos do presente estudo, e também devido ao seu ecletismo, como afirma Bardin “[...] a técnica de análise de conteúdo adequada ao domínio e ao objetivo pretendidos tem que ser reinventada a cada momento [...]” (BARDIN, 2007, p. 26). Ressalta-se que se buscou neste trabalho uma aproximação dos aspectos semânticos da linguagem e um distanciamento de uma compreensão que valoriza unicamente a(s) palavra(s), ou seja, buscou-se descrever, analisar e interpretar os sentidos atribuídos às mensagens escritas (FRANCO, 2003).

Vale destacar que priorizou-se neste estudo o sentido emanado dos excertos levantados na pesquisa documental para a construção das categorias de análise. Com isso, teve-se como referência nesta pesquisa a caracterização da análise qualitativa explicitada por Bardin (2007):

[...] pode dizer-se que o que caracteriza a análise qualitativa é o facto de a <<inferência – sempre que é realizada – ser fundada na presença do índice (tema, palavra, personagem, etc!), e não sobre a frequência da sua aparição, em cada comunicação individual>>” (BARDIN, 2007, p. 109).

Como atividade inicial da análise dos documentos, realizou-se uma leitura flutuante do material de forma aberta às ideias, hipóteses e reflexões que, na sequência, serviram de suporte para a formulação de hipóteses provisórias (BARDIN, 2007). Segundo Franco (2003), a leitura flutuante “[...] consiste em estabelecer contatos com os documentos a serem analisados e conhecer os textos e as mensagens neles contidas [...]” (2003, p. 44). Com isso, surgiram as primeiras impressões, emoções, conhecimentos, representações e expectativas.

Após a leitura flutuante, iniciou-se a leitura do material e a elaboração de indicadores. Nesta etapa, foram realizadas anotações com o intuito de identificar o aparecimento de temas e temáticas. Ou seja, foram destacados os índices, que de certa forma faziam alusão a um tema explicitamente, e que, em seguida, foram organizados sistematicamente em indicadores qualitativos que auxiliaram na construção das categorias de análise (BARDIN, 2007). Os trechos destacados como importantes e considerados de interesse para a análise foram digitados e separados de acordo com os índices (temas) encontrados.

Neste estudo, foram definidas como unidades de registro (unidade de significação) o tema e o personagem. O tema “[...] é a unidade de significação que se liberta naturalmente de um texto analisado segundo certos critérios relativos à

teoria que serve de guia à leitura” (BARDIN, 2007, p. 99). Ou seja, buscaram-se os núcleos de sentido (e não a forma), de ordem psicológica, que de certa maneira poderiam ter algum significado para o objetivo da análise (BARDIN, 2007). Já o personagem diz respeito “[...] a pessoas particulares passíveis de serem classificados de acordo com diferentes indicadores: nível socioeconômico, sexo, etnia, educação, escolaridade, nacionalidade, religião etc” (FRANCO, 2003, p. 38).

Também se priorizou a unidade de contexto, que, de acordo com Bardin “[...] serve de unidade de compreensão para codificar a unidade de registro [...]” (2007, p. 100). Assim, considera-se importante conhecer as condições contextuais em que as mensagens foram elaboradas, pois, neste estudo, foi necessário em certos casos fazer referência “[...] ao contexto próximo ou longínquo da unidade a registrar [...]” (BARDIN, 2007, p. 101). Como afirma Franco (2003), a produção das mensagens está adstrita às situações sociais, políticas, econômicas e culturais, assim como vinculada à evolução histórica da humanidade, “[...] o que resulta em expressões verbais (ou mensagens) carregadas de componentes cognitivos, afetivos, valorativos e historicamente mutáveis” (FRANCO, 2003, p. 13).

Para a organização e sistematização dos temas e sentidos, apoiou-se nas regras para a construção das categorias de análise expostas por Bardin (2007). Segundo a autora, os principais requisitos para a formação das categorias são: (a) exclusão mútua, que está intimamente ligada à homogeneidade das categorias; (b) pertinência, que ocorre basicamente quando as categorias estão de acordo com o quadro teórico escolhido, com os objetivos da investigação e com o material definido; (c) objetividade e fidedignidade, cuja finalidade é basicamente que as partes de um material, caso sejam submetidas a diversas análises de outros pesquisadores, sejam sempre codificadas da mesma forma; (d) produtividade, pois se espera que o conjunto de categorias ofereçam resultados ricos.

Para a sistematização do conteúdo foram elaboradas categorias de análise sob uma dimensão qualitativa e semântica, que tem como objetivo identificar a ausência ou presença de qualidades, significados e temas, além de apreciar o sujeito e o que pode ser considerado insólito, enfim, explorar as unidades de registro pertinentes e a partir disto, reagrupá-los de acordo com os sentidos comuns destes elementos (BARDIN, 2007; COLBARI, 2014). Neste ponto, define-se a categorização como uma “[...] operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação seguida de um reagrupamento baseado em

analogias, a partir de critérios definidos” (FRANCO, 2003, p. 51). Além disso, a categorização teve como objetivo oferecer uma visão simplificada dos dados brutos, por meio da condensação dos dados (BARDIN, 2007).

As categorias estão relacionadas ao período histórico estudado e aos objetivos específicos da presente pesquisa, como, por exemplo, posições ideológicas, influências de determinadas características das relações de trabalho e sentidos disseminados sobre o sindicalismo. A formação das categorias obedeceu às operações básicas de comparação e de classificação, explicitadas por Franco (2003), que provocam a apreensão do que é diferente e semelhante, ou melhor, a identificação das características da mensagem (FRANCO, 2003). Em outras palavras, a classificação significou, neste estudo, investigar o que cada elemento possui em comum com os outros, e a partir disso organizá-los em categorias (BARDIN, 2007).

Por fim, optou-se pela organização das categorias de análise em eixos temáticos. Para tal, utilizou-se como critério para a organização os temas e os sentidos comuns emanados das categorias. Após a construção dos eixos temáticos, passou-se para o passo fundamental e, que de certa forma, é a principal intenção da análise de conteúdo: a realização de inferências (FRANCO, 2003). Bardin (2007) afirma que a finalidade da análise de conteúdo é “[...] a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (ou, eventualmente, de recepção), inferência essa que recorre a indicadores (quantitativos ou não) [...]” (BARDIN, 2007, p. 34). Assim, a inferência “[...] é o procedimento intermediário que vai permitir a passagem, explícita e controlada, da descrição à interpretação” (FRANCO, 2003, p. 25), ou seja, é o procedimento essencial para a adequada interpretação dos eixos temáticos construídos na fase de descrição. Neste sentido, Bardin (2007) abordou o trabalho do analista ao realizar o processo dedutivo ou inferencial, o qual se intentou atender no presente trabalho:

[...] a tentativa do analista é dupla: compreender o sentido da comunicação (como se fosse o receptor normal), mas também e principalmente desviar o olhar para uma outra significação, uma outra mensagem entrevista através ou ao lado da mensagem primeira. A leitura efectuada pelo analista do conteúdo das comunicações não é, ou não é unicamente, uma leitura <<à letra>>, mas antes o realçar de um sentido que se encontra em segundo plano [...] (BARDIN, 2007, p. 36).

Assim sendo, buscou-se produzir inferências sobre as particularidades do texto (FRANCO, 2003). Entretanto, esclarece-se que não é objetivo deste trabalho estudar os efeitos das mensagens. Não que tal questão seja considerada mais ou

menos importante, no entanto, os seus anseios estão além da proposta do presente estudo. A questão “com que efeito?” visa “[...] estudar, identificar o efeito e/ou impacto que determinada mensagem causa no receptor, no leitor, no ouvinte e em diferentes segmentos da população [...]” (FRANCO, 2003, p. 22). Neste caso, seria necessário conhecer os efeitos da veiculação dos textos jornalísticos da Revista Veja em determinada população, o que, neste caso, torna-se sugestão de pesquisa para estudos futuros. No entanto, isto não significa que se abandonou o pólo receptor (BARDIN, 2007) neste trabalho.

Segundo Bardin (2007), são 04 (quatro) os pólos de análise: (a) o emissor ou produtor da mensagem, que pode ser uma pessoa ou um grupo de emissores, e a mensagem emitida representa e exprime tal(is) emissor(es); (b) o receptor, que pode ser uma pessoa, ou um grupo ou uma massa de indivíduos, e, desta forma, a mensagem emitida tem como finalidade agir e adaptar-se a ele(s). Com isso, “[...] o estudo da mensagem poderá fornecer informações relativas ao receptor ou ao público” (BARDIN, 2007, p. 128); (c) a mensagem, que é o ponto de partida da análise de conteúdo; (d) o *medium*, que se destina a procedimentos experimentais. Assim, abordaram-se neste trabalho os pólos emissor, receptor e mensagem, com o intuito de se conhecer os sentidos do sindicalismo disseminados pela Revista Veja, que, de certa forma, nos remetem às características e expectativas do público alvo em cada período estudado.

Por fim, destaca-se que não foi necessária a elaboração do termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE), a submissão do projeto ao Comitê de Ética em Pesquisa da UFES e demais formalidades, por se tratar de pesquisa exclusivamente documental, em que os documentos são de conhecimento público.

7- RESULTADOS

Neste capítulo, serão expostos os resultados da pesquisa documental, assim como serão apresentados os eixos temáticos e as respectivas categorias de análise que os compõem. As categorias e os eixos temáticos foram construídos de acordo com os dados referentes a cada período histórico estudado. Vale ressaltar que, devido ao grande volume de dados obtidos, foram selecionados e apresentados apenas alguns trechos jornalísticos que representam e exemplificam as categorias de análise. Com exceção dos demais períodos, optou-se por incluir nos resultados do período da ditadura militar os excertos que trataram do sindicalismo de outros países. Isto devido à influência das agências internacionais e do período da censura na mídia brasileira durante o regime militar (MIRA, 1997, KLANOVICZ, 2010).

Foram pesquisadas 161 edições da Revista Veja e 331 artigos¹⁸ foram selecionados para análise. A partir dos dados coletados foram construídas 46 categorias de análise, que posteriormente foram organizadas em 12 eixos temáticos. Assim, a Tabela I apresenta a construção dos eixos temáticos adotados em cada período histórico estudado.

Tabela I – Construção dos eixos temáticos

	Corpus 1	Corpus 2	Corpus 3	Corpus 4	Total
Edições quadrimestrais	59	21	52	93	225
Edições extras	4	4	2	3	13
Total de edições válidas	58	23	42	38	161
Total de artigos encontrados	154	57	72	80	363
Total de artigos válidos para análise	134	53	70	74	331
Total de categorias	16	10	10	10	46
Total de eixos temáticos	4	2	3	3	12

¹⁸ Entende-se por artigos as reportagens, as entrevistas, e as notas de opinião e informativas.

A Tabela II apresenta uma visão panorâmica da construção dos eixos temáticos. Destaca-se que no decorrer do presente capítulo as categorias de análise que compõem os eixos temáticos serão discutidas individualmente.

Tabela II – Mapeamento dos eixos temáticos

1º Período: Ditadura Militar (11 de setembro de 1968 a 14 de março de 1985)	
Eixos temáticos	Categorias
A.1- Atuação sindical	A.1.1 - Importância do(s) sindicato(s) para o país e para os trabalhadores, apoio sindical e renovação sindical
	A.1.2- Negociação sindical
	A.1.3- Vigor do sindicalismo
	A.1.4- Liberdade sindical
	A.1.5- Críticas às ações do governo contra sindicalistas e/ou sindicatos
	A.1.6- Corrupção, peleguismo e financiamento sindical
	A.1.7- Dificuldades enfrentadas pelo sindicalismo
	A.1.8- Críticas ao sindicalismo
	A.1.9- Sindicatos vistos como responsáveis pela perturbação da ordem pública
	A.1.10- Sindicatos e as greves
	A.1.11- Sindicatos ou líderes sindicais como porta-vozes e/ou prestadores de informações
A.2- Repressão aos sindicatos	A.2.1- Intervenção governamental nos sindicatos e imposição de atribuições
	A.2.2- Repressão
	A.2.3- Sindicalista(s) ameaçado(s) de morte ou assassinado(s)

A.3- Sindicatos e atuação político-partidária	A.3.1- O sindicalismo brasileiro relacionado a lideranças sindicais
A.4- Trabalho	A.4.1- As transformações do mundo do trabalho e as consequências para o sindicalismo

2º Período: 4ª República (15 de março de 1985 a 14 de março de 1990)

Eixos temáticos	Categorias
B.1- Atuação sindical	B.1.1- Importância do(s) sindicato(s) para o país e para os trabalhadores
	B.1.2- Negociação sindical
	B.1.3- Vigor do sindicalismo
	B.1.4- Corrupção, peleguismo e financiamento sindical
	B.1.5- Dificuldades enfrentadas pelo sindicalismo
	B.1.6- Sindicatos vistos como responsáveis pela perturbação da ordem pública
	B.1.7- Sindicatos e as greves
	B.1.8- Sindicatos ou líderes sindicais como porta-vozes e/ou prestadores de informações
B.2- Sindicatos e atuação político-partidária	B.2.1- O sindicalismo brasileiro relacionado a lideranças sindicais
	B.2.2- A influência do PT e/ou CUT no sindicalismo

3º Período: Globalização e Neoliberalismo (15 de março de 1990 a 31 de dezembro de 2002)

Eixos temáticos	Categorias
	C.1.1- Importância do(s) sindicato(s) para o país e para os trabalhadores
	C.1.2- Negociação sindical

C.1- Atuação sindical	C.1.3- Corrupção, peleguismo e financiamento sindical
	C.1.4- Crise do sindicalismo
	C.1.5- Sindicatos e as greves
	C.1.6- Sindicatos ou líderes sindicais como porta-vozes e/ou prestadores de informações
C.2- Sindicatos e atuação político-partidária	C.2.1- O sindicalismo brasileiro relacionado a lideranças sindicais
	C.2.2- Novos campos de atuação do sindicalismo
	C.2.3- Indivíduos que conquistaram cargo público devido a experiência sindical
C.3- Trabalho	C.3.1- As transformações do mundo do trabalho e as consequências para o sindicalismo
4º Período: Era Lula e atualidade (1º de janeiro de 2003 a 2013)	
Eixos temáticos	Categorias
D.1- Atuação sindical	D.1.1- Importância do(s) sindicato(s) para o país e para os trabalhadores
	D.1.2- Corrupção, peleguismo e financiamento sindical
	D.1.3- Crise do sindicalismo
	D.1.4- Sindicatos vistos como responsáveis pela perturbação da ordem pública
	D.1.5- Sindicatos e as greves
	D.1.6- Sindicatos ou líderes sindicais

	como porta-vozes e/ou prestadores de informações
D.2- Sindicatos e atuação político-partidária	D.2.1- O sindicalismo brasileiro relacionado a lideranças sindicais
	D.2.2- Novos campos de atuação do sindicalismo
	D.2.3- Indivíduos que conquistaram cargo público devido a experiência sindical
D.3- Trabalho	D.3.1- As transformações do mundo do trabalho e as consequências para o sindicalismo

Fonte: Dados da pesquisa.

Foram atribuídos sentidos positivos e negativos às categorias de análise que compõem o eixo temático “atuação sindical”. Assim, a Tabela III apresenta os sentidos atribuídos à atuação sindical em cada período histórico.

Tabela III– Mapeamento das leituras positivas ou negativas da atuação sindical

1º Período: Ditadura Militar (11 de setembro de 1968 a 14 de março de 1985)

Leituras	Categorias
Positivas ¹⁹	A.1.1 - Importância do(s) sindicato(s) para o país e para os trabalhadores, apoio sindical e renovação sindical
	A.1.2- Negociação sindical
	A.1.3- Vigor do sindicalismo
	A.1.4- Liberdade sindical
	A.1.5- Críticas às ações do governo contra sindicalistas e/ou sindicatos
	A.1.10- Sindicatos e as greves
	A.1.11- Sindicatos ou líderes sindicais

¹⁹ Compreende-se como leituras positivas a reunião de afirmações positivas sobre o sindicalismo, ou seja, que denotam otimismo, confiança ou comportamento positivo.

	como porta-vozes e/ou prestadores de informações
Negativas ²⁰	A.1.6- Corrupção, peleguismo e financiamento sindical
	A.1.7- Dificuldades enfrentadas pelo sindicalismo
	A.1.8- Críticas ao sindicalismo
	A.1.9- Sindicatos vistos como responsáveis pela perturbação da ordem pública
2º Período: 4ª República (15 de março de 1985 a 14 de março de 1990)	
Leituras	Categorias
Positivas	B.1.1- Importância do(s) sindicato(s) para o país e para os trabalhadores
	B.1.2- Negociação sindical
	B.1.3- Vigor do sindicalismo
	B.1.7- Sindicatos e as greves
	B.1.8- Sindicatos ou líderes sindicais como porta-vozes e/ou prestadores de informações
Negativas	B.1.4- Corrupção, peleguismo e financiamento sindical
	B.1.5- Dificuldades enfrentadas pelo sindicalismo
	B.1.6- Sindicatos vistos como responsáveis pela perturbação da ordem pública
3º Período: Globalização e Neoliberalismo (15 de março de 1990 a 31 de dezembro de 2002)	

²⁰ Entende-se como leituras negativas a reunião de afirmações negativas sobre o sindicalismo, ou seja, que demonstram certa recusa, redução, restrição, negação, proibição, ausência ou contrariedade.

Leituras	Categorias
Positivas	C.1.1- Importância do(s) sindicato(s) para o país e para os trabalhadores
	C.1.2- Negociação sindical
	C.1.6- Sindicatos ou líderes sindicais como porta-vozes e/ou prestadores de informações
Negativas	C.1.3- Corrupção, peleguismo e financiamento sindical
	C.1.4- Crise do sindicalismo
	C.1.5- Sindicatos e as greves
4º Período: Era Lula e atualidade (1º de janeiro de 2003 a 2013)	
Leituras	Categorias
Positivas	D.1.1- Importância do(s) sindicato(s) para o país e para os trabalhadores
	D.1.6- Sindicatos ou líderes sindicais como porta-vozes e/ou prestadores de informações
Negativas	D.1.2- Corrupção, peleguismo e financiamento sindical
	D.1.3- Crise do sindicalismo
	D.1.4- Sindicatos vistos como responsáveis pela perturbação da ordem pública
	D.1.5- Sindicatos e as greves

Fonte: Dados da pesquisa.

Dentre o total de 46 categorias de análise, constatou-se que 39 categorias de análise foram reincidentes. Estas categorias reincidentes foram reorganizadas em 12 categorias, conforme a Tabela IV. Distingue-se que o grupo de categorias iniciado com a letra “A” refere-se ao 1º corpus, com a letra “B” ao 2º corpus e assim sucessivamente.

Tabela IV– Lista das categorias reincidentes²¹

Categorias reincidentes²²	1º período	2º período	3º período	4º período
Importância do(s) sindicato(s) para o país e para os trabalhadores (A.1.1, B.1.1, C.1.1, D.1.1)				
Negociação sindical (A.1.2, B.1.2, C.1.2)				
Sindicatos ou líderes sindicais como porta-vozes e/ou prestadores de informações (A.1.11, B.1.8, C.1.6, D.1.6)				
Corrupção, peleguismo e financiamento sindical (A.1.6, B.1.4, C.1.3, D.1.2)				
Dificuldades ou crise do sindicalismo (A.1.7, B.1.5, C.1.4, D.1.3)				
Vigor do sindicalismo (A.1.3, B.1.3)				
O sindicalismo brasileiro relacionado a lideranças sindicais (A.3.1, B.2.1, C.2.1, D.2.1)				
Sindicatos vistos como responsáveis pela perturbação da ordem pública (A.1.9, B.1.6, D.1.4)				
As transformações do mundo do trabalho e as consequências para o sindicalismo (A.4.1, C.3.1, D.3.1)				
Indivíduos que conquistaram cargo público devido a experiência sindical (C.2.3, D.2.3)				
Novos campos de atuação do sindicalismo (C.2.2, D.2.2)				

²¹ Os campos hachurados indicam a ocorrência das categorias em cada período.

²² Em alguns casos, as categorias reincidentes foram nomeadas com títulos genéricos, devido à variação de sentido em cada período histórico. Dentro dos parênteses encontram-se as categorias que as compõem.

Sindicatos e as greves (A.1.10, B.1.7, C.1.5, D.1.5)				
--	--	--	--	--

Fonte: Dados da pesquisa.

Já na Tabela V estão dispostas as 7 categorias de análise que ocorreram apenas uma vez. Como será visto mais profundamente na discussão, a disposição das categorias nos indica que, apesar da diversidade de temas e abordagens sobre o sindicalismo, os dados apontam para uma concentração dos dados em torno de determinados assuntos.

Tabela V- Lista das categorias que ocorreram apenas uma vez

Categorias	Períodos
A.1.4- Liberdade sindical	1º PERÍODO
A.1.5- Críticas às ações do governo contra sindicalistas e/ou sindicatos	
A.1.8- Críticas ao sindicalismo	
A.2.1- Intervenção governamental nos sindicatos e imposição de atribuições	
A.2.2- Repressão	
A.2.3- Sindicalista(s) ameaçado(s) de morte ou assassinado(s)	2º PERÍODO
B.2.2- Influência do PT e/ou CUT no sindicalismo	

Fonte: Dados da pesquisa.

Por fim, a Tabela VI mapeia a disposição e a reincidência dos eixos temáticos. Dentre o total de 12 eixos temáticos, constatou-se que apenas o eixo temático “Repressão aos sindicatos” não foi reincidente.

Tabela VI – Lista dos eixos temáticos por período histórico

Eixos temáticos	1º período	2º período	3º período	4º período
Atuação sindical (A.1, B.1, C.1, D.1)				
Repressão aos sindicatos (A.2)				
Sindicatos e atuação político-partidária (A.3, B.2, C.2, D.2)				
Trabalho (A.4, C.3, D.3)				

Fonte: Dados da pesquisa.

7.1- EIXOS TEMÁTICOS DO 1º PERÍODO: DITADURA MILITAR (11 DE SETEMBRO DE 1968 A 14 DE MARÇO DE 1985)

A.1- Atuação sindical

A.1.1 - Importância do(s) sindicato(s) para o país e para os trabalhadores, apoio sindical e renovação sindical

Em alguns trechos, os sindicatos ou questões sindicais foram incluídos num conjunto de organizações ou assuntos importantes para um país. Destarte, em alguns excertos, o apoio sindical, numa visão política, foi considerado estratégico para o governo, ou seja, os governadores desejavam o apoio sindical para fortalecerem-se politicamente. De outro modo, também foi transmitida a imagem de sindicatos fortes e influentes e considerados importantes para a defesa dos interesses de trabalhadores de determinadas categorias e, até mesmo, para a abertura política e redemocratização.

‘Vamos fazer a cobertura de política, qualidade de vida na cidade, movimento sindical e cultural’, acrescenta Sílvio Júlio [...] (1977, 470, p. 91)²³.

23 Os excertos foram referenciados da seguinte forma: (ano, edição, página).

[...] Geisel embarcará para São Paulo [...] e participa de um jantar com líderes sindicais, convidados pelo governo do Estado, no Palácio dos Bandeirantes (1978, 504, p. 82).

[...] há três anos no poder, [...] tem procurado vender uma imagem serena – a de um homem de Estado pleno de sabedoria e compreensão, condescendente para com os adversários e defensor de colaboração com os sindicatos [Inglaterra] (1979, 556, p. 40).

[...] Com a história, aprende-se que o movimento sindical, em si, é um fator de iluminação e progresso da sociedade [...] (1980, 609, p. 88).

Neste sentido, alguns textos também manifestaram o interesse do governo em fortalecer os sindicatos ou a importância de tê-los. Outros trechos abordaram o movimento da renovação do sindicalismo brasileiro no final da década de 1970 e início de 1980 e dispensaram certa atenção para o surgimento de um novo sindicalismo.

[...] O presidente deseja, também, renovar e incentivar a vida sindical, e para isso o governo estimulará ao máximo a associação entre sindicato e Previdência Social, para que aquele passe a desempenhar muitas das tarefas que hoje pertencem a esta [...] (1970, 87, p. 21).

[...] o presidente Geisel declarou aos dirigentes da CNTI que deseja sindicatos fortes [...] (1974, 295, p. 26).

LEONTIEF – É impossível eliminar os sindicatos sem uma ditadura. E, mesmo com uma ditadura, nunca se destroem os sindicatos permanentemente. Então, é muito mais lógico trabalhar com os sindicatos. Os países de economia eficiente são justamente os que têm sindicatos fortes, organizações capitalistas fortes e governos fortes [...] (1981, 679, p. 6).

A.1.2- Negociação sindical

Nesta categoria, reuniram-se os trechos em que os dados transmitiram a imagem de sindicatos negociadores. Em alguns casos, disseminou-se que os sindicatos foram responsáveis pelas negociações trabalhistas e por mediações dos conflitos de interesses com o governo e com o patronato.

[...] Os trabalhadores não assumiram posições incendiárias. Os sindicatos trabalhistas parecem procurar soluções negociadas [...] (1978, 507, p. 91).

[...] o apartamento de Benedito Marcílio em Brasília, onde o dirigente de Santo André pretendia agrupar, novamente, as duas partes em conflito, com a mediação do ministro Murillo Macedo [...] (1979, 551, p. 119).

[...] Lula telefonou para Macedo dizendo que os sindicatos de São Bernardo e São Caetano aceitavam o acordo para submetê-lo às assembleias gerais. Macedo comunicou ao Planalto que iria fechar o negócio com os dois sindicatos [...] (1979, 551, p. 123).

A.1.3- Vigor do sindicalismo

Nesta categoria, foram reunidos trechos que demonstraram o vigor do novo sindicalismo, que, por vezes, foi explicitada por meio da união dos trabalhadores e pelo sucesso conquistado pelos movimentos grevistas. Com o crescimento do novo sindicalismo, os sindicatos foram considerados poderosos e mobilizadores dos trabalhadores.

[...] 38 sindicatos do Estado do Rio de Janeiro acreditam que será possível [...] lotar até o gramado do estádio do Olaria Futebol Clube, para dar 'uma prova de união da classe operária' [...] (1979, 556, p. 26).

[...] é de se admitir que alguma preocupação com o crescimento do sindicalismo chamado 'autêntico' – que busca sua total desvinculação do Ministério do Trabalho – exista realmente. E esse sindicalismo já conta hoje no país com a adesão de pelo menos noventa entidades, englobando quarenta diferentes categorias [...] (1979, 556, p. 26).

[...] O crescimento desse novo sindicalismo não se exteriorizaria, por outro lado, pela mera manifestação retórica. Só em São Paulo, nos últimos doze meses, seus dirigentes conseguiram mobilizar os operários para greves até então inimagináveis [...] (1979, 556, p. 26).

[...] Dirigentes de poderosos sindicatos paulistas e seus assessores [...] (1979, 574, p. 94).

A.1.4- Liberdade sindical

A discussão sobre a liberdade sindical e a sua importância para os trabalhadores também foi observada nos dados. Tal discussão tornou-se relevante principalmente a partir do início da abertura política do país, em que começaram a surgir os movimentos sociais e políticos que questionavam a forte repressão adotada pelo regime militar.

Tudo poderá ser bem diferente quando os desdobramentos da abertura gerarem uma efetiva liberdade sindical – e, na esteira dela, organizações fortes e representativas, capazes de vislumbrar caminhos menos tortuosos e manobras mais racionais para a correção das injustiças salariais [...] (1979, 556, p. 22).

[...] Diante do microfone, deverão se suceder 26 oradores defendendo ‘o direito de greve, a garantia de emprego, a liberdade e autonomia sindical, um salário mínimo único de 6.204 cruzeiros para todo o Brasil e o fim da carestia’ (1979, 556, p. 26).

‘As modificações deixam muito a desejar, principalmente quanto à liberdade sindical’, reclamam os metalúrgicos de Santos em um boletim informativo de seu sindicato. ‘Pode um governo não eleito pelo povo ter algum interesse em alterar a CLT em benefício do povo?’ [...] (1979, 556, p. 28).

A.1.5- Críticas às ações do governo contra sindicalistas e/ou sindicatos

Alguns dados mostraram uma entonação crítica ou discordante ao examinar algumas ações e políticas adotadas pelo governo perante o movimento sindical, como, por exemplo, assassinatos, controle da força de trabalho, política salarial, estrutura sindical, participação política dos trabalhadores, intervenções nos sindicatos, modelo econômico e greves.

No relatório do inquérito que investigou a misteriosa morte de Olavo Hansen [...] a polícia conclui pelo suicídio. Segundo os termos do relatório, ‘quando recolhido ao hospital, Olavo pôs termo à vida ingerindo Paration, substância usada na fabricação de adubos e inseticidas, aliás

produto manipulado na indústria onde trabalhou até ser preso'. Lamentam que nenhuma porção do veneno tenha sido percebida em poder de Olavo, durante os oito dias que permaneceu preso no DEOPS [...]. Apesar de taxativo, parece pouco provável que o relatório do DEOPS consiga encerrar o caso de Olavo Hansen [...]. Para isso, falta esclarecer alguns pontos ainda misteriosos. Em junho último, logo que tomaram conhecimento do laudo do exame necroscópio, revelando o envenenamento, amigos e parentes da vítima dirigiram-se à firma onde ele trabalhou. E receberam a informação de que lá não se utiliza Paration puro, recebem-no já como componente de uma solução leve, incapaz de matar em doses pequenas. E, além disso, ainda não foi dada qualquer explicação para os diversos ferimentos encontrados no corpo de Olavo pelos médicos que o autopsiaram (1970, 104, p.32).

[...] 'A intervenção do Ministério do Trabalho nos sindicatos dos metalúrgicos do ABC veio demonstrar que o governo não soube enfrentar democraticamente as pressões sociais partidas dos operários', declarou Ulysses Guimarães, presidente nacional do MDB [...] (1979, 551, p. 124).

[...] Essas medidas, tomadas pelos governos militares, após esmagar o instituto da estabilidade, visaram primordialmente, acabar de destruir a organização sindical brasileira, beneficiando o patronato e as multinacionais aqui instaladas. Enquanto isso, o ministro da Fazenda da época fala em 'crescimento do bolo para futura distribuição' [Informe sindical] (1981, 661, p. 112).

[...] Se houvesse condições de fazer uma verdadeira greve geral no Brasil, o país seria outro, os pacotes econômicos não baixariam mensalmente e a política salarial, certamente, não seria a que hoje vigora (1983, 777, p. 31).

A.1.6- Corrupção, peleguismo e financiamento sindical

Incluíram-se nesta categoria alguns excertos que trataram dos seguintes assuntos: (a) peleguismo, em que alguns sindicatos dialogaram com o governo sobre determinados assuntos sem consultar a base ou com interesses contrários à

da base da categoria; (b) sindicatos que foram acusados de realizar conluíus para a realização de greves; (c) sindicatos que foram acusados de cederem às pressões do patronato; (d) minoria sindical que trabalhou para conquistar anseios pessoais; (e) sindicalistas que foram acusados de aceitarem regalias em troca de favores pessoais.

[...] Para começar, ele teve que empregar uma equipe de quarenta pessoas (só precisava de dez) porque os sindicatos exigem trabalho para todos os seus associados [EUA] (1969, 35, p. 57).

[...] pareceu abrir-se de repente uma nova era nas relações do governo com as entidades sindicais [...]. Certamente houve tempo em que os dirigentes sindicais frequentaram com maior assiduidade e intimidade os Palácios presidenciais, mas não se pode afirmar que tenha sido sempre em favor dos interesses dos seus representados [...]. (1974, 295, p. 26).

‘Se as confederações cumprissem seu papel’, diz Marcílio, ‘não seria preciso criar uma central. Mas o que se vê são as cúpulas atuando em nome dos trabalhadores sem beneficiá-los [...]. (1978, 504, p. 84).

[...] Talvez sua figura mais detestada seja a do pelego, esta espécie de alcaguete, como Deoclécio de Hollanda Cavalcanti, que tinha até Cadillacs, em 1946, como dirigente sindical (1980, 609, p. 87).

[...] E, diabolicamente sofisticado, sobra o Imposto Sindical, instrumento de corrupção, empecilho à verdadeira sindicalização, mas do qual os sindicatos, pelo menos até agora, não se conseguiram desvencilhar (1980, 609, p. 88).

A.1.7- Dificuldades enfrentadas pelo sindicalismo

Nesta categoria, destacaram-se os excertos que demonstraram algumas dificuldades enfrentadas pelo sindicalismo, como: (a) a baixa quantidade ou a queda do número de sindicalizados; (b) desunião da classe de trabalhadores; (c) enfraquecimento dos sindicatos; e, (d) inabilidade e inexperiência de alguns líderes sindicais.

[...] recomenda: o ambulante que anda não é perseguido. Mas o Sindicato não é ouvido. Apenas 2 mil ambulantes são sindicalizados [...] (1968, 1, p. 40)

[...] Seu estudo talvez seja a única obra que forneça uma visão geral e clara, para um acesso imediato à triste condição do sindicalismo brasileiro [...] não poderiam ser piores as limitações que o movimento sindical do Brasil terá de superar, antes de dar sua primeira engatinhada no sentido de tornar-se, realmente, uma força de atuação política e sindical [...] (1980, 609, p. 88).

[...] os movimentos grevistas são frequentemente conduzidos por guias inexperientes, entregues à emoção e ao radicalismo das assembleias. Reivindicações de atendimento impossível se multiplicam, e, muitas vezes, o controle dos movimentos se esvai por difusos, desorientados 'comandos gerais' (1979, 556, p. 22).

A.1.8- Críticas ao sindicalismo

Alguns trechos demonstraram uma argumentação ou entonação de defesa ao regime militar e ao patronato e/ou de crítica ao sindicalismo, ao tratar de assuntos como: (a) prejuízos causados pelas greves; (b) pouca moderação das manifestações dos grupos sociais; (c) anseio demasiado dos trabalhadores por melhores condições salariais; (d) inviabilidade do projeto de criação do PT; e, (e) preocupação com as badernas e depredações durante as passeatas e movimentos grevistas.

[...] Os operários, é certo, podem continuar impondo duros prejuízos às empresas e tornando caótica a produção no ABC, com continuação da greve. Mas não se vê agora, como as indústrias ou o governo possam voltar atrás – o montante de fichas colocado na mesa é alto demais e, sobretudo, as empresas chegaram ao limite onde não podem ceder mais (1979, 551, p. 118).

[...] Passarinho assinala que 'os diversos grupos sociais devem manifestar-se com bom senso, prudência e moderação' [...] (1979, 556, p. 22).

Hoje, a disposição de ganhar mais dinheiro tem levado à greve, quase automaticamente, amplas categorias sociais, e nenhum país pode sobreviver indefinidamente entregue a tamanho equívoco – mesmo porque, rapidamente, ele se tornaria ingovernável. No momento em que os sindicatos assumirem o papel que lhes cabe numa sociedade livre e democrática e tiverem a companhia de partidos políticos reais, o governo já não precisará pedir paciência e moderação a multidões que se assemelham a torcidas de futebol. E poderá conversar com interlocutores devidamente informados de que não se corrigem de uma só vez distorções salariais acumuladas em anos seguidos de autoritarismo (1979, 556, p. 22).

[...] acho muito normal que existam lideranças sindicais querendo formar seu partido. Mas me parece que o projeto do PT seja inviável, sobretudo porque, ao existir, esse PT não poderá ser um partido com quadros exclusivamente de trabalhadores – terá vereadores, prefeitos, deputados, que como tal são políticos, não trabalhadores. Um senador eleito pelo PT será um senador, não um trabalhador [...] (1979, 574, p. 4).

[...] Exceto algumas vidraças do edifício do INAMPS, quebradas em Porto Alegre depois de uma passeata, e algumas dezenas de ônibus depredadas em São Bernardo (SP), a vitrina da estabilidade política ficou intacta (1983, 777, p. 29).

A.1.9- Sindicatos vistos como responsáveis pela perturbação da ordem pública

Nesta categoria, os excertos indicaram que os sindicatos foram considerados entidades indagadoras e contra os objetivos do governo ditatorial. Assim, os sindicatos deveriam ser pacificados, mitigados e reprimidos. Há casos em que os sindicatos foram inseridos no conjunto de radicais, como por exemplo, milícias, terrorismo e incendiários (num sentido de agitadores da sociedade). Os sindicatos também foram considerados, em alguns casos, como financiadores da esquerda.

[...] Aos sindicatos [argentinos], quase todos esquerdistas, Areco impôs respeito [...] (1969, 35, p. 15).

[...] Juan Lechín, o imigrante sírio-libanês que já foi Vice-Presidente da República e teve nas mãos todos os sindicatos mineiros e as milícias camponesas da Bolívia [...] (1969, 35, p. 43).

[...] a vida pública gira em torno dos mesmos lemas: a data da próxima eleição, ou do próximo golpe, a volta de Perón, a crise econômica, a agitação sindical, o terrorismo [...] (1971, 156, p. 50).

A nota se referia à entrega, dias antes, de 115.000 dólares, angariados por organizações sindicais suecas, à filha mais velha do ex-presidente Allende, Beatriz, para que utilizasse no chamado Movimento de Resistência do Chile [...] (1974, 278, p. 32).

[...] Os incendiários, na hipótese levantada pelo ministro, seriam os exilados que retornam, os presos que são libertados e os políticos e dirigentes sindicais que estão à frente de campanhas de reivindicações sociais (1979, 574, p. 26).

Menos de um mês após a visita do Papa João Paulo II à sua terra natal o governo comunista da Polônia mandava abrir as prisões – menos para cerca de sessenta ativistas sindicais [...] (1983, 777, p. 38).

A.1.10- Sindicatos e as greves

Inicialmente, durante o período em que as greves eram fortemente coibidas pelo regime militar no Brasil, o movimento grevista não era o foco de discussão. Assim, constatarem-se neste período apenas alguns relatos de presidentes de sindicatos ou federações que clamavam pela greve de forma legal ou ilegal.

“[...] Em Candeias, na Bahia, e Duque de Caxias, no Estado do Rio, a Federação promoveu boicote aos refeitórios da Petrobrás e anunciava ‘greve legal ou ilegal’ pelo aumento [...]” (1968, 1, p. 29).

[...] como o presidente do Sindicato, dono de 10 hectares em que trabalham seus cinco irmãos. Ele garante: ‘A greve virá, legal ou ilegal’ (1968, 1, p. 29).

Com o processo de abertura política, mais fortemente no governo de João Figueiredo (15 de março de 1979), alastraram-se pelo país os movimentos grevistas.

A partir de então, pode-se observar efetivamente notícias sobre os movimentos grevistas.

[...] mesmo que quisessem agora encerrar a greve, os líderes sindicais reunidos no apartamento paulista de Murillo Macedo tinham pela frente assembleias altamente radicalizadas pelo clima dos dias anteriores – sobretudo Lula, que teria de falar para 80.000 operários [...] (1979, 551, p.121).

[...] O governador de Goiás, Íris Rezende, do PMDB [...] era a favor da greve na segunda-feira passada. ‘Só não entro em greve porque um chefe de governo não pode fazer isso’, afirmou. Na quarta-feira, porém, depois de conversar com um ministro, Íris Rezende decidiu publicar na primeira página dos jornais de Goiânia do dia seguinte uma nota bem mais moderada. ‘Não se tolerará, em todo ou em parte, o colapso nos setores de segurança, saúde, energia elétrica e transporte coletivo’ [...] (1983, 777, p. 29).

A.1.11- Sindicatos ou líderes sindicais como porta-vozes e/ou prestadores de informações

Em alguns trechos, os líderes sindicais expressaram sua opinião e reflexões sobre determinados assuntos, como condições trabalhistas e salariais, direito de greve e mobilização de greves. Também foram destacados os casos em que os sindicatos e/ou líderes sindicais serviram de fontes de informação para a Veja sobre determinados assuntos referentes à respectiva categoria de trabalhadores, como níveis de emprego e salariais e número de rescisões de contratos de trabalho em determinado período. Sob outros aspectos, também foram encontrados trechos que destacaram os sindicatos e/ou líderes sindicais como primordiais para o sucesso das mobilizações de trabalhadores para a greve ou para manifestações contra o governo.

“[...] ‘Só fumamos cigarro de palha, mais barato: não podemos pagar feijão com salário atrasado’, afirma o presidente do Sindicato [...]” (1968, 1, p. 29).

[...] E Sebastião Ataíde de Melo, presidente do sindicato dos motoristas rodoviários do Rio, acredita que 'a maior agressividade dos sindicatos está vinculada aos quinze anos de opressão. A fome fala mais alto' (1979, 556, p. 27).

[...] Segundo levantamentos feitos por encomenda de sindicatos, os salários reais da classe trabalhadora teriam sofrido uma redução de 31,5% nos últimos cinco anos (1971, 122, p. 22).

[...] De acordo com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE), centro de pesquisas subsidiado por sindicatos paulistas, a carga dos salários nos custos de produção não ultrapassa a média de 16% na maioria dos setores industriais (...) (1976, 400, p. 85).

A.2- Repressão aos sindicatos

A.2.1- Intervenção governamental nos sindicatos e imposição de atribuições

Os dados também demonstraram a intenção do Estado de interferir nos sindicatos, ou seja, o desejo de judicializar e legalizar o sindicalismo brasileiro durante o período ditatorial. Assim, foram relatados atos ou intenções do Governo de interferir no meio sindical, como: (a) o não reconhecimento das centrais e federações sindicais, por não existirem leis que tratavam de sua criação e normatização; (b) não reconhecimento dos atos dos sindicatos que desatenderam a lei; (c) legalização da greve; (d) intervenção nas contribuições sindicais para atender as despesas que eram de responsabilidade do governo; (e) intervenção nas cúpulas dos sindicatos; e, (f) ilegalidade da sindicalização de servidores públicos.

[...] 'A lei prevê federações estaduais de sindicatos: federação nacional é fantasma' [...] (1968, 1, p. 29).

[...] O delegado do Trabalho em Pernambuco diz que intervirá no Sindicato 'se romper as negociações antes do prazo legal' [...] (1968, 1, p. 29).

O exercício do direito de greve [...] deve obedecer a [...] lei em vigor – 4.330, de junho de 1964 – para ser admitido como legítimo. Antes de mais nada, os trabalhadores interessados em deflagrar um movimento dessa natureza por ‘melhoria ou manutenção das condições de trabalho’ precisam procurar o sindicato de sua categoria [...] (1978, 507, p. 95).

[...] Na madrugada da sexta-feira, enfim, foi decretada intervenção federal nos poderosos sindicatos metalúrgicos de São Bernardo do Campo, Santo André e São Caetano do Sul, e a polícia cercou as sedes das entidades (1979, 551, p. 22).

[...] Caíram os dirigentes e entraram os interventores, mas pelo menos publicamente, permanecia a decisão de manter a greve [...] (1979, 551, p. 118).

[...] O governo teve e tem instrumentos legais para controlar qualquer greve [...]. O verdadeiro e único sindicato em nível nacional é o Ministério do Trabalho (1980, 609, p. 88).

Outros excertos evidenciaram a intenção do governo de transferir ou impor algumas tarefas aos sindicatos, como: (a) Previdência Social; (b) rescisão de contratos de trabalho; (c) assistencialismo; (d) pagamento do 13º salário e férias; e, (e) prestação de assistência jurídica aos trabalhadores, sindicalizados ou não.

[...] o presidente anunciou três medidas principais [...] 2) a entrega de parte das atribuições assistenciais da Previdência Social aos sindicatos [...] (1970, 87. p. 20).

[...] a dispensa da homologação das juntas de conciliação para as rescisões de contratos de trabalho, tarefa que passa a ser executada pelos sindicatos [...] (1970, 87, p. 20).

[...] Não se trata de transformar os sindicatos apenas em consultórios e ambulatórios, o que seria distorcer suas finalidades. O próprio presidente reconheceu isso, ao destacar os verdadeiros objetivos da reforma: ‘Também buscamos o sindicato escola, o sindicato centro cívico, cultural, recreativo e desportivo, assim como o sindicato cooperativa de consumo, a que possamos dar facilidades para a aquisição do alimento, da roupa, do remédio e do instrumento de trabalho. Queremos o sindicato integralmente ativo, expressão de defesa do trabalhador, o sindicato

assistencial, financiador e fiscalizador do exercício dos direitos e dos deveres do sindicalizados' (1970, 87, p. 21).

[...] Às vésperas do Natal eles receberam de seu sindicato o que imaginavam ser o pagamento do 13º salário e de férias remuneradas. Mas logo depois constataram com surpresa e indignação que os trezentos cheques com essas respectivas importâncias não tinham fundos (1975, 331, p. 19).

A.2.2- Repressão

Os dados apresentaram diversos atos ou intenções de repressão contra estudantes, sindicatos, sindicalistas e líderes sindicais do Brasil e de outros países como Chile, Argentina e Polônia. Tais atos ou intenções de repressão contavam com a utilização de forças armadas, geralmente amparadas pela Lei de Segurança Nacional ou similar, como os agentes da Polícia Militar e do DEOPS, que se valeram de alguns instrumentos como bombas de gás lacrimogênio, prisão, sequestro e tortura.

[...] Os policiais iniciaram o cerco ao sindicato distribuindo bombas de gás lacrimogêneo pelas ruas que circundam a entidade [...] (1979, 551, p. 124).

[...] era o presidente do Sindicato do Tabaco, que tentava passar um recado [...]. Mas não houve tempo. [...] logo se materializaram os inevitáveis Ford Falcon – o modelo de carro usado pelos órgãos de segurança argentinos e sempre associado aos sequestros políticos (1979, 556, p. 36).

[...] Segundo Macedo, a partir da vigência da nova fórmula salarial, as greves serão tratadas da seguinte maneira: [...] afastar e punir com a Lei de Segurança Nacional todo dirigente sindical que for acusado de incitar greves ilegais [...] (1979, 574, p. 95).

Troncoso [presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Construção do Chile] foi levado por oito agentes, sem ordens judiciais, para uma dependência policial secreta. Ali, durante seis dias, foi submetido a várias sessões de tortura. Em seguida, foi despachado para

um exílio interno numa remota cidade do interior do Chile (1983, 777, p. 42).

A.2.3- Sindicalista(s) ameaçado(s) de morte ou assassinado(s)

Também foram encontrados alguns relatos de sindicalistas mortos (ou assassinados) por diversos motivos, assim como foram expostos casos de patrões ameaçando sindicalistas de morte. Em alguns casos, foram apresentadas algumas suposições para as mortes, como por exemplo, ligações dos sindicalistas com atividades subversivas e/ou com o movimento de esquerda e resistência aos regimes ditatoriais.

[...] O presidente do Sindicato, João Luís Silva, 24 anos, conta que o arrendatário do Engenho do Monte, Rinaldo Lins, ao mostrar-lhe um revólver numa discussão na Delegacia do Trabalho, ameaçou 'apagá-lo do pasto' [...] (1968, 1, p.29).

[...] Durante 24 horas, embora dividida e privada de seus dois líderes – Augusto Vandor assassinado há dois meses e Raimundo Ongaro na cadeia – a CGT argentina mostrou que pode recuperar a qualquer momento sua unidade perdida (1969, 52, p. 54).

[...] No relatório do inquérito que investigou a misteriosa morte de Olavo Hansen (ex-líder sindical, acusado de atividades subversivas) [...] (1970, 104, p. 32).

Nos últimos catorze meses, esse foi o terceiro crime político de importância na Argentina. No dia 30 de junho do ano passado [...] outro líder sindical, Augusto Timoteo Vandor, era varado por uma rajada de metralhadora (1970, 104, p. 68).

[...] Karen ganhou fama, quando viva, por ter acusado a companhia KerrMcGee, que administrava a usina nuclear em que ela trabalhava, de violar normas de segurança do trabalho [...]. O sindicato a que Karen era filiada, no entanto, sustentou que o acidente foi provocado por um outro carro. Para os sindicalistas e militantes antinucleares, Karen Silkwood foi assassinada e a pasta com os documentos de denúncia teria sido roubada [EUA] (1984, 817, p. 105).

A.3- Sindicatos e atuação político-partidária

A.3.1- O sindicalismo brasileiro relacionado a lideranças sindicais

Esta categoria tratou dos trechos em que foi transmitida a influência do líder sindical Luís Inácio da Silva, o “Lula”, no sindicalismo brasileiro. Em alguns trechos, Lula foi considerado como o principal articulador dos movimentos grevistas e da renovação do sindicalismo brasileiro, assim como se percebeu que a Veja preocupou-se em publicar detalhes da vida pessoal, profissional e sindical do Lula. Não só o sindicalismo brasileiro, mas também o PT, a CUT e a revolução socialista, em alguns casos, mesclaram-se com a imagem de Lula.

Os dados demonstraram que diversos nomes de sindicalistas influentes da época foram citados, como Joaquim dos Santos Andrade (Joaquinzão), Arnaldo Gonçalves, Antônio Rogério Magri, Argeu Egídio dos Santos e Oswaldo Pimentel. Entretanto, nenhum deles foi tão mencionado e relacionado ao sindicalismo brasileiro da época quanto Lula.

[...] Acho inevitável a criação de um partido trabalhista, surja ele do MDB ou da ação de líderes sindicais como o Lula [...] (1979, 551, p. 6).

[...] E de certa forma foi surpreendido com a determinação dos metalúrgicos do ABC, que ainda ao anoitecer da sexta-feira passada, isolados dos chefes afastados na direção sindical, desfilavam pelas ruas de São Bernardo do Campo cantando homenagem a Luís Inácio da Silva, o ‘Lula’, símbolo da greve que o governo estava determinado a vencer (1979, 551, p. 22).

[...] E, como resultado [...] Luís Inácio da Silva, o ‘Lula’ – até então o mais forte dirigente sindical do Brasil e, cada vez mais, uma figura de relevo nacional -, não era mais presidente do sindicato de São Bernardo do Campo [...] (1979, 551, p. 116-118).

No início da tarde de sexta-feira, já recolhido à casa de parentes de sua mulher – um modesto sobrado em São Bernardo do Campo – Lula tomou banho, vestiu um calção e, de cabelos molhados e pés descalços, olhos vermelhos das noites sem dormir, sentou-se à frente da televisão para assistir o noticiário que falava da intervenção do sindicato dos

metalúrgicos de São Bernardo do Campo, que ele presidiu nos últimos quatro anos [...] (1979, 551, p. 120).

A originalidade de Lula estava em ser tão singular como líder sindical e tão mimeticamente parecido com a nova classe operária que o desenvolvimento industrial cevara no ABC paulista. [...] ocupou o front da modernização social do capitalismo brasileiro. Não estava a serviço de partidos, nem do Ministério do trabalho. Não cortejava governos nem dava confiança aos movimentos de militância esquerdista que varejavam seu e os outros sindicatos (1979, 590, p. 48).

Em sua especialidade, lidar com os metalúrgicos do ABC paulista, Lula foi de longe a maior figura do sindicalismo nos anos 70. [...] mesmo destituído [...] liderou 160.000 metalúrgicos numa greve de 15 dias [...] tomou a iniciativa das negociações com o governo e descobriu os telefones de vários ministros de Figueiredo (1979, 590, p. 48).

A.4- Trabalho

A.4.1- As transformações do mundo do trabalho e as consequências para o sindicalismo

Nesta categoria os sindicatos foram acusados, em alguns casos, pelas exigências trabalhistas advindas das transformações do mundo do trabalho. Por exemplo, os sindicatos foram responsabilizados pelas exigências da especialização, pelos direitos trabalhistas conquistados e pelas exigências de melhores condições salariais. Sob outros aspectos, também foram encontrados trechos em que as transformações do mundo do trabalho e, conseqüentemente, do capitalismo, foram destacadas como responsáveis pelas relações estremecidas entre os sindicatos, governo e patronato da época.

Também foram relacionados diversos assuntos relativos ao mundo do trabalho com as discussões sobre o sindicalismo, tais como: (a) economia do país; (b) inflação; (c) níveis de preços; (d) impactos dos reajustes salariais na economia; (e) custos salariais; (f) defasagem salarial; (g) política salarial; (h) industrialização; (i)

desenvolvimento; (j) globalização; (k) relações de produção capitalistas; (l) rotatividade dos trabalhadores; (m) normas de segurança; (n) ganhos de produtividade; e, (o) a livre negociação salarial, sem a intervenção do governo.

[...] A especialização chegou a este ponto: um maquilador só trabalha do ombro para cima; daí para baixo tem que ser convocado um maquilador-de-corpo. Demy gosta de dirigir seu carro, mas durante as filmagens o Sindicato dos Motoristas obrigou-a a contratar um chofer [EUA] (1969, 35, p. 57).

[...] A ameaça americana é na verdade um pouco antiga e vem sendo insuflada pelos sindicatos patronais e de trabalhadores americanos, preocupados com algumas estatísticas. Em 1960, por exemplo, operavam no país cerca de 850 a novecentas fábricas de calçados – em 1972, duzentas delas não existiam mais. Os 232.000 empregados de 1963 estão reduzidos atualmente a 200.000 (1973, 226, p. 63).

[...] presidente do sindicato das Pequenas Estruturas, Álvaro Bolaventa: ‘Agora que a lei da oferta e da procura pende para o lado dos operários, não sei onde vamos parar. Somos obrigados a dar alojamento, chuveiro quente, cantina e até aguentar desaforo. Alguns chegam a querer refeição de graça’ (1973, 262, p. 84).

[...] à medida que um país se industrializa, o processo de fortalecimento dos sindicatos se torna ‘irreversível’. [...] ‘o empresariado nacional deve se preparar para lidar com uma nova classe operária, menos dócil e submissa, embora isso não signifique o fim do capitalismo’ (1978, 504, p. 82).

[...] Na Inglaterra, o Sindicato Nacional dos Marinheiros propôs a paralisação de todo o transporte de material nuclear, enquanto não forem aperfeiçoadas as normas de segurança atualmente em vigor. Além disso, o sindicato quer que seja revelada com antecedência a rota seguida pelos navios que transportam material nuclear, a fim de que as embarcações com as quais cruzarem possam precaver-se [...] (1984, 835, p. 39).

7.2 - EIXOS TEMÁTICOS DO 2º PERÍODO: 4ª REPÚBLICA (15 DE MARÇO DE 1985 A 14 DE MARÇO DE 1990)

B.1- Atuação sindical

B.1.1- Importância do(s) sindicato(s) para o país e para os trabalhadores

Em alguns casos, os sindicatos foram incluídos no conjunto de entidades consideradas importantes para um país, como grêmios estudantis, entidades empresariais, associações de bairro, conselhos liberais e entidades militares. Neste sentido, a conquista da liberdade sindical e do direito de greve (promulgados pela Constituição de 1988) foram consideradas importantes tanto quanto a conquista de alguns benefícios trabalhistas, como por exemplo, o direito à aposentadoria e à licença paternidade. Também foram encontrados excertos que demonstraram a importância dos sindicatos na luta pelos direitos trabalhistas e melhores condições de vida.

Estas considerações são oportunas agora, quando a nova Constituição brasileira deve ser discutida nos sindicatos, grêmios estudantis, entidades empresariais, associações de bairro, conselhos de profissionais liberais (1986, 939, p. 149).

CABRAL – Sinto-me desapontado e magoado. Ouvi todos os segmentos. Não só dentro da Assembleia Nacional Constituinte, mas fora dela. Ouvi sindicatos, empresários, militares. Não fui egoísta de me trancar entre quatro paredes para produzir um projeto meu [...] (1987, 993, p. 6).

[...] A Constituinte criou a licença-paternidade, liberou o direito de greve, proibiu a intervenção do governo dentro dos sindicatos e melhorou a vida dos aposentados. Sua plataforma de direitos sociais foi aprovada num debate em que houve pouca luz e muita histeria, mas apresenta um conjunto de benefícios que tornará o cotidiano dos trabalhadores do país mais confortável [...] (1988, 1044, p. 34).

O mandado de segurança coletivo será usado por associações, organizações sindicais ou entidades de classe, constituídas há pelo

menos um ano, para a defesa dos interesses de seus integrantes (1988, 1044, p. 40).

[...] Somente este ano o órgão sindical paulista conseguiu estabelecer o piso salarial para as duas categorias, numa tentativa de eliminar a grande diferença, pelo menos no início da carreira [...] (1989, 1074, p. 65).

B.1.2- Negociação sindical

Os dados deste período também demonstraram a possibilidade de realização de negociações entre os sindicatos e o governo, assim como o surgimento das negociações entre os sindicatos e empresas.

[...] Pazzianotto dirigiu-se ao gabinete de Dornelles e pediu-lhe um argumento de peso para se escorar nas negociações que terá com os sindicatos. [...] ‘Precisamos de um clima psicológico que prove aos sindicatos que a austeridade é geral’, disse. Na equipe montada pelo ministro do Trabalho para definir o novo salário mínimo figura o economista Walter Barelli, presidente do DIEESE, órgão que presta assessoria econômica aos mais politizados e combativos sindicatos do país (1985, 865, p. 87).

Cultiva-se, ali, a idéia da livre negociação – ou seja, o governo para de se envolver nos acordos entre sindicatos e empresas, deixando que ambos se entendam da maneira que acharem melhor [...] (1989, 1078, p. 72).

B.1.3- Vigor do sindicalismo

Nesta categoria, foram reunidos trechos que demonstraram o vigor do sindicalismo, que, por vezes, foi explicitado por meio do sucesso conquistado pelos movimentos grevistas, como a destituição de membros do governo e a mobilização dos trabalhadores a nível nacional.

[...] Ao lado da taxa oficial de aumento dos preços, no entanto, o governo anunciou o índice básico para o reajuste dos salários: 7%. Com ele os setores menos favorecidos ou desprotegidos por sindicatos fortes

completaram uma perda salarial de 36% nos últimos meses – e foram às urnas para votar com o bolso (1987, 993, p. 35).

[...] Em vários pontos do país há notícias de que a máquina sindical das Forças Armadas, que ajudou a devorar um ministro civil, o professor Bresser Pereira, antigo titular da Fazenda, e produziu a desgraça de um comandante militar, o brigadeiro Paulo Roberto Camarinha, ex-ministro-chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, o Emfa, colocou-se em movimento para conseguir melhorar seus vencimentos [...] (1989, 1074, p. 30).

[...] sem a produção de nenhuma operação espetacular, a atual mobilização do sindicato militar impressiona pela organização – e pelo seu caráter de movimento nacional (1989, 1074, p. 31).

B.1.4- Corrupção, peleguismo e financiamento sindical

Foram reunidos nesta categoria alguns excertos que trataram de forma geral sobre o peleguismo e corrupção sindical. Os trechos discutiram especificamente sobre: (a) sindicalistas considerados pelegos; (b) as regalias de alguns líderes sindicais; e, (c) a utilização de recursos financeiros e do imposto sindical pelos sindicatos.

[...] Argeu Egídio dos Santos, presidente da Federação dos Metalúrgicos de São Paulo e considerado pela esquerda sindical o pelego-mor do trabalhismo paulista [...] (1985, 865, p. 35).

Na questão da organização dos sindicatos, a Constituinte deu um passo atrás. Ficou mantido o regime da unicidade sindical, que proíbe a formação de mais de uma entidade por categoria. A unicidade, criada pela ditadura do Estado Novo, é o regime das entidades esvaziadas, que sobreviveram com serviços de barbearia e consultório dentário e asseguram uma vida mansa a seus burocratas. O pilar de sustentação dessa engrenagem é o dinheiro do imposto sindical, recolhido todos os anos do ordenado de cada trabalhador. Como a unicidade, o imposto sindical foi mantido (1988, 1044, p. 37).

[...] No dia seguinte ao encontro, Joaquim acusou Magri de ter utilizado uma verba de 600.000 dólares, doada pela AFL-CIO, a maior central sindical dos Estados Unidos, para manipular o congresso e aliciar delegados. Magri admitiu que recebera o auxílio, mas defendeu-se dizendo que a ajuda americana ‘não chegava a 200.000 dólares’ e que o dinheiro havia sido usado para ‘viabilizar o congresso’. ‘Joaquim está acabado. O presidente sou eu’, disse Magri (1989, 1078, p. 73).

B.1.5- Dificuldades enfrentadas pelo sindicalismo

Alguns excertos demonstraram algumas dificuldades enfrentadas pelo novo sindicalismo, ao apontar, por exemplo, a debilidade dos sindicatos perante as distorções do sistema do FGTS e a não inclusão de propostas sindicais durante elaboração da Constituição de 1988.

[...] A CUT, central sindical de Jair Meneghelli, não conseguiu colocar na nova Constituição nenhuma das reivindicações que pretendia, como a estabilidade no emprego e a jornada de 40 horas de trabalho por semana – mesmo assim, seus sindicatos chegaram a promover passeatas de apoio aos direitos sociais aprovados em Brasília [...] (1988, 1044, p. 35).

[...] O sistema do FGTS é realmente perverso como afirma o advogado do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. No entanto, mais interessante do que a afirmação em si seria saber o que tem sido feito de concreto pelos diferentes sindicatos a fim de corrigir essas distorções (1989, 1095, p. 13).

B.1.6- Sindicatos vistos como responsáveis pela perturbação da ordem pública

Alguns excertos trataram os sindicatos como entidades baderneiras e desordeiras. Assim, foram encontrados trechos que denunciaram a ligação dos movimentos sindicais com: (a) invasão de prédios; (b) utilização de explosivos (como bombas e coquetéis de *molotov*); (c) objetos pontiagudos para furar pneus de veículos; (d) badernas e formação de piquetes nas fábricas; (e) agendas da

esquerda política; (f) desatendimento às leis; e (g) atividades criminosas. Em alguns casos as ações dos sindicalistas também foram comparadas com atos terroristas e de guerrilhas, assim como foram responsabilizados pela desagregação da harmonia social.

[...] Está em curso, no país, um processo de desagregação legal. O governo baixou uma medida de emergência contra as greves, mas ninguém a respeita. Nem o governo. Prosseguem paralisações com ocupação de fábrica, piqueteiros encapuzados e outras atitudes de baderna (1989, 1078, p. 63).

[...] ‘Também quero alertar o país contra o terrorismo. Não é possível que aconteça o que aconteceu no Recife, quando um ativista sindical colocou uma bomba em um banco particular, o que podia ter causado a morte de várias pessoas’, disse o presidente [Sarney], referindo-se a um artefato com poder de destruição de um foguete usado nas festas de São João [...] (1989, 1078, p. 64).

[...] Na greve geral dos dias 14 e 15 de março, houve sindicalistas que usaram, na saída de garagens de ônibus, objetos de ferro, pontiagudos, destinados a furar os pneus dos veículos. No Palácio do Planalto, existe quem esteja convencido de que há, no momento, grupos ligados a movimentos sindicais que preparam coquetéis molotov para lançar contra a polícia em novos episódios (1989, 1078, p. 72).

B.1.7- Sindicatos e as greves

Alguns excertos também discutiram os movimentos grevistas. Percebeu-se em alguns trechos a intenção do governo de dissuadir tais movimentos e noutros foi ressaltado o sucesso das greves e as consequentes conquistas dos trabalhadores. Neste último caso, a greve também foi entendida como importante para o desenvolvimento e maturidade do sindicalismo. Com a legalização das greves por meio da promulgação da Constituição de 1988, observou-se em alguns trechos uma discussão sobre a nova postura dos governantes perante os movimentos grevistas.

A morte de Tancredo conseguira, assim, o que os argumentos dos empresários não haviam conseguido: dissuadir os metalúrgicos de cruzar os braços. [...] o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, o maior e mais aguerrido do ABC, decidiu respeitar o luto, suspendendo temporariamente a greve [...] (1985, 869, p. 97).

[...] Graças à greve dos ferroviários, engordada com a paralisação de 8.000 metalúrgicos dos grandes estaleiros de Niterói, os sindicatos puderam comemorar o 1º de Maio do cruzado com algo mais a festejar além do magro seguro-desemprego [...]. ‘Essa greve pode ser o pontapé inicial de nossas mobilizações no futuro’, afirma Jair Meneguelli, presidente da CUT [...] (1986, 922, p. 26).

[...] gostaria de esclarecer que a prefeita Luiza Erundina apoiou, mas não patrocinou, a greve, preparada, organizada e conduzida pelos trabalhadores e pelas centrais sindicais. O que a prefeita não fez, em respeito à Constituição, foi obrigar trabalhadores em greve a trabalhar, pela força ou por ameaças de punição. A prefeita informou os funcionários que manteria o registro do ponto nos dias 14 e 15, cabendo às entidades sindicais, por sua iniciativa, procurar a prefeitura, depois da greve, para tratar da questão dos dias parados (1989, 1074, p. 13).

B.1.8- Sindicatos ou líderes sindicais como porta-vozes e/ou prestadores de informações

Nesta categoria, explicitaram-se excertos que demonstram a influência do líder sindical em determinados assuntos, assim como a prática da Veja em entrevistá-los para a produção dos artigos. Em alguns casos, os líderes sindicais foram entrevistados com o objetivo de que oferecessem informações sobre determinados assuntos relativos à categoria e ao ramo de atividade pertinente.

[...] Estava marcado para terça-feira o desencadeamento de uma greve pela redução da jornada de trabalho e, morto Tancredo, a diretoria do sindicato se reuniu para discutir o caminho a seguir. A decisão veio logo. ‘Suspendemos a paralisação em honra da memória de Tancredo Neves’,

anunciou o presidente em exercício do sindicato, Luís Antônio Medeiros' [...] (1985, 869, p. 97).

[...] Nos 707 da Air France, que voaram 21 anos antes de ser vendidos, nenhuma revisão geral era feita com intervalo maior do que 15.000 horas de voo. 'Passar disso é muito', diz Max Figarella, presidente do sindicato dos mecânicos da empresa [...] (1987, 958, p. 55).

[...] 'Considerando profissionais com cinco anos de carreira, o engenheiro ganha cerca de 50% a mais do que o tecnólogo', diz o presidente do Sindicato dos Engenheiros do Estado de São Paulo, Allen Habert (1989, 1074, p. 65).

[...] À frente da CGT, o novo peso pesado do sindicalismo promete exhibir o mesmo vigor. 'A CGT vai crescer', acha ele [Magri] (1989, 1078, p. 73).

B.2- Sindicatos e atuação político-partidária

B.2.1- O sindicalismo brasileiro relacionado a lideranças sindicais

Ao contrário do que aconteceu no período ditatorial, a imagem do sindicalismo brasileiro não foi associada fortemente à imagem de um único indivíduo durante a 4ª República. Percebeu-se neste período certa heterogeneidade de indivíduos participantes no movimento sindical brasileiro.

Após uma trajetória de onze anos como presidente do Sindicato dos Eletricitários de São Paulo, o paulista Antônio Rogério Magri, de 48 anos, foi coroado, na semana passada, como um dos príncipes do sindicalismo brasileiro. Ao final de um dos mais tumultuados congressos trabalhistas dos últimos tempos, Magri ganhou a presidência da Confederação Geral dos Trabalhadores – a CGT, a segunda maior central sindical do país, que controla 1.340 sindicatos, onde estão filiados 18 milhões de trabalhadores. 'Quero fazer da CGT uma central sindical legítima e independente, longe dos partidos políticos', afirma Magri (1989, 1078, p.73).

[...] A vida do candidato [Lula], contudo, marca a epopeia de um brasileiro que venceu. 'Na época, ninguém imaginava que ele poderia ir tão longe', afirma Paulo Vidal, seu antecessor na presidência do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, que tentou uma malsucedida carreira política nas fileiras do PMDB (1989, 1095, p. 37).

[...] Zico também é conhecido por sua movimentação política como ex-presidente do Sindicato dos Jogadores de Futebol, onde conseguiu várias proezas. Zico promoveu uma mudança na lei que possibilitou aos jogadores em fim de carreira o direito de adquirir seus próprios passes e, dessa forma, se livrar do domínio dos clubes de futebol. Em 1988, depois de deixar o sindicato, trabalhou para garantir o período de férias para os jogadores de futebol (1990, 1121, p.31).

B.2.2- A influência do PT e/ou CUT no sindicalismo

Alguns excertos demonstraram a influência do PT ou da CUT no sindicalismo brasileiro. Ademais, alguns trechos relataram certa preocupação de se evidenciar a diferença entre sindicato e partido político.

[...] e a expectativa era de que os sindicatos controlados pelo PT estivessem apenas aguardando, para entrar de rijo no combate [...] (1985, 865, p. 35).

[...] No país inteiro, o PT é um partido com 550.000 filiados, e em seu último encontro nacional conseguiu reunir 60.000 militantes para discutir a campanha de Lula. Somados à mão-de-obra fornecida pela CUT, central sindical que controla perto de 1.000 sindicatos no Brasil, pode-se estimar que Lula fará uma campanha com os braços de 100.000 militantes [...]. 'Vamos ganhar essas eleições porque temos a militância mais aguerrida', afirma o candidato do PT [Lula] (1989, 1095, p. 37-38).

[...] A suspensão do movimento em São Bernardo acabou evidenciando as divisões que grassam no universo os sindicatos localizados na órbita do PT, todos reunidos na Central Única dos Trabalhadores, a CUT [...] (1985, 869, p. 97).

[...] ‘O PT ainda não assumiu o governo, continua em plena campanha eleitoral’, acusa Antônio Coelho, presidente do Sindicato dos Bancários, que deu alguns milhares de votos para Maria Luiza (1986, 922, p. 28).

[...] ‘O presidente Sarney deveria colocar seu bigode de molho’, afirmou, em seu discurso no 1º de Maio, em São Bernardo, Luís Inácio Lula da Silva, presidente do PT, ao qual são ligados dezesseis dos dezenove membros da diretoria do Sindicato da Central do Brasil [...] (1986, 922, p. 24).

VEJA – O PT entende que, em determinados momentos, é necessário se aliar aos empresários mesmo que o assalariado esteja perdendo dinheiro com isto? LULA – Não se trata do PT e sim de uma categoria profissional. E nós não estamos negociando o poder do país, mas apenas uma pauta de reivindicações de uma categoria específica. O sindicato existe para melhorar o relacionamento entre capital e trabalho, e o partido existe para transformar a sociedade. As duas coisas são totalmente distintas. A negociação é normal no jogo sindical brasileiro. E eu acho que o sindicalismo brasileiro está ficando maduro e competente na arte de negociar (1987, 974, p. 5).

7.3- EIXOS TEMÁTICOS DO 3º PERÍODO: GLOBALIZAÇÃO E NEOLIBERALISMO (15 DE MARÇO DE 1990 A 31 DE DEZEMBRO DE 2002)

C.1- Atuação sindical

C.1.1- Importância do(s) sindicato(s) para o país e para os trabalhadores

Em alguns excertos os sindicatos foram incluídos no conjunto de entidades importantes para um país. Fizeram parte destes conjuntos juntamente com os sindicatos: (1) os setores político, social, empresarial e universitário; (2) partidos políticos; (3) associações de pais e mestres; (4) clubes; (5) associações de bairro; (6) entidades de classe; (7) ordens; (8) conselhos; (9) câmara de vereadores; (10)

igrejas; e, (11) estudantes. A participação de tais conjuntos no governo foi considerada primordial, por exemplo, para a orientação política do país e no combate à corrupção e à sonegação fiscal.

[...] Qualquer coisa contra a institucionalidade, contra o Congresso e contra um presidente eleito é ruim. Eu gostaria que houvesse uma organização no setor político, no setor social, no setor empresarial, no setor sindical e no setor universitário para condicionar a ação do governo [...] (1991, 1198, p. 8).

[...] O PSDB considera que um projeto que envolva sindicatos, empresários e outros partidos poderá dar um outro rumo ao país [...] (1991, 1198, p. 8).

[...] é preciso que as dezenas de milhões de pessoas conscientes e de bem deste país participem cada vez mais ativamente da vida de suas comunidades – desde as associações de pais e mestres até o funcionamento de seus clubes, associações de bairro, entidades de classe, sindicatos e Câmaras de vereadores: somente assim conseguiremos transformar o embalo mágico iniciado em 1992 num onda gigante que varra do cenário os políticos e empresários comprometidos com os tradicionais esquemas de privilégios e corrupção e abra caminho – já nos próximos anos – para a construção do país que desejamos e ainda merecemos [Roberto Civita – Editor de Veja e presidente do Grupo Abril] (1993, 1269, p. 78).

Os profissionais liberais, individualmente e através de suas entidades representativas, ordens, conselhos, sindicatos, associações de classe, poderiam delinear mecanismos e auxiliar no convencimento dos colegas para que todos passassem a lutar pelo fim da sonegação [...] (1994, 1338, p. 126).

Também foram encontrados alguns trechos que demonstraram a participação dos sindicatos na luta pelos direitos e por melhores condições de vida para os trabalhadores.

[...] O mandado de segurança coletivo é uma delas. Você já imaginou um sindicato pedindo o desbloqueio dos cruzados novos para todos os associados? A ação ficaria muito mais barata e estaríamos encurtando o

caminho entre o cidadão sem recursos e o Judiciário. Mas, para isso ser possível, falta a regulamentação no Congresso (1991, 1180, p. 8).

[...] ‘O texto da advertência, publicado no Diário Oficial, dizia que eu insistia em usar cabelos extravagantemente compridos’, conta Carlos José, um estudante de Direito [...]. Apelando para o sindicato de sua categoria, ele conseguiu anular a advertência, que pode prejudicar a carreira de funcionário público [...] (1992, 1233, p. 70).

C.1.2- Negociação sindical

Foram noticiados diversos acordos entre líderes sindicais e sindicatos com empresas, o que era incomum nos períodos anteriores. Foram identificadas negociações entre sindicatos e empresas sobre a licença remunerada e a redução de salários, da jornada de trabalho e do desemprego.

[...] No acordo, firmado entre executivos da holding Autolatina, que administra as fábricas da Ford e da Volkswagen, e os sindicatos de metalúrgicos ligados à CGT, foi sacramentado que os 29.000 empregados da empresa em licença remunerada desde 26 de março retornam ao trabalho esta semana. Tal vitória teve sabor de empate porque sindicatos e Autolatina ainda vão negociar o principal – se haverá ou não redução de salários [...] (1990, 1128, p. 34).

Quando voltar a funcionar [...] a indústria automobilística pretende produzir 40% a menos do que fabricava antes do Plano Color. Na semana passada, empresas e sindicatos negociavam a redução a jornada de trabalho (1990, 1128, p. 62).

[...] Diante de um mercado que não se anima a comprar, as indústrias resolveram limitar os prejuízos produzindo menos – e propuseram uma redução de 30% nos salários e na jornada de trabalho dos empregados. Se não houver acordo com os sindicatos em torno da redução da jornada, é provável que as empresas demitam trabalhadores (1990, 1128, p. 63).

C.1.3- Corrupção, peleguismo e financiamento sindical

Nesta categoria, foram reunidos alguns trechos que trataram a forma como os sindicatos eram financiados. Assim, foram discutidos assuntos como: (1) o recebimento de recursos de organizações sindicais do exterior; (2) as dificuldades financeiras enfrentadas pelos sindicatos; e, (3) o imposto sindical. Alguns trechos trataram da intempestividade do imposto sindical, por financiar sindicatos fantasmas e de fachada e o peleguismo.

Uma medida provisória do presidente Fernando Collor põe fim ao imposto sindical e coloca os sindicatos em xeque (1990, 1146, p. 31).

[...] o imposto sindical sempre manteve os sindicatos com dinheiro nos cofres, independentemente de sua força, do número de associados ou do valor de suas contribuições – e com isso criou-se a matriz do peleguismo no Brasil (1990, 1146, p. 31).

[...] Ao cortar o imposto através de medida provisória [...] o presidente Fernando Collor de Mello colocou no mesmo vácuo sindicatos de fachada e entidades que representam de fato os interesses de seus associados [...] a medida provisória baixada pelo governo pode trazer como consequência, a curto prazo, o desmantelamento de boa parte do movimento sindical [...] (1990, 1146, p. 31).

[...] A embaixada do Canadá alocou 100.000 dólares para o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Paragominas repetir o exemplo do Uraim e introduzir nas outras colônias o cultivo de culturas permanentes e de grande valor comercial [...] (1991, 1163, p. 13).

[...] Outros [terrenos] pertencem a entidades como a ordem dos Músicos do Brasil, a Associação nacional dos Escritores e o Sindicato dos Jornalistas do Distrito Federal – que não têm em caixa dinheiro para bancar a construção de um edifício [...] (1991, 1180, p. 77).

Nesta categoria também foram reunidos alguns excertos que trataram dos favoritismos, máfia e corrupção nos sindicatos, como por exemplo: (1) empresas obrigadas a remunerar trabalhadores indicados por sindicatos; (2) monopólio dos sindicatos na contratação de mão-de-obra nos portos; (3) ineficiência portuária devido à “máfia dos portos”, representada pelos sindicatos e parlamentares; (4) Prefeituras e sindicatos que arcaram com os custos da candidatura de Lula à

Presidência da República; (5) arrecadação ilegal de fundos pela CUT no exterior para financiar candidaturas do PT; e, (6) sindicatos que financiaram ilegalmente as candidaturas do PT.

[Portos] São controlados pela burocracia estatal e pelos sindicatos de portuários. Um exportador gasta 11 dólares por tonelada em portos obsoletos e é obrigado a pagar o número de trabalhadores indicados pelo sindicato – o único que pode contratá-los. Nos Estados Unidos, a despesa pelo mesmo serviço é quatro vezes menor (1992, 1233, p. 22).

A máfia dos portos, sindicatos e parlamentares que os representam [...] (1992, 1233, p. 23).

[...] Como a idéia é abrir os serviços portuários à iniciativa privada, quebrando a espinha da máfia que os deixou hoje com a mesma eficiência que tinham há meio século, os sindicatos e parlamentares que representam 45.000 portuários começaram a agir. ‘Quando acordo de manhã, pula um portuário do armário. Nos corredores do Congresso não ando, sou carregado por legiões de portuários’, satiriza o deputado Delfim Netto, do PDS paulista, ilustrando o assédio da categoria (1992, 1233, p. 24).

[...] Resta, no entanto, a pergunta sempre repetida pelos petistas contra os seus adversários: quem paga a conta? ‘São os militantes do PT que cobrem os custos da Caravana da Cidadania’, responde o deputado Chico Vigilante, do PT de Brasília. Mentira piedosa. Quem paga a conta são as prefeituras petistas, como a de Itinga, os sindicatos ligados ao PT, a Central Única dos Trabalhadores e, também, os militantes do partido (1993, 1287, p. 26).

[...] Diretor da CUT em São Paulo e presidente do sindicato há dez anos, ele estava brigando com o PT e já havia denunciado que seu próprio sindicato havia feito remessas ilegais de dinheiro para os cofres do partido. ‘Oswaldo sabia de muitas coisas’, diz Luiz Antônio de Medeiros presidente do Força Sindical [...]. Pretendia, segundo Medeiros, mostrar como a CUT arrecada dinheiro no exterior para financiar candidatos do PT, o que é ilegal [...] (1994, 1322, p. 22).

C.1.4- Crise do sindicalismo

O fracasso do sindicalismo também foi abordado em alguns excertos selecionados. Foi relatada a derrota de determinados sindicalistas, a falta de poder de barganha e a consequente diminuição do interesse dos trabalhadores pelos sindicatos. Os dados também demonstraram a crise do sindicalismo naquele período, como por exemplo: (1) o declínio e o abandono do papel revolucionário; (2) a postura defensivista dos sindicatos; (3) o risco do corporativismo sindical; (4) a missão pouco definida dos sindicatos na era pós-industrial; (5) a grande (e desconhecida) quantidade de sindicatos no Brasil.

[...] o cadáver de Oswaldo Cruz se destina ao cemitério de um movimento sindical que, nascido com tantas promessas de renovação no final da década de 70, encontrou-se afundado no marasmo, na busca de vantagens pessoais e na defesa de um Estado gordo onde se pendure a comunidade gigantesca que os sindicatos apadrinham (1994, 1322, p. 23).

[...] A forma que o sindicato escolheu para se manifestar, pacificamente, pedindo em vez de quebrando, é o sintoma mais claro de um fenômeno que já atingiu as nações industrializadas e agora está alcançando o Brasil. A organização guerreira do sindicalismo teve seu fim. A palavra de ordem chega a ser repugnante para a velha-guarda: parceria (1999, 1580, p. 100).

[...] ‘Os tempos em que tínhamos um poder terrível acabaram’, admite Jair Meneguelli, ex-presidente do mesmo sindicato [dos Metalúrgicos do ABC] [...] ‘O sindicalismo de hoje vive só das glórias do passado’, ecoa Luiz Antônio Medeiros, outro antigo militante que foi parar no Congresso Nacional (1999, 1580, p. 101).

Essa falta de poder de barganha dos sindicatos fez diminuir o grau de interesse dos trabalhadores por suas entidades. Os números do IBGE mostram que a proporção de brasileiros filiada a sindicatos caiu quase pela metade [...]. Para se manter de pé, os sindicatos estão buscando alternativas. O dos metalúrgicos de São Paulo chegou a sortear automóveis para atrair filiados [...] (1999, 1580, p. 102).

C.1.5- Sindicatos e as greves

Neste período, alguns textos trataram dos movimentos grevistas. Os dados demonstraram que as greves não são mais necessárias, principalmente devido aos baixos níveis de emprego, e, por isso, podem ser substituídas por negociações e acordos entre sindicatos e empresas.

‘É hora de acabar com as greves e passar a discutir com os empresários uma forma de manter o emprego’, afirma Luiz Marinho, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC (1999, 1580, p. 100-101).

A fábrica da Ford em São Bernardo do Campo, no ABC paulista, testemunhou dois momentos radicalmente distintos do sindicalismo brasileiro. O primeiro ocorreu em 1990, durante uma greve por aumento de salário. O sindicato dos metalúrgicos interrompeu a produção de veículos da Ford e liderou uma invasão à montadora. Saldo da ocupação: 63 carros destruídos a golpes de barra de ferro. Na semana passada, deu-se o segundo momento durante a nova invasão à Ford. Saldo da ocupação: 6.500 operários se espremendo ao longo das linhas de montagem, todos pedindo para trabalhar. Ninguém ali tirou uma ferramenta do lugar, riscou uma só parede ou quebrou um vidro. Em seus discursos, os líderes sindicais não falaram em reajuste salarial, aumento de benefícios ou melhoria das condições de trabalho. Queriam que a empresa revisse a demissão em massa de 2.800 empregados [...]. A faca cortou 41% dos funcionários da Ford [...] (1999, 1580, p. 100).

C.1.6- Sindicatos ou líderes sindicais como porta-vozes e/ou prestadores de informações

Os sindicatos e/ou líderes sindicais foram consultados para opinarem sobre diversos assuntos, como: (1) fim do imposto sindical; (2) manejo de plantações agrícolas; (3) economia informal; (4) sexualidade no trabalho; (5) desemprego; e, (6) moradia e melhores condições de vida. Com isso, a Veja passou a imagem dos sindicatos e/ou líderes sindicais como porta-vozes e/ou fontes de informações sobre diversos assuntos.

[...] *‘Preferimos que o fim do imposto seja decidido pelo Congresso Nacional, depois de ampla discussão’, desculpou-se o secretário nacional de política sindical da CUT, José Olívio Miranda de Oliveira [...] (1990, 1146, p. 31).*

[...] *‘Ensinaam a gente a fazer consórcios de plantios numa mesma área, como se estivéssemos imitando a floresta’, lembra o lavrador João Carlos Pereira [...] ex-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Paragominas [...] (1991, 1163, p. 13).*

[...] *‘Quem experimenta a economia informal não quer mais voltar a ser empregado. Ganha-se mais como ambulante’, diz Carlos Silveira, fundador do primeiro sindicato que reuniu os trabalhadores informais em São Paulo. Na cidade, segundo dados do sindicato, há hoje 250.000 vendedores ambulantes (do pipoqueiro ao camelô) – 30% mais do que antes da estréia do Plano Real (1995, 1408, p. 96-97).*

[...] *‘Homossexualismo é muito comum no nosso trabalho, que exige devotamento e carinho muito acentuados’, diz Zilá Prabaldi, do sindicato dos enfermeiros de São Paulo (1996, 1442, p. 91).*

‘Antes, me carregavam nos braços. Agora, só prestam atenção ao que eu digo quando sorteamos prêmios nas assembleias’ [Luiz Antônio de Medeiros, presidente da Força Sindical] (1999, 1580, p. 102).

‘Vejo o desespero. O país tem de voltar a crescer, senão as cidades serão fábricas de desempregados famintos’ [Lindomar Pereira, 46 anos, dirigente sindical] (1999, 1613, p. 40).

[...] *Segundo estimativa do Sindicato da Indústria da Construção Civil, o Brasil tem hoje cerca de 5 milhões de famílias sem casa própria. Outros 7 milhões de famílias vivem em barracos ou cortiços sem higiene nem segurança [...] (2001, 1717, p. 66).*

C.2- Sindicatos e atuação político-partidária

C.2.1- O sindicalismo brasileiro relacionado a lideranças sindicais

Neste período, não houve a construção da imagem de um ícone do sindicalismo. Foram identificadas diversas lideranças sindicais sem que uma ou mais fossem mais ressaltadas do que outras pela Veja. No entanto, constatou-se em alguns trechos a decepção com o dirigente sindical Antônio Rogério Magri, principalmente pelo fato de ele ter aceitado o cargo de Ministro do Trabalho no governo de Fernando Collor de Mello, sofrendo assim diversas críticas de sindicalistas por ter participado e compartilhado de um governo com ideologias contrárias às do movimento sindical. Também foi criticado por ter continuado a receber o salário do seu antigo cargo na Eletropaulo sem estar atuando e concomitantemente com os vencimentos do cargo de Ministro do Trabalho.

[...] Dirigente sindical de sucesso, Magri era esperado como uma promessa de tempos mais tranquilos na área trabalhista, mas decepcionou os colegas sindicalistas, que criticam o fato de o ministro estar num governo no qual em vez de aumentos de salários se discute redução da jornada de trabalho, salários menores e a hipótese de desemprego em massa [...] (1990, 1128, p. 34).

‘A decisão de cassar os salários do ministro Magri foi uma vitória da Justiça’, comemorou o deputado estadual Arlindo Chinaglia, do PT [...]. Magri trabalha em Brasília e a Eletropaulo, de onde está afastado há catorze anos, quando começou a atuar como dirigente sindical, fica em São Paulo. Na sua ação, o deputado Chinaglia também pediu que Magri devolva os salários que recebeu da empresa até agora [...] (1991, 1180, p. 18).

O presidente da República [Collor], eleito sob o slogan de Caçador de Marajás, já se estrepou duas vezes. Nomeou para o Ministério do Trabalho uma pessoa que ganha salário sem trabalhar [...]. Ninguém deve se esquecer de que o sindicalista Antônio Rogério Magri apresentava-se ao distinto público como antítese dos barbudos petistas na condição de

representante do 'sindicalismo de resultados'. Põe resultado nisso, sindicalista (1991, 1180, p. 19).

C.2.2- Novos campos de atuação do sindicalismo

Nesta categoria, também foram agrupados alguns trechos que trataram das novas formas de atuação do sindicalismo, como por exemplo, a aproximação dos sindicatos nas lutas das minorias, como negros, indígenas, homossexuais, mulheres e sem-terra.

[...] Nelson Silva, assessor da diretoria do Sindicato dos Bancários de São Paulo (são 135.000 na cidade), tenta há dez anos organizar um grupo de homossexuais (já existem de negros e de mulheres) e não consegue (1993, 1287, p. 53).

[...] 'Queremos protestar contra 500 anos de latifúndio', disse Valmir Assunção [...] Índios e sem-terra decidiram fazer sua marcha para deixar claro que eram contra o governo. Encontraram reforço junto a integrantes do movimento negro, sindicatos e até um curioso grupo de punks, que aderiu. A polícia ergueu dez barreiras para impedir o acesso dos manifestantes a Porto Seguro e conseguiu barrá-los (2000, 1647, p. 48).

Além disso, os sindicatos e os líderes sindicais também se aproximaram da política. Participaram, por exemplo: (1) das pesquisas eleitorais; (2) de partidos políticos; e, (3) propondo uma revisão constitucional para combater a corrupção.

A bandalheira política só vai acabar rapidamente se você participar, ajudando a desamarrar esse nó a partir de agora, na Revisão Constitucional. Com as novas regras políticas propostas pela Força Sindical e pelo Instituto Atlântico, os partidos de aluguel vão acabar e os políticos corruptos vão ter medo de fazer seus negócios milionários (1994, 1322, p. 34).

Desconfiado da metodologia empregada pelos diversos institutos de pesquisa, o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, Diap, quer montar seu próprio ibope. A idéia é dar aos sindicatos uma espécie de Dieese das previsões para funcionar já nas eleições de 1996 (1994, 1356, p. 47).

[...] ‘Há 22 anos, quando foi fundado, o PT conseguiu reunir num único partido a esquerda de origem cristã, intelectuais de influência marxista e operários de base’, descreve a cientista política Maria Victoria Benevides, da Universidade de São Paulo [...]. Com essa amplitude, a legenda mais tarde deu origem à CUT, hoje a maior central sindical do país, cravando uma estaca na supremacia em seu próprio berço, o movimento sindical. [...] conseguiu implantar o projeto original de criar algo como um ‘partido de massas’ – e hoje, mais pragmático que nunca, virou potência parlamentar (2002, 1773, p. 51).

C.2.3- Indivíduos que conquistaram cargo público devido a experiência sindical

Também foram encontrados alguns casos de indivíduos que ingressaram na política por meio da militância sindical, transmitindo, assim, o sentido de que o sindicalismo seria uma ponte para a obtenção de cargos públicos e para a penetração no meio político.

[...] Homem de origem modesta, filho de imigrante russo, que foi operário, não fez estudos regulares e ingressou na política pela via da militância sindical [...] (1993, 1287, p. 30).

‘Ele chegou da Paraíba há dois anos, empregou-se numa empresa de ônibus e entrou no sindicato. Nem sabia o que era partido político’, conta João Trigueiro, sindicalista e amigo de Oswaldo [...] (1994, 1322, p.23).

C.3- Trabalho

C.3.1- As transformações do mundo do trabalho e as consequências para o sindicalismo

Foram constatadas algumas discussões sobre as transformações do mundo do trabalho, como: (1) salário mínimo e antecipações de reajuste salarial; (2) aumento da demanda e trabalho; (3) questões sobre a saúde do trabalhador, como a

preocupação com as lesões por esforço repetitivo (LER); (4) êxodo rural, crescimento da população urbana e mudanças na organização social; (5) distribuição de renda; (6) crescimento do mercado interno; (7) revolução industrial e tecnológica e a substituição da mão-de-obra pela máquina; (8) recessão e desemprego; (9) inflação e reposição de perdas salariais; (10) participação nos lucros; (11) segurança no trabalho; (12) férias; e, (13) garantia de emprego antes da aposentadoria. Tais modificações no mundo do trabalho foram tratadas em alguns casos como fatores para o enfraquecimento do sindicalismo, como por exemplo, a reação pacífica dos sindicatos em caso de demissões em massa e a aceitação da redução salarial devido a períodos de crise e desemprego, ou seja, antes se lutava por aumentos salariais e com as transformações do mundo do trabalho começou-se a lutar pelo emprego e pela sua manutenção.

[...] Segundo o Sindicato dos Bancários de São Paulo, os caixas fazem em média 400 autenticações de documentos por dia. Há cinco anos, faziam de 150 a 200. O trabalho no caixa simplesmente dobrou. Esse é o terreno propício para a multiplicação das enfermidades catalogadas como lesões por esforço repetitivo (1996, 1460, p. 52-53).

[...] Transformação curiosa: ao desorganizar o campo, a revolução industrial forçou a urbanização, o que facilitou a organização social e o nascimento do movimento sindical, que por sua vez trouxe os aumentos de salário, a modificação da distribuição de renda e o crescimento do mercado interno (1997, 1477, p. 9).

VEJA – E quais são as consequências da revolução tecnológica?
FURTADO – Gera desemprego para todos os lados, e a organização sindical está debilitada. O declínio dos sindicatos é um dado fundamental para entender o mundo de hoje. É um fato gravíssimo, pois com sindicatos débeis os salários não crescem [...] (1997, 1477, p. 9).

[...] A mudança de tom durante as negociações é a grande novidade na história do sindicalismo. As greves, que chegaram a 183 por mês há dez anos, agora, quando acontecem, chamam a atenção. Em dezembro, os trabalhadores da Volkswagen aceitaram (sem greve) uma redução salarial de 15%, como única alternativa a uma demissão em massa. Foi a quebra de um tabu. 'Acreditava-se que o emprego era um fato da natureza. Ele simplesmente estava lá, como o Sol estava no céu. A briga era por

aumentos salariais’, diz o economista José Márcio Camargo [...]. ‘Mas a regra do jogo mudou. A luta agora é pelo emprego. Não pela criação, mas pela manutenção dele’ (1999, 1580, p. 101).

[...] No ABC, as demissões são a segunda onda desse fenômeno. Cada montadora consegue produzir hoje o dobro de carros que produzia há dez anos, empregando menos gente. Por isso mesmo, a única opção que resta aos sindicatos – aceitar a redução dos salários, para tornar o trabalho humano mais econômico que o trabalho de uma máquina – não passa de uma solução desesperada. As máquinas logo se tornam tão baratas que é impossível reduzir salários indefinidamente para concorrer com elas (1999, 1580, p. 102).

Saíram os últimos números contabilizando o total de agências e postos de atendimento bancário no Brasil. O levantamento confirma a mudança ocorrida no setor nos últimos vinte anos. Enquanto o total de bancários diminuiu, o número de agências e postos de atendimento cresceu. Isso se deve à implantação de novas tecnologias e ao processo de fusões e privatizações realizado nos últimos anos [...] [Fontes: Febraban e Sindicato dos Bancários] (2002, 1773, p. 30).

7.4- EIXOS TEMÁTICOS DO 4º PERÍODO: ERA LULA E ATUALIDADE (1º DE JANEIRO DE 2003 A 2013)

D.1- Atuação sindical

D.1.1- Importância do(s) sindicato(s) para o país e para os trabalhadores

Os dados relataram a luta dos sindicatos contra algumas propostas do governo que poderiam ferir os direitos trabalhistas, como por exemplo, reformas previdenciárias. Também foi apontado o esforço dos sindicatos para a melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores e da população em geral.

[...] Arlindo Chinaglia, queria marcar a gestão com um novo prédio. O dinheiro para a obra saíria do leilão da folha de pagamento da Casa [...]. Foram obrigados a desistir dela por causa do Sindicato dos Servidores do Legislativo, que diz que as contas são dos funcionários, e não do Congresso, e ameaçou levar o caso à Justiça (2007, 2025, p. 52).

[...] É preciso, pois, fazer reformas que, preservando direitos adquiridos, evitem o desastre nos próximos anos. Há que fixar idade mínima para a aposentadoria e novas regras para as pensões por morte, que levem em conta a idade do cônjuge, o número de filhos e o tempo de contribuição do segurado. Em vez disso, o governo quer revogar o fator previdenciário, que incomoda os políticos e os sindicatos. Seria uma contrarreforma [...] (2011, 2233, p. 24).

D.1.2- Corrupção, peleguismo e financiamento sindical

Em alguns excertos encontra-se a alegação de viabilização de recursos públicos, principalmente pelo governo do PT, para os sindicatos e/ou federações sindicais (como CUT e Força Sindical) e também para projetos gerenciados por estes. Como consequência disto, destacou-se a submissão e apoio dos sindicatos e federações ao governo do PT. Também se discutiu sobre a necessidade, finalidade e divisão do imposto sindical entre o governo e os sindicatos, que, segundo os dados, também tem o objetivo de vincular os sindicatos ao governo. Sob outros aspectos, a utilização do imposto sindical também foi vista como uma forma de financiamento do peleguismo. Os sindicatos recebem dinheiro do governo, no entanto, não representam a classe de trabalhadores. Com isso, discutiu-se sobre a necessidade de se realizar uma reforma sindical e de se acabar com o imposto sindical e, consequentemente, com a dependência dos sindicatos ao Estado. Por fim, atribuiu-se também ao atual sistema eleitoral a obrigação dos deputados em enviar recursos públicos por meio de emendas parlamentares para sindicatos que ajudaram a elegê-los.

‘Nunca na história deste país, plagiando Lula, se investiu tanto no peleguismo’. José Carlos Aleluia (DEM-BA), sobre os 500 milhões de

reais que o imposto sindical rendeu às centrais sindicais (2007, 2007, p. 40).

Na festa do 1º de Maio, as centrais sindicais são dóceis com o governo – e isso é um efeito das verbas e cargos que receberam (2007, 2007, p. 44).

Em seu primeiro mandato, Lula despachou 72 milhões de reais para as duas centrais sindicais mais importantes – a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Força Sindical [...] (2007, 2007, p. 44).

[...] Só em São Paulo, as duas principais centrais sindicais reuniram mais de 1,5 milhão de trabalhadores em festejos separados, durante os quais o governo foi tratado com uma docilidade ímpar – nada das críticas ou dos xingamentos contra o governo que historicamente marcam as comemorações do 1º de Maio. Portanto, a explicação mais lógica para a ausência de Lula talvez seja outra: é desnecessário lutar pelo apoio dos sindicalistas e das centrais sindicais. Eles já estão, quase todos, aninhados no bolso do governo (2007, 2007, p. 44).

Como uma mudança no sistema eleitoral pode ajudar a conter os gastos públicos? Simples: quando o Congresso está repleto de deputados que representam grupos de pressão organizados (sindicalistas, usineiros, empresários que só mamam no estado), a tendência é que eles façam de tudo para carrear recursos públicos para esse pessoal. Uma central sindical, por exemplo, pode tornar-se um verdadeiro tragadouro de verbas se contar com uma dúzia de deputados dispostos a ajudá-la na tarefa. É o que acontece hoje no Brasil. ‘Como o governo precisa de sustentação política, permite que os deputados enviem dinheiro público, por meio de emendas parlamentares, para saciar esses grupos de pressão organizados’ [...] (2011, 2233, p. 83).

Também foram reunidos nesta categoria alguns trechos que de certo modo relacionaram os sindicatos à corrupção, ao tratar de assuntos como o recebimento de propina por líderes sindicais influentes na política e a participação de sindicatos e sindicalistas na formação de caixa dois e na organização de esquemas ilegais para financiamento de campanhas eleitorais.

A PF diz que o deputado pedetista e líder da Força Sindical recebeu propina de 325.000 reais para intermediar um empréstimo (2008, 2059, p. 51).

[...] Ali ele [Salazar] administrava o caixa dois da corrente petista e recebia salário de 2.000 reais da entidade, com o qual sustentava a família. Na eleição municipal de 2000, Salazar conta que recolhia dinheiro vivo em escritórios de advocacia a cada quinze dias. As remessas variavam entre 20.000 e 40.000 reais. Ele afirma ter arrecadado 250.000 reais para as campanhas apenas nessa eleição. O ex-assessor também recolhia malas em empresas de bebidas, laticínios, material esportivo e até em sindicatos. 'Era tudo por fora, tudo caixa dois. Nada entrava nas prestações de contas', diz [...] (2008, 2078, p. 77).

D.1.3- Crise do sindicalismo

Os dados demonstraram que o sindicalismo está em crise nos dias atuais devido a alguns motivos, como por exemplo, a estabilidade econômica, a falta de representatividade sindical e o desemprego. Sob outros aspectos, os dados também demonstraram o regresso a alguns fatos históricos do sindicalismo ocorridos durante os períodos da ditadura militar e da 4ª república. Assim, foram relatados assuntos como: (1) a origem histórica do PT e a sua relação com o sindicalismo, assim como a sua mudança de trajetória política e ideológica nos dias atuais; e, (2) as visões e ideologias dos sindicatos durante a década de 1980, como a visão cutista da sociedade e a importância das lutas dos trabalhadores para a sociedade brasileira, que foram abandonadas pelos sindicatos nos dias atuais.

Com seu alinhamento ideológico, associado ao convescote de dinheiro e cargos no governo, o movimento sindical brasileiro apenas acentua uma crise que começou há quase duas décadas. Com a queda do Muro de Berlim, em 1989, o grosso do movimento sindical perdeu a bússola ideológica que orientava sua atuação. No Brasil, o golpe seria ainda mais forte com o advento da estabilidade econômica, conquistada a partir do Plano Real em 1994, que arrancaria das mãos dos líderes sindicais a bandeira do arrocho salarial produzido pela fogueira inflacionária. Desde

então, os sindicatos não sabem exatamente que novo papel podem representar para os trabalhadores. Devem permanecer classistas, como na sua origem? Ou devem exercer um papel mais cidadão, como parece ser uma exigência das economias modernas e globalizadas? Ninguém encontrou uma saída consistente, mas uma coisa está clara; trabalhador nenhum vai se beneficiar de sindicatos aninhados no governo e mamando em impostos (2007, 2007, p. 46).

1994 – Com o lançamento do Plano Real, o país passou a ter estabilidade econômica e os sindicatos perderam a bandeira do arrocho salarial (2007, 2007, p. 46).

Havia muito tempo não se falava desse organismo em extinção, que é o movimento sindical brasileiro [...]. Quem fica mais triste com tal panorama é quem acreditou na famosa ‘visão cutista da sociedade’, por meio da qual se reafirmava a importância de os trabalhadores participarem das lutas legítimas do povo brasileiro. Depois que os sindicalistas se aninharam no poder, esqueceram-se dos ideais anteriores. Bem certo está o ditado que diz que leão da barriga cheia fica mansinho (2007, 2008, p. 37).

D.1.4- Sindicatos vistos como responsáveis pela perturbação da ordem pública

A luta sindical também foi discutida em alguns excertos selecionados com um sentido negativo e, de certo modo, afirmou-se que ela poderia afetar o sucesso e o desenvolvimento de um país. Assim, foram reunidos os seguintes excertos que exemplificam o sentido negativo atribuído à luta sindical: (1) a apresentação do caso em que um Prefeito não concedeu audiências aos sindicatos com um sentido positivo, ou seja, pôde-se compreender que se considerou o atendimento às reivindicações sindicais como algo negativo para um município; (2) a afirmação de que os aumentos salariais e a quantidade de empregos de um professor, que são algumas das lutas de alguns sindicatos de professores e ideólogos da educação, não influenciam na qualidade do ensino; (3) a recomendação de que se repita no Brasil a bem-sucedida reforma estrutural alemã aplicada por Gerhard Schroeder, que incluiu a perda do “nefasto poder dos sindicatos”; (4) a facilidade de se abrir

uma central sindical nos dias atuais, relatada sugestivamente devido ao surgimento de diversos sindicatos e centrais sindicais recentemente no Brasil; (6) o posicionamento contrário dos sindicatos mediante a discussão sobre a livre negociação dos contratos de trabalho; e, (7) o desafeto dos sindicatos quanto à avaliação de metas objetivas, propostas aos profissionais da educação, e a consequente progressão por mérito.

'Hoje é mais fácil montar uma central sindical do que abrir um botequim, que precisa de autorização da Vigilância Sanitária e da prefeitura' (2003, 1819, p. 38).

[...] A gestão do município foi entregue [...] a Pimentel. [...] soube evitar a tentação sindicalista. Jamais concedeu uma audiência ao sindicato dos servidores da prefeitura e não teve medo de adotar medidas impopulares [...] (2007, 2007, p. 61).

Poucos estudiosos se dedicam a compreender a educação com uma visão tão científica quanto a do americano Eric Hanushek. [...] é dele a mais extensa pesquisa já feita sobre os efeitos de um bom ensino no crescimento econômico. Nos últimos trinta anos, Hanushek vem travando embates com ideólogos da educação e os sindicatos de professores. É figura controversa, entre outras coisas, por ter sido o primeiro a afirmar que o aumento de salário não influencia a qualidade do ensino – a não ser quando obedece a uma política de premiação aos melhores em sala de aula (2008, 2078, p. 19).

Em poucas linhas da excelente reportagem 'Dois lados da mesma moeda' (2 de maio) estão lá os ingredientes básicos para repetirmos, no Brasil, as bem-sucedidas reformas estruturais de Gerhard Schroeder na Alemanha: [...] 2) negociação direta entre patrões e empregados, redução de salários, com diminuição de horas trabalhadas e reformulação da nossa custosa e absurda legislação trabalhista, com a consequente perda do nefasto poder dos sindicatos [...] (2012, 2268, p. 52).

[...] Também vimos como é utópica, frágil e louca, na minha opinião, essa idéia do que seria 'progressista'. É um ensopadinho feito de leninismo, de getulismo, de desenvolvimentismo, estatismo e sindicalismo. Esse ensopadinho nos joga de volta a um tempo de utopias irrealizáveis e

impede uma agenda modernizadora, que é feita de mudanças óbvias [...] (2006, 1972, p. 14).

Os contratos de trabalho passam a ser de natureza civil e inteiramente negociáveis entre as partes – com exceção dos casos em que o salário do trabalhador estiver na faixa de isenção do imposto de renda [...]. Quem é contra. As centrais sindicais, a máquina da Justiça do Trabalho, a parte da burocracia estatal que vive do uso dos recursos do FAT e do FGTS e um grande número de trabalhadores que não conseguem enxergar os benefícios da livre negociação. **Como convencer os incrédulos.** Com a mobilização das empresas, que podem demonstrar na prática que o valor dos contratos negociados livremente é maior e gera mais responsabilidades mútuas do que toda a parafernália de sindicatos, Justiça do Trabalho e burocracia estatal (2013, 2303, p. 74). A avaliação dos diretores impede a acomodação e estimula os bons profissionais a buscar seu espaço, tornando as redes de ensino mais efetivas. Nos países que se destacam no Pisa, como Finlândia e Canadá, os diretores têm autonomia para nomear suas equipes e respondem pelo desempenho de suas caridades. **Quem é contra.** Os sindicatos e os profissionais de educação em situação de conforto com a falta de avaliação de metas objetivas (2013, 2303, p. 77).

D.1.5- Sindicatos e as greves

Os dados revelaram que os movimentos grevistas foram relatados modestamente durante o período da Era Lula e atualidade. Os relatos de greves que ocorreram efetivamente concentraram-se em acontecimentos ocorridos durante o período em que Lula era líder sindical.

‘Na Europa, conversei tanto com um ministro alemão que me conhecia das divergências de 79, quando ele era diretor da Volkswagen na Alemanha e a gente começou a fazer a greve na Volkswagen, quanto com um dirigente sindical francês que cansou de tomar cachaça comigo em São Bernardo e hoje é ministro de Mitterrand’ (IstoÉ, abril de 1989) (2004, 1854, p. 38).

Se os ministros de estado fossem filiados a algum tipo de sindicato ligado à CUT, provavelmente teriam passado os últimos anos promovendo greves e piquetes por causa dos baixos salários. Cada um dos 37 membros do primeiro escalão da equipe de governo da presidente Dilma recebe 10.700 reais, pouco mais de 8.000, descontando o imposto. É menos, muito menos, do que ganha hoje qualquer companheiro mais graduado do mundo sindical [...] (2011, 2200, p. 60).

D.1.6- Sindicatos ou líderes sindicais como porta-vozes e/ou prestadores de informações

Os sindicatos e/ou líderes sindicais foram consultados algumas vezes para apresentarem sua opinião, argumentos, denúncias ou pesquisas sobre alguns temas, como: (a) queda de alíquotas e de impostos para a manutenção do emprego; (b) fraudes e corrupção no governo; (c) críticas ao Presidente Lula por não ter participado das comemorações do 1º de Maio; e, (d) as dificuldades e as condições de trabalho dos profissionais da educação e dos agentes penitenciários.

[...] ‘A queda da alíquota foi fundamental para manter o nível da oferta de emprego do setor na região’, diz Elcio Jacometti, presidente do sindicato dos calçadistas de Franca (2004, 1854, p. 102).

Para mostrar que não está brincando quando diz que pretende modernizar o estado, o governador do Maranhão anunciou que vai investigar não só o caso das estradas fantasmas de seu governo, mas todas as obras realizadas no estado nos últimos dez anos [...]. ‘Eu já vi muita coisa em minha vida, mas isso ...’, diz José de Ribamar Belo, presidente do sindicato dos empreiteiros, que garante ter há quase um ano alertado o governador sobre a fraude das estradas fantasmas [...] (2005, 1886, p. 42).

‘O presidente não teve coragem de vir. Sabia que seria vaiado’. Paulo Pereira da Silva, presidente da Força sindical, alfinetando o presidente Lula por não comparecer às comemorações que promoveu pelo 1º de Maio em São Paulo (2005, 1904, p. 42).

Apenas chamo atenção para duas questões a ser consideradas [...]. 1) Em que condições trabalham os profissionais em educação nos sistemas públicos em nosso país? 2) Por quais motivos os sistemas têm de recorrer a profissionais diversos para suprir a falta de professores? [...]. Silvio de Souza, Diretor de comunicação da Apeoesp (Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo) São Paulo, SP (2005, 1921, p. 27).

Como vivem os agentes penitenciários em São Paulo. Eles são perseguidos e transformados em reféns durante rebeliões. Muitos desenvolvem problemas psiquiátricos. Mesmo assim, há milhares de pessoas disputando esse emprego. [Fontes: Governo do Estado de São Paulo e Sindicato dos Funcionários do Sistema Prisional Paulista] (2006, 1966, p. 70).

[...] 'A quase totalidade do material que entra ilegalmente nos presídios passa com o consentimento de algum agente. Quem diz o contrário está sendo hipócrita', afirma João Rinaldo Machado, presidente do Sindicato dos Funcionários do Sistema Prisional [...] (2006, 1966, p. 73).

D.2- Sindicatos e atuação político-partidária

D.2.1- O sindicalismo brasileiro relacionado a lideranças sindicais

Neste período, algumas figuras foram associadas ao sindicalismo brasileiro, como a CUT e a Força Sindical, no entanto, a figura de Lula foi amplamente associada tanto à Presidência do Brasil quanto ao sindicalismo brasileiro. Assim, reuniram-se alguns trechos que trataram dos seguintes assuntos: (1) da associação da imagem do Presidente Lula ao sindicalismo brasileiro, devido a sua condição de ex-líder sindical influente no final da década de 1970 e durante a década de 1980; (2) do retorno à história de vida de Lula, relatando principalmente as dificuldades pessoais e políticas enfrentadas e suas conquistas durante o período em que era líder sindical; (3) da associação da imagem de Lula, um ex-sindicalista, à criação do Partido dos Trabalhadores e da Central Única dos Trabalhadores; (4) das

discussões sobre o consumo de bebidas alcoólicas por Lula durante os períodos em que era líder sindical e Presidente do Brasil; (5) sobre a provável posse de 2 revólveres pelo Presidente Lula desde quando era líder sindical; (6) que Lula, durante sua fase sindical, era apenas um líder sindical que lutava por melhores condições salariais para os trabalhadores; (7) da discussão sobre a mudança de postura de Lula ao tornar-se Presidente do Brasil, como por exemplo, a não participação nas comemorações do 1º de Maio de 2007, sendo que durante o período em que era líder sindical deixou de participar desta data comemorativa somente uma vez por estar preso; (8) que o Presidente Lula utilizou-se dos sindicatos para sustentação de seu governo; (9) das ligações do Presidente Lula com um terrorista colombiano, devido à pressão de sindicatos e partidos políticos; e, (10) das críticas ao Presidente Lula por ter deixado de trabalhar (no caso “bater o ponto”) desde que virou líder sindical.

‘Quando olho a minha própria vida de retirante nordestino, de menino que vendia amendoim e laranja no cais de Santos, que se tornou torneiro mecânico e líder sindical, que um dia fundou o Partido dos Trabalhadores e acreditou no que estava fazendo, que agora assume o posto de supremo mandatário da nação, vejo e sei, com toda a clareza e com toda a convicção, que nós podemos muito mais’. Trecho do discurso de posse de Lula, no Congresso (2003, 1784, p. 23).

O PASQUIM: *‘Mas você enquanto isso está ascendendo socialmente. Tá bebendo uísque muito bem, sô! E antes, o que você bebia?’ LULA: ‘Olha, se você tivesse colocado aqui uma garrafa de 51 eu tomaria o dobro desse uísque. Bebo o que tiver, né, mas na minha sala do sindicato a gente abre garrafa de 51’ (O Pasquim, março de 1978) (2004, 1854, p. 38).*

Em sua militância em São Bernardo do Campo, como o próprio Lula já contou, a bebida também aparecia com frequência. No sindicato dos metalúrgicos, costumava receber os amigos com ‘um cafezinho’ ou ‘uma cachacinha’. De tanto se falar em cachaça ou pinga, produziu-se o equívoco de que Lula gosta de aguardente. Não é verdade. Assim como o presidente Jacques Chirac, um francês que não gosta de vinho, Lula é um brasileiro que não é muito dado à cachaça. Prefere uísque [...] (2004, 1854, p. 43).

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva é dono de dois revólveres. As armas foram adquiridas quando ele ainda era líder sindical e foi avisado de que corria o risco de sofrer um atentado. O Palácio do Planalto, para variar, nega a existência dos revólveres. Mas alguns dos amigos mais próximos do presidente, que conhecem o caso, tentam convencê-lo a desfazer-se das armas e entregá-las à campanha do desarmamento, que termina com o plebiscito de 23 de outubro (2005, 1923, p. 36).

O segundo equívoco do PT decorre do primeiro. O partido foi formado por uma mixórdia: sindicalistas, militantes egressos da luta armada, integrantes da esquerda católica e intelectuais marxistas. Este último segmento, sobretudo, encarregou-se de construir um mito – o de que o então presidente do sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, Luiz Inácio Lula da Silva, era o guia excelso da classe trabalhadora rumo ao paraíso socialista. Ora, Lula nunca foi socialista. Não se pode nem mesmo dizer que era ‘de esquerda’. Lula era, sim, um líder sindical forjado no pragmatismo das brigas salariais entre operários e empresários [...] (2005, 1923, p. 47).

Desde que começou a despontar como líder sindical no fim da década de 70, Luiz Inácio Lula da Silva só deixou de ir às festas do 1º de Maio em São Bernardo do Campo duas vezes. Na primeira, em 1980, estava amargando 31 dias de xilindró por comandar as greves de metalúrgicos que desafiaram o regime militar. Agora, na segunda ausência, ficou descansando no Palácio da Alvorada, onde aproveitou para jogar uma pelada com amigos. Oficialmente, Lula não compareceu a São Bernardo, berço do sindicalismo do PT, porque foi alertado de que se preparava ali um protesto contra o governo [...] (2007, 2007, p. 44).

Lula esforçou-se para impedir a extradição de terrorista. *Em 29 de abril de 2006, Reyes descreveu um encontro entre o presidente brasileiro e Álvaro Uribe. Lula teria dito ao presidente colombiano que ‘não lhe entregaria o padre (Medina), porque estava sofrendo muita pressão dos partidos, dos sindicatos e de outras pessoas’. Uribe teria pedido a Lula que mantivesse Medina preso, ao menos, até o fim das eleições na Colômbia, Coincidência ou não, Medina recebeu o refúgio um mês depois da reeleição de Uribe (2011, 2217, p. 90).*

D.2.2- Novos campos de atuação do sindicalismo

Alguns excertos relataram uma nova forma de atuação dos sindicatos, como a aproximação dos sindicatos, centrais e federações sindicais com a política. Assim, os trechos reunidos nesta categoria trataram dos seguintes assuntos que comprovam a aproximação sindical com a política: (1) discussões sobre se a Força Sindical apoiaria ou não a candidatura de Lula à Presidência; (2) a preocupação e necessidade de alguns políticos de se ter o apoio sindical; (3) candidatos e partidos eleitos devido à força do corporativismo sindical; e, (4) o apoio do movimento sindical ao governo de Lula.

O sistema atual é feito sob medida para beneficiar candidatos que representam interesses de categorias como a dos sindicalistas. [...]. No sistema distrital, o jogo volta a se equilibrar, já que, no caso de um candidato sindicalista, seus eleitores estariam geograficamente mais espalhados (uma vez que nem todos os filiados de um sindicato vivem em um mesmo distrito) o que diminuiria o poder de fogo da candidatura [...]. Estima-se que, se o voto distrital estivesse em vigor na última eleição, 35 sindicalistas e 21 políticos de base religiosa não teriam sido eleitos (2001, 2233, p. 83).

O presidente interino da Força Sindical, João Carlos Gonçalves, o 'Juruna', pode ser destituído. Ele enfureceu seus colegas ao gravar entrevistas afirmando que a Força apoiaria Lula. A maioria dos sindicatos da central e o presidente licenciado da instituição, Paulo Pereira da Silva, vão de Alckmin em um eventual segundo turno (2006, 1965, p. 38).

2003 – Lula assumiu a Presidência da República e o movimento sindical, sempre fortemente oposicionista, passou a dar sustentação política ao governo. As duas principais centrais, CUT e Força Sindical, antes rivais, viraram aliadas (2007, 2007, p. 46).

Outros campos de atuação dos sindicatos também foram relatados, como a luta pelo direito dos agentes penitenciários ao porte de armas para maior segurança pessoal e pela redução das mortes no trânsito devido aos acidentes de motocicletas.

Paulo Araújo, 54 anos, casado, pai de três filhos, trabalhava como agente havia 32 anos, foi morto pelo PCC no dia 7 de julho. Ajudou a fundar os

dois maiores sindicatos de agentes penitenciários do estado de São Paulo e era diretor regional de um deles. Defendia o direito desses profissionais ao porte de arma. Depois que teve o início a onda de ataques a agentes prisionais, no fim de junho, Araújo deu diversas declarações à imprensa condenando os crimes [...] (2006, 1966, p. 73).

Há duas semanas, o HC [Hospital das Clínicas], em parceria com federações da indústria, de sindicatos de condutores e da Companhia de Engenharia de Tráfego paulistana, realizou um fórum com propostas para reduzir os acidentes e as mortes [...] (2012, 2268, p. 139).

D.2.3- Indivíduos que conquistaram cargo público devido a experiência sindical

Foram encontrados diversos relatos de indivíduos que conquistaram cargos no governo do PT devido às suas experiências com a militância sindical. Em alguns casos, discutiu-se que a experiência com a luta sindical teve maior valor do que um título de doutor perante a disputa por um cargo. Também se discutiu a intenção implícita do governo Lula ao disponibilizar cargos a (ex) militantes sindicais, que seria a entrega do poder e dinheiro aos membros da elite sindical e até mesmo uma forma de arregimentar apoio de partidos políticos e de entidades sindicais.

[...] Com o PT, houve mudanças. Um candidato a gerente regional pode ter doutorado em assuntos previdenciários, mas perderá para seu concorrente caso este, para desempatar a disputa, tenha dois anos de experiência como dirigente de sindicato, associação de classe ou mesmo organização não-governamental. É isso mesmo: militância sindical vale mais que título de doutor. Por quê? 'Não quisemos perpetuar nos postos os que dirigiram o INSS e tínhamos de mudar os critérios. Quem dirigiu um sindicato, uma ONG ou uma instituição tem uma experiência de liderança que não deve ser desperdiçada' [...] (2003, 1819, p. 46).

[...] Estima-se que a CUT, desde que Lula tomou posse, tenha preenchido cerca de 1.000 cargos de confiança no governo federal. Em julho de 2005, essa relação foi coroada com a entrega do Ministério do Trabalho ao então presidente da CUT, Luiz Marinho (2007, 2007, p. 44).

[...] A diferença é que o presidente Lula, além do dinheiro e da sua natural proximidade com o meio sindical, no qual começou a construir sua vida pública, ofereceu aos membros da elite sindical o que eles nunca tiveram antes: cargos no governo. E dar cargos no governo é apenas uma outra forma de dar dinheiro – e poder (2007, 2007, p. 44).

[...] Primeiro, deu o cargo de ministro para Carlos Lupi, presidente do PDT [...]. Sua adesão ao governo tem um significado duplo: Lupi representa o apoio do PDT e da Força Sindical, central dominada pelos pedetistas [...] (2007, 2007, p. 45).

[...] O atual presidente da entidade [Força Sindical], o deputado Paulo Pereira da Silva, vive em Brasília com uma lista de indicações para cargos públicos embaixo do braço. Tem tido sucesso na sua missão (2007, 2007, p. 45).

[...] O deputado Carlos Santana, um companheiro de sindicalismo do ex-presidente Lula, pediu e levou o controle do Sesef. Para os principais cargos de direção do órgão, nomeou colegas de luta, sindicalistas como ele. Foi seu bom trânsito no governo, em 2003, que [...] fez com que seus companheiros mantivessem o cargo no segundo mandato do ex-presidente [...] (2011, 2200, p. 63).

D.3- Trabalho

D.3.1- As transformações do mundo do trabalho e as consequências para o sindicalismo

Foram reunidos os excertos que relataram sobre: (1) a indicação de escolas por sindicatos em que as empresas costumam recrutar funcionários e estagiários; (2) a resistência sindical quanto aos cortes de funcionários realizados por algumas indústrias devido à concorrência de marcas e consequente exigência da redução dos custos de produção e busca pela eficiência; (3) a luta sindical contra a inserção de certos produtos no mercado que poderiam causar danos à saúde das pessoas; e, (4) a participação dos sindicatos na discussão sobre a abertura da

economia e sobre as consequências da importação para as empresas nacionais, que, segundo a Força Sindical, necessitaria de adoção de medidas protecionistas.

[...] No quesito empregabilidade, 215 empresas citaram as escolas onde costumam buscar novos estagiários, trainees e funcionários. A isso se somou a avaliação de 166 entidades profissionais, entre órgãos de classe, associações, conselhos e sindicatos [...] (2005, 1923, p. 127).

Não são apenas os ícones americanos que estão em apuros no cenário mundial. Além do problema brasileiro, a Volkswagen também está no meio de um processo de reestruturação em sua sede, na Alemanha. Precisa cortar 15.000 dos 103.000 empregos e, como no Brasil, enfrenta forte resistência sindical. A concorrência global tende a se acirrar ainda mais nos próximos cinco a dez anos, quando novas marcas chinesas devem começar a avançar sobre as concessionárias de todo o mundo, exigindo uma queda ainda maior dos custos de produção das montadoras. Nesse setor, a busca frenética por eficiência transformou-se num caminho sem volta (2006, 1972, p. 74).

A Schincariol lança neste mês no Nordeste a lata de Nova Schin com um tampa protetora de alumínio. A solução, que outras empresas já usam, é motivo de uma pequena guerra no setor: o sindicato que reúne a Ambev e a Femsa fez campanha publicitária contra. Alegou que esse tipo de embalagem não protege a lata contra a formação de bactérias [...] (2008, 2059, p. 51).

Apesar da ampla literatura sobre fracassos da substituição de importações, o modelo continua o favorito de segmentos que se opõem à abertura da economia. Empresários brasileiros defendem abertamente o fechamento. A Força Sindical pediu ao governo federal medidas protecionistas para reverter o ritmo das importações (2011, 2200, p. 20).

8- DISCUSSÃO

A mídia tem um importante papel na disseminação de representações sociais à medida que os meios de comunicação criam e põem a circular tais representações sociais (ICHIKAWA; SILVA, 2006). O novo sindicalismo brasileiro é um fenômeno que possui uma história recente no Brasil (CARDOSO, 2002) e que foi acompanhada pelos meios de comunicação.

Neste estudo, tomaram-se como base principalmente os conhecimentos da grande teoria das representações sociais, desenvolvidos por Moscovici, com foco nos processos de objetivação e ancoragem. Grosso modo, o processo de objetivação analisa as formas como um fenômeno ou conceito é objetivado, ou seja, busca compreender como esses fenômenos ou conceitos adquirem materialidade e se tornam em algo concreto e abstrato, vistos como natural (ORDAZ; VALA, 1997). Vale ressaltar que as categorias de análise construídas no presente estudo, de certa forma, objetivam os sentidos do sindicalismo em cada período histórico estudado ao tentar dar certa materialidade e concretude ao que era abstrato e imaginário. Para além da construção das categorias e tendo como referência o trabalho de Ordaz e Vala (1997), a análise do processo de objetivação do sindicalismo na Revista Veja também foi estruturada em duas vertentes analíticas: análise dos personagens representativos do sindicalismo e análise dos protótipos do sindicalista. Já o processo de ancoragem tem como objetivo ancorar algo estranho e não usual numa categoria familiar e comum (MOSCOVICI, 2009). Assim, determinado objeto é classificado e rotulado de acordo com o que é usual e familiar.

Com isso, propõe-se neste capítulo o seguinte percurso, não necessariamente nesta ordem: (1) apresentar os sentidos atribuídos ao sindicalismo em cada período; (2) discutir o processo de ancoragem do sindicalismo dentro do contexto social; (3) discutir as representações sociais partilhadas, ou seja, que permearam todos os períodos históricos; (4) relacionar os discursos da Revista Veja sobre o sindicalismo com as características das relações de trabalho de cada época; (5) apresentar as diferenciações entre os eixos temáticos no tempo, ou seja, serão discutidos os diferentes sentidos existentes entre os eixos temáticos reincidentes em cada período histórico. A discussão sobre as diferenciações entre os eixos temáticos tem como objetivo mapear as permanências e mudanças, continuidades e

descontinuidades dos sentidos do sindicalismo de 1968 a 2013; e, (6) discutir a objetivação do sindicalismo, ou seja, apresentar como o sindicalismo brasileiro foi personificado e os protótipos do sindicalista.

Segundo Moscovici (2009), representar não significa reproduzir ou repetir determinado objeto. Significa reconstruir, modificar e retocar. Além disso, a TRS tem como pressuposto analisar as crenças, normas, valores, sentidos que perpassam o senso comum (JODELET, 2005). Assim, ao ser apropriado e divulgado pela mídia, são atribuídos novos sentidos aos conhecimentos sobre determinado objeto. Com isso, procurou-se identificar os sentidos atribuídos ao sindicalismo, pois considera-se que na construção dos diversos sentidos é possível apreender uma parte das representações sociais que circulam sobre o sindicalismo nos períodos históricos estudados.

Segundo Klanovicz (2010), os primeiros anos da Revista Veja foram marcados pela influência dos fatos publicados na imprensa internacional. As agências internacionais de notícias interferiram na elaboração das notícias publicadas pela imprensa brasileira. Ainda segundo a autora, a “[...] utilização de agências internacionais de notícias era uma prática bem difundida pela imprensa brasileira, inclusive a televisiva [...]” (KLANOVICZ, 2010, p. 39).

Vale ressaltar também que a Veja desenvolveu-se juntamente com o regime militar, porém de forma mais independente se comparada à Rede Globo de Televisão, que foi a grande porta voz do regime militar (MIRA, 1997). Assim, diversas vezes a Revista Veja esteve “[...] às voltas com a censura, teve exemplares apreendidos e, como o restante da imprensa, esteve vários anos sob censura prévia” (MIRA, 1997, p. 121). Mira (1997) afirma que inicialmente as publicações da Veja eram mais críticas ao regime militar, pois era

[...] o momento da chamada ‘linha-dura’ no poder, e Veja se posicionava contra as arbitrariedades do regime, em especial, contra o [...] fechamento do Congresso, a suspensão dos direitos civis, a censura e, obviamente, a tortura. Por sua linha liberal não podia mesmo concordar com essas medidas (MIRA, 1997, p. 122).

No entanto, em meados da década de 1970, a pressão do regime militar sobre a Veja aumentou, principalmente com relação ao jornalista Mino Carta, que por este motivo foi demitido em 1975 (MIRA, 1997). Após a demissão de Mino Carta, Mira (1997) sugere que a linha editorial da Veja assumiu uma postura mais conservadora e de apoio às políticas do governo ditatorial.

Desta forma, os dados do período da Ditadura Militar indicaram que a Veja debateu em diversas matérias sobre o sindicalismo de outros países, alguns que se encontravam em situação similar a do Brasil, ou seja, que estavam sob o regime ditatorial e cujos movimentos sindicais sofriam repressão. Foram encontrados trechos com a ocorrência de discussões sobre questões sindicais e salariais de diversos países, como: Argentina, Uruguai, Bolívia, Estados Unidos, Etiópia, Polônia, China, Alemanha, França, Itália, Inglaterra, Japão, Israel, Espanha, Chile, Suécia, Portugal e Espanha.

Durante o período da ditadura militar, o governo acreditava que os aumentos salariais era um dos fatores para o descontrole dos índices inflacionários (SINGER, 2014). Desta forma, as manifestações por melhores salários e os movimentos sindicais foram fortemente reprimidos pelo governo ditatorial. Assim, o período da ditadura militar foi marcado pela truculência, perseguição e repressão aos sindicatos e líderes sindicais (QUEIROZ, 2007). Além disso, de 1968 a 1974 não ocorreram no Brasil grandes mobilizações contrapondo-se ao regime ditatorial devido à prosperidade da economia brasileira durante o período do milagre econômico (SINGER, 2014). Isto ocasionou abusos por parte do governo ditatorial contra os trabalhadores, como o arrocho salarial e a suspensão de alguns direitos trabalhistas, acarretando dificuldades e miséria aos trabalhadores (ANTUNES, 1989). O regime de estabilidade por antiguidade no emprego foi substituído pelo FGTS, o que facilitou a demissão dos trabalhadores e as grandes empresas estrangeiras foram favorecidas pelo governo, mediante a justificativa de que trariam avanços tecnológicos ao Brasil (SINGER, 2014).

Neste contexto, verificou-se a presença de dados que trataram da repressão aos sindicatos (A.2). Destaca-se que o eixo temático “repressão aos sindicatos” ocorreu apenas no período da ditadura militar. Este eixo reuniu diversos relatos de utilização da força e violência contra sindicatos e sindicalistas, inclusive o desaparecimento, tortura, sequestro, morte e assassinato de indivíduos ligados ao sindicalismo (A.2.3). Os dados ainda demonstraram o desejo do governo opressor em interferir na atividade sindical, como por exemplo, impor tarefas de caráter assistencial aos sindicatos. O governo ditatorial também buscou utilizar as contribuições sindicais para atender as necessidades da máquina pública, intervir na cúpula dos sindicatos que não atendiam às leis e judicializar e legalizar os movimentos grevistas e as ações dos sindicatos (A.2.1).

Ademais os dados demonstraram que os sindicatos e líderes sindicais foram tratados em alguns casos como responsáveis pela perturbação da ordem pública (A.1.9). A atuação sindical foi relacionada em alguns casos às atividades subversivas, agitação social, desordem, financiamento da esquerda, formação de milícias e ao terrorismo. Por este motivo, os sindicatos e líderes sindicais foram reprimidos, com a utilização de forças armadas e até mesmo com a utilização de alguns mecanismos repressores, como bombas de gás lacrimogêneo, sequestro, prisão e tortura (A.2.2).

Em contrapartida, também foi constatado o desejo do regime ditatorial em fortalecer os sindicatos (A.1.1). Entretanto, pode-se compreender, sugestivamente, que para além desse discurso de fortalecimento do sindicalismo, há a intenção do governo de ter o apoio político dos sindicatos e de atribuir funções assistenciais e culturais aos sindicatos.

Os dados também demonstraram diversos aspectos da atuação sindical. Foram encontrados alguns casos de sindicalistas considerados pelegos, em que houve o diálogo com o governo, assim como o corporativismo sindical, em que a luta sindical foi direcionada para a conquista de interesses da cúpula e por anseios pessoais sem se consultar a base (A.1.6). O imposto sindical foi citado como instrumento de corrupção (A.1.6). Nesse sentido, também foram citados os conluíus para realização de greves e a cessão dos sindicatos às pressões do patronato em questões que respeitavam ao interesse dos trabalhadores.

Alguns líderes sindicais e sindicatos foram tratados como articuladores das mobilizações grevistas contra o governo ditatorial (A.1.10). No entanto, inicialmente os movimentos grevistas eram fortemente coibidos pela ditadura (QUEIROZ, 2007) e os relatos sobre a greve concentraram-se nos casos de sindicalistas que clamavam pela greve de forma legal ou ilegal. De fato, a greve era considerada ilegal neste período, como determinava a Lei Antigreve (ANTUNES, 1989). Com a nova conjuntura política e econômica do final da década de 1970, como por exemplo, o movimento de reabertura política no governo de João Figueiredo em 1979 (QUEIROZ, 2007), o declínio do crescimento econômico e o aumento da inflação, foram observadas diversas notícias sobre os movimentos grevistas, principalmente as ocorridas na região do ABC paulista (SINGER, 2014).

O ano de 1978 foi importante por marcar o retorno do movimento sindical que não era visto desde o fracasso do movimento operário de 1968 (ALVES, 2000).

Esse período de quase 10 anos, chamado por Antunes (1989) como a “noite do sindicalismo brasileiro”, foi um longo período de desmobilização do movimento operário e de desgaste do movimento sindical. Com isso, durante o período da ditadura foram encontrados excertos que trataram das dificuldades enfrentadas pelo sindicalismo durante o seu ressurgimento, como a desunião dos trabalhadores, a debilidade dos sindicatos, o reduzido número de trabalhadores sindicalizados e a inexperiência dos novos líderes sindicais (A.1.7).

Por outro lado, os dados também demonstraram o surgimento de algumas figuras combativas e influentes que identificaram o sindicalismo brasileiro a partir da greve de 1978. Assim, os dados deram ênfase ao líder sindical Luiz Inácio da Silva, o Lula, como principal articulador dos movimentos grevistas e também como responsável pela renovação sindical brasileira (A.3.1). Como afirma Antunes (1989), foi nesse período que Lula se consolidou como liderança sindical, com o apoio de todos os sindicatos do país que lutavam contra o regime opressor. Os dados indicaram ainda que Lula recebeu um tratamento análogo ao recebido por celebridades nas páginas da Veja, com direito a matérias que tratavam de sua vida pessoal e profissional e as suas glórias diante do movimento sindical.

Também se detectou que a figura de Lula e o sindicalismo brasileiro foram associados ao surgimento do PT e da CUT. Os excertos indicaram que o PT e a CUT foram tratados como a materialização do novo posicionamento político e ideológico dos sindicatos brasileiros. A partir disso, emergiu no contexto brasileiro a atuação político-partidária do sindicalismo (A.3). O PT e a CUT tornaram-se numa força política e social que influenciou o movimento das Diretas Já e o processo de redemocratização (BOITO JR, 2005). Para Boito Jr (2005), o surgimento do PT e da CUT configurou-se como a gênese de uma nova força social que foi fundamental na superação da ditadura militar e da crise econômica.

De fato, com a formação do novo sindicalismo, os sindicatos demonstraram todo o seu poder e influência por meio das conquistas obtidas pelos movimentos grevistas (A.1.3) que, de certa forma, geraram preocupação ao governo ditatorial. Aliás, este período foi marcado pela estagnação da economia e pela aceleração dos índices inflacionários (MARQUES; RÊGO, 2010). A crise do petróleo de 1979 em meio à crise do endividamento externo do Brasil provocou o descontrole dos preços e o desemprego em massa (SINGER, 2014). Neste contexto, o movimento sindical brasileiro teve apoio de diversos movimentos populares e

democráticos durante a greve de 1979 (BOITO JR, 2005). O movimento sindical brasileiro foi incluído no conjunto de movimentos de esquerda, como o MDB, parte da imprensa brasileira e os movimentos pela anistia e contra a carestia (BOITO JR, 2005). Assim, durante o período da Ditadura Militar, alguns excertos demonstraram que o novo sindicalismo, mesmo que ainda duramente reprimido pelo regime militar (CARDOSO, 2002), foi tratado como importante para o país (A.1.1), como por exemplo, nos trechos em que o sindicalismo foi apresentado como um fator de iluminação e progresso da sociedade e como importante para a eficiência da economia do país.

Com o movimento de redemocratização, alguns dados indicaram a importância dos sindicatos nas negociações e intermediação de conflitos de interesse entre a classe trabalhadora e o governo e/ou patronato (A.1.2). Com isso, os dados demonstraram a importância de se ter sindicatos fortes para a defesa dos direitos dos trabalhadores (A.1.1). Outro assunto que emergiu com o surgimento do novo sindicalismo foi o anseio dos sindicatos pela liberdade sindical (A.1.4). O governo já não era considerado mais importante pelas novas lideranças sindicais para a promoção de melhores condições de trabalho e de vida aos trabalhadores (BOITO JR, 2005).

Por fim, o discurso da *Veja* sobre o sindicalismo mostrou-se polarizado entre defesa (A.1.5) e crítica (A.1.8) ao sindicalismo durante a ditadura militar. Em alguns casos, os dados demonstraram certa contraposição e crítica da *Revista Veja* ao governo ditatorial, como nos excertos que demonstraram certo desejo e apoio pela abertura política, insinuaram a importância da luta sindical para a abertura política, apoiaram a liberdade sindical e apresentaram críticas à repressão sofrida pelos sindicatos, como assassinatos e intervenções nos sindicatos, a proibição das greves e a política salarial. Todavia, o sindicalismo também foi criticado pela *Revista Veja* devido a alguns prejuízos que as greves ocasionaram às indústrias e à economia, assim como foi demonstrada certa preocupação e desafeto com as badernas e depredações que os movimentos grevistas ocasionaram e com o anseio demasiado dos trabalhadores por aumentos salariais.

No período da 4ª República, o movimento sindical brasileiro não sofreu repressão ou intervenção. Neste período, ocorreram diversas greves e os trabalhadores obtiveram diversas conquistas (QUEIROZ, 2007). De fato, os dados demonstraram a impetuosidade do sindicalismo neste período (B.1.3). Alguns

excertos fizeram alusão ao poder de mobilização dos sindicatos em organizar os trabalhadores a nível nacional e inclusive na destituição de membros do governo. As discussões sobre a liberdade sindical, iniciadas durante a ditadura militar, se materializaram com a promulgação da Constituição Federal (CF) de 1988 (QUEIROZ, 2007). Com isso, alguns excertos apontaram a necessidade de participação dos sindicatos e a efetiva participação do sindicalismo brasileiro na elaboração da CF de 1988 (B.1.1).

A CF de 1988 trouxe diversas conquistas para o movimento sindical, como a liberdade de associação profissional e sindical, a livre administração dos sindicatos, a unicidade sindical e a participação dos sindicatos nas negociações coletivas (CARDOSO, 2002). Com a conquista da liberdade sindical, foram encontrados os primeiros excertos que trataram da efetiva negociação dos sindicatos com o governo ou com empresas sobre assuntos trabalhistas (B.1.2). Desta forma, os dados indicaram que o governo deixou de ser o intermediador nas negociações de salários, reajustes e gratificações.

O direito de greve foi assegurado pelo Art. 9º da CF de 1988. Assim, foi constatada em alguns excertos a defesa do direito de greve (B.1.7). As greves também foram tratadas positivamente como uma conquista dos trabalhadores e foram consideradas primordiais para o desenvolvimento do sindicalismo brasileiro. A legalidade da greve era algo novo durante o período da 4ª República. Com isso, alguns dados mostraram certa discussão sobre o modo pelo qual os governantes deveriam se posicionar perante os movimentos grevistas neste novo contexto.

Os sindicatos foram incluídos no conjunto de entidades importantes para o país, assim como considerados importantes por seu empenho na luta por melhores condições de trabalho e de vida aos trabalhadores (B.1.1). Aparentemente, este mérito atribuído ao novo sindicalismo se deve às diversas conquistas do sindicalismo desde o final da década de 1970. Em contrapartida, também permaneceram durante este período a perspectiva de que os sindicatos e/ou líderes sindicais são perturbadores da ordem pública (B.1.6). Os sindicatos foram considerados entidades baderneiras, ligadas a atividades criminosas, além de desrespeitarem as leis e serem responsáveis por invasões de prédios, pela utilização de explosivos e pela formação de piquetes. Além disso, a atuação dos sindicalistas foi associada em alguns casos a atos de terrorismo e de guerrilha.

Ainda na 4ª República, a economia brasileira vivenciou de forma lenta e gradual um momento de reestruturação produtiva, influenciado pelas mudanças ocorridas no âmbito internacional (ANTUNES, 2011). O país vivenciou no governo de Sarney uma crise econômica e a dificuldade em estabilizar a inflação (SINGER, 2014). Diversos planos foram lançados durante o governo de Sarney com o objetivo de estabilizar a economia brasileira, como os planos Cruzado, Bresser e Verão (SINGER, 2014).

Neste contexto, os dados também mostraram algumas dificuldades enfrentadas pelo novo sindicalismo (B.1.5), como por exemplo, a debilidade dos sindicatos perante as distorções do sistema FGTS e a não inclusão de algumas propostas da CUT na CF de 1988, como a estabilidade no emprego e a jornada de trabalho de 40 horas semanais. Também foram encontrados relatos de casos de peleguismo e de corrupção nos sindicatos. Assim, foram denunciadas as regalias de alguns líderes sindicais devido à posição de privilégio que ocupavam e o imposto sindical foi considerado o principal motivo para o corporativismo sindical (B.1.4).

Durante a 4ª República, os dados demonstraram certa intensificação da relação dos sindicatos e líderes sindicais com a política (B.2). O sindicalismo brasileiro novamente foi associado à imagem da CUT e do PT (B.2.2). Com o processo de consolidação do PT e da CUT no cenário político brasileiro, os dados demonstraram certa preocupação em discutir a diferença entre partido político e sindicato. Diferentemente do período da ditadura militar, durante a 4ª república houve heterogeneidade de indivíduos representantes do sindicalismo (B.2.1), como por exemplo, Magri, Lula e Zico.

Com a eleição do Presidente Fernando Collor de Mello no início da década de 1990, o Brasil vivenciou a implementação das políticas neoliberais (SANTOS, 2006; QUEIROZ, 2007). No entanto, o mandato de Collor foi marcado por denúncias de corrupção que derrocaram no processo de *impeachment* em 1992 (ANTUNES, 2007). Neste contexto de instabilidade política do Brasil, os dados do período da globalização e neoliberalismo mostraram que os sindicatos foram fundamentais para o país, devido à participação destes no combate à corrupção e à sonegação fiscal (C.1.1). Assim, o sindicalismo foi considerado importante no combate à corrupção (C.2.2), para o desenvolvimento da democracia e para a luta pelos direitos e por melhores condições de trabalho e de vida para os trabalhadores (C.1.1).

A adoção das políticas neoliberais, que foram retomadas por Fernando Henrique Cardoso (FHC) em 1994, ocasionou várias transformações nas relações trabalhistas e nos meios de produção (SANTOS, 2006; QUEIROZ, 2007). Assim, ocorreram diversas transformações no mundo do trabalho, como a intensificação da terceirização, a fragmentação da classe de trabalhadores, a desqualificação dos trabalhadores, a substituição da mão-de-obra por máquinas e o desemprego estrutural (ANTUNES, 2011). Estas transformações do mundo do trabalho afetaram de forma negativa os sentimentos de união e solidariedade dos trabalhadores (FARIA, 2007). Neste contexto, observou-se durante a década de 1990 o surgimento da crise do sindicalismo (ALVES, 2000, SANTOS, 2006, ANTUNES, 2011, SOARES, 2011). Para Dufor e Hege (2010), a falta de identificação dos trabalhadores com a organização sindical é um dos diversos fatores que intensificaram a crise do sindicalismo.

Com isso, os dados do período da globalização e neoliberalismo também indicaram a crise do sindicalismo, constituída pelo desinteresse dos trabalhadores pelo sindicalismo, a falta de prestígio nas negociações com as empresas, a postura defensivista dos sindicatos, o corporativismo sindical, o abandono do papel revolucionário e a indefinição da missão dos sindicatos nas nações pós-industrializadas (C.1.4). O novo sindicalismo não rompeu de fato com o modelo de colaboração dos sindicatos com o Estado estabelecido desde o período Vargas (QUEIROZ, 2007). Assim, os dados apresentaram certa crítica ao novo sindicalismo, devido ao não cumprimento de algumas promessas de renovação da década de 1980.

Neste contexto, algumas greves foram relatadas em alguns artigos (C.1.5). Porém, os dados caracterizaram certa desnecessidade dos movimentos grevistas, devido aos baixos níveis de emprego. Como afirma Santana (2002), a luta salarial da década de 1980 foi substituída pela luta pela garantia do emprego durante a era neoliberal. Assim, a negociação foi indicada como a melhor maneira dos trabalhadores e sindicatos discutirem as questões trabalhistas com os empresários (C.1.2). Desta forma, os dados trataram da negociação entre sindicatos e empresas ou governo, no entanto, tal negociação nem sempre foi favorável à classe dos trabalhadores. Devido aos elevados níveis de desemprego, os sindicatos negociaram em alguns casos a redução da jornada de trabalho e a redução de salários com o patronato (C.1.2).

Com o sucesso do Plano Real, o governo de FHC foi o responsável, de certa forma, pela estabilização da economia brasileira na década de 1990 (IANONI, 2009). Neste contexto, Antunes (2011) afirma que os sindicatos afastaram-se dos movimentos autônomos e anticapitalistas que lutaram contra as imposições do sistema capitalista nos décadas de 1970 e 1980. Assim, as manifestações pacíficas, comuns nas nações industrializadas, foram indicadas nos dados como a perda do poder de barganha dos sindicatos, pela redução do quantitativo de trabalhadores sindicalizados e pelo desinteresse dos trabalhadores pelo sindicalismo (C.1.4).

A influência da situação econômica do país e dos níveis de emprego no movimento sindical também foi identificada nos dados. Assim, se a economia estiver estagnada e os níveis de desemprego estiverem altos, o movimento sindical tende a ficar na defensiva (C.1.4). De fato, Boito Jr (2005) afirma que, com o advento da era neoliberal e devido alguns fatores sociais e econômicos, o sindicalismo assumiu uma posição defensiva. O sindicalismo deste período se caracterizou pela nova postura de concertação social, em que foi incluída na pauta de resistência dos sindicatos a parceria com as indústrias e com o governo (ALVES, 2000).

Assim, os dados também indicaram algumas críticas ao abandono do papel revolucionário e a parceria dos sindicatos com as empresas e o governo (C.1.4). Faria (2007) salienta a colaboração dos sindicatos com as empresas mediante a lógica neoliberal. De acordo com o autor, os sindicatos tendem a colaborar com as empresas, pois caso as empresas tenham problemas tecnológicos, competitivos ou financeiros, isto ocasionará o desemprego e a consequente redução do número de sindicalizados.

A face negativa do sindicalismo também foi apontada neste período. Foram encontrados relatos de corrupção nos sindicatos, o financiamento ilegal de campanhas eleitorais, a arrecadação ilegal de fundos no exterior para o financiamento de campanhas do PT e a “máfia sindical” (C.1.3). Os dados apontaram a máfia dos portos, em que os sindicatos monopolizaram a contratação da mão-de-obra. Os exportadores eram obrigados a remunerar os trabalhadores indicados pelos sindicatos. Este modelo de gestão portuária, com a influência dos sindicatos, foi apontado como o principal fator da ineficiência portuária. Ainda de forma negativa, foram discutidos alguns assuntos como as dificuldades financeiras enfrentadas pelos sindicatos e o imposto sindical, que foi considerado como o

principal motivo do peleguismo nos sindicatos e para o financiamento de sindicatos fantasmas e de fachada (C.1.3).

Em contrapartida, os sindicatos começaram a se envolver em outros projetos e a inserirem-se em outros espaços (SANTANA, 2002). Os dados apontaram os novos espaços de atuação do sindicalismo, como por exemplo, a aproximação dos sindicatos nas lutas dos negros, indígenas, homossexuais, sem-terra e mulheres (C.2.2). Novamente, foi destacada a aproximação dos sindicatos com a política, como por exemplo, a participação dos sindicatos em pesquisas eleitorais e a participação sindical na política brasileira por meio do PT e da CUT (C.2.2). Os dados também indicaram certa associação da imagem do sindicalismo a uma ponte para obtenção de cargos públicos (C.2.3). Foram relatados alguns casos de indivíduos que ingressaram na política devido à influência no meio sindical.

No período da globalização e neoliberalismo, foram constatadas diversas lideranças sindicais associadas ao sindicalismo. No entanto, principalmente no início da década de 1990, diversos excertos indicaram a associação negativa de Antônio Rogério Magri ao sindicalismo brasileiro (C.2.1). Magri foi criticado por ter abandonado as lutas sindicais ao assumir o Ministério do Trabalho no governo de Collor e por ter recebido os salários de seu antigo cargo na Eletropaulo em concomitância aos vencimentos do cargo de Ministro do Trabalho.

Em 2003, Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores, assumiu a Presidência do Brasil. Ao contrário do que se imaginava, Lula deu continuidade às políticas econômicas neoliberais do governo de FHC (ANTUNES, 2007; SOARES, 2013). O regime de meta da inflação, o câmbio flutuante, a Lei de Responsabilidade Fiscal e o processo de privatização foram mantidos (COSTA; LAMARCA, 2013). O governo do PT também defendeu algumas políticas anti-trabalhistas, como a flexibilização das leis do trabalho e o prolongamento da idade necessária para a aposentadoria (ANTUNES, 2007). Neste contexto, alguns dados demonstraram as reivindicações dos sindicatos pelos direitos trabalhistas e por melhores condições de vida para os trabalhadores (D.1.1). Foi relatada a luta dos sindicatos contra algumas propostas que poderiam ferir os direitos dos trabalhadores, como por exemplo, as reformas previdenciárias. Também foram constatados os novos campos de atuação do sindicalismo (SANTANA, 2002), como a luta pela redução das mortes no trânsito e pela maior segurança pessoal dos agentes penitenciários (D.2.2).

O governo do PT obteve algumas conquistas econômicas, como a reversão do surto inflacionário do final do governo de FHC e a recuperação do crescimento econômico (SINGER, 2014). Assim, o desemprego, a estabilidade econômica e a falta de representatividade sindical foram indicados novamente pelos dados como os principais fatores da crise do sindicalismo (D.1.3). Os dados indicaram que os ideais da década de 1980 foram abandonados depois que os sindicatos alcançaram o poder no governo do PT e também pelo fato de não ser mais necessário lutar contra o arrocho salarial (D.1.3). Além disso, o alinhamento ideológico e a dependência financeira dos sindicatos e Federações ao Estado foram indicados como intensificadores da crise do sindicalismo (D.1.3).

De fato, alguns excertos trataram da viabilização de recursos públicos aos sindicatos e/ou federações pelo governo do PT e sobre a pertinência do imposto sindical. Como consequência, os dados indicaram que o apoio financeiro e o imposto sindical são instrumentos para vincular os sindicatos ao governo (D.1.2). O imposto sindical novamente foi visto como uma forma de financiamento do peleguismo, pelo fato dos sindicatos receberem o dinheiro e por vezes não representarem a classe trabalhadora (D.1.2). Neste contexto, também foi discutida a necessidade de uma reforma sindical, com o objetivo de romper com a estrutura sindical que vincula os sindicatos ao Estado. O sistema eleitoral também foi criticado nos dados. Segundo alguns excertos, o modelo eleitoral permite que deputados destinem recursos públicos aos sindicatos que ajudaram a elegê-los (D.1.2).

O governo do PT deu continuidade à prática de condicionar as centrais, federações e sindicatos ao seu controle (SOARES, 2013). Esta prática, iniciada no governo de Vargas por volta de 1939 (ANTUNES, 1989) foi materializada na promulgação da Lei nº 11.648, de 2008, que formalizou o reconhecimento das centrais sindicais e as possibilitou maior participação em negociações de interesse da classe de trabalhadores (SOARES, 2013).

Neste contexto, os dados mostraram intensificação da participação dos sindicatos na política (D.2.2). Alguns excertos trataram do apoio do movimento sindical ao governo de Lula, principalmente das centrais Força Sindical e CUT, da preocupação e necessidade de alguns políticos e partidos em conquistar o apoio sindical e dos casos em que alguns candidatos foram eleitos devido ao apoio do movimento sindical. A origem histórica do PT e a sua relação com o sindicalismo, assim como a sua mudança de trajetória política e ideológica após o PT assumir o

governo também foram tratadas nos dados deste período (D.1.3). De fato, mesmo antes de vencer as eleições em 2002 o governo do PT já havia realizado algumas concessões políticas e alianças com a direita (ANTUNES, 2007). Por exemplo, o governo do PT fez aliança com o Partido Liberal e afirmou que atenderia as exigências econômicas do FMI (ANTUNES, 2007). Estas medidas afastaram o governo de Lula dos ideais da classe dos trabalhadores pelas quais o próprio Lula havia lutado na década de 1980 (ANTUNES, 2007).

Alguns excertos também indicaram alguns casos de indivíduos que conquistaram cargos no governo do PT devido às suas experiências com a militância sindical (D.2.3). Desta forma, foi indicado que a experiência com a luta sindical teve maior valor do que um título de doutor perante a disputa por um cargo no governo. Também foi apresentada a intenção implícita do governo Lula ao disponibilizar cargos a (ex) militantes sindicais. Segundo os dados, a disponibilização de cargos seria a entrega do poder e dinheiro aos membros da elite sindical e até mesmo uma forma de arregimentar apoio de partidos políticos e de entidades sindicais.

Não obstante, os sindicatos também foram vistos como perturbadores da ordem estabelecida (D.1.4). Todavia, os dados deste período se diferenciaram em diversos aspectos com relação aos dados dos períodos da ditadura militar e da 4ª República. Durante o governo de Sarney e, principalmente, durante a ditadura militar, os sindicatos e os líderes sindicais foram vistos como agitadores sociais e baderneiros. Já na Era Lula e atualidade, a luta sindical foi tratada como um obstáculo para o crescimento econômico do país. Os sindicatos foram criticados por serem contrários a avaliação objetiva dos profissionais de educação e, conseqüentemente, a progressão por mérito, assim como por lutarem por aumentos salariais e pela redução da carga horária dos professores. Os dados também indicaram certa defesa à livre negociação entre trabalhadores e empresas sem a intermediação sindical. Os sindicatos estavam entre as entidades contrárias à adoção do modelo da livre negociação. Assim, foi indicada a necessidade de se reduzir o “nefasto poder dos sindicatos” como proposta de reforma estrutural para o Brasil, adotando-se a negociação, redução de salários e reformulação da legislação trabalhista. Os dados ainda apresentaram com um sentido positivo o caso em que um Prefeito não concedeu audiências aos sindicatos. Desta forma, compreende-se que, caso um Prefeito atenda às reivindicações sindicais ou ao menos dialogue com

a categoria de trabalhadores, tal ação será dada como negativa para o desenvolvimento econômico municipal.

Os dados revelaram que os movimentos grevistas foram relatados modestamente durante o período da Era Lula e atualidade (D.1.5). Os relatos de greves que ocorreram efetivamente concentraram-se em acontecimentos ocorridos durante o período em que Lula era líder sindical. Os dados indicaram que neste período os sindicatos abandonaram a postura radical e de esquerda para a adoção de uma postura política e negociadora. Neste caso, as reivindicações são realizadas dentro da legalidade e por meio da negociação.

O governo do PT foi marcado pela divulgação do escândalo do mensalão e pela contestação de diversas políticas econômicas e de distribuição de renda (FORTES; FRENCH, 2012). Neste contexto, os dados deste período indicaram uma intensificação dos relatos de corrupção no governo e partidos políticos com a participação de sindicatos, federações ou centrais sindicais (D.1.2). Foram relatados casos de recebimento de propinas e a formação de “caixa dois” (recursos não contabilizados) para o financiamento de campanhas eleitorais.

O 4º *corpus* indicou que o sindicalismo brasileiro foi associado principalmente à imagem de Luiz Inácio Lula da Silva (D.2.1). É interessante ressaltar que neste período Lula não era mais um sindicalista, mas sim o Presidente do Brasil, no entanto, a imagem de Lula foi associada ao sindicalismo diversas vezes devido ao seu passado de lutas e glórias enquanto líder sindical no final da década de 1970 e durante a década de 1980. Em diversos trechos, ao se referir ao Presidente Lula, a Veja faz questão de trazer o termo “ex-sindicalista” ou similar.

Diante da análise dos resultados e da constatação dos diferentes posicionamentos da Revista Veja durante o mapeamento dos sentidos do sindicalismo, destaca-se a importância do contexto histórico, econômico e social para a compreensão do processo de ancoragem do sindicalismo. No processo de ancoragem, um objeto é ancorado “[...] quando ele passa a fazer parte de um sistema de categorias já existentes, mediante alguns ajustes” (TRINDADE; SOUZA; ALMEIDA, 2014, p. 146). Assim, os dados indicaram diversas nuances dos valores, normas e sentidos do sindicalismo, como por exemplo, os sentidos de renovação e vigor do sindicalismo no período da ditadura militar e, em contrapartida, a noção de crise do sindicalismo e envolvimento dos sindicalistas com atos de corrupção no período da Era Lula e atualidade. Desta forma, a análise do processo de ancoragem

auxiliou na compreensão dos múltiplos sentidos atribuídos ao sindicalismo (TRINDADE; SOUZA; ALMEIDA, 2014) de acordo com o contexto histórico e social brasileiro.

Os dados também indicaram que alguns sentidos e assuntos estiveram presentes nas discussões sobre o sindicalismo em todos os períodos históricos estudados, ou seja, de 1968 a 2013. A Tabela IV mapeia as categorias reincidentes em todos os períodos históricos. Assim, constatou-se que os seguintes assuntos, temas e sentidos foram reincidentes nos 4 *corpora*: (1) os sindicatos ou líderes sindicais foram adotados em diversos momentos como porta-vozes ou fontes de informações sobre determinados assuntos (A.1.11, B.1.8, C.1.6, D.1.6), assim como foram demandados diversas vezes para que expressassem a sua opinião sobre alguns temas. Aparentemente, estas ações da Revista Veja tiveram como finalidade promover um enriquecimento ou apresentar um contraponto nas construções das matérias jornalísticas; (2) os argumentos sobre as dificuldades ou a crise do sindicalismo (A.1.7, B.1.5, C.1.4, D.1.3); (3) os relatos de corrupção, peleguismo e financiamento sindical (A.1.6, B.1.4, C.1.3, D.1.2); (4) os relatos de movimentos grevistas liderados por entidades sindicais (A.1.10, B.1.7, C.1.5, D.1.5); (5) a importância do sindicalismo para a defesa dos direitos dos trabalhadores e por melhores condições de vida (A.1.1, B.1.1, C.1.1, D.1.1). A partir destes dados, observou-se a permanência de alguns sentidos ao longo da história, ou seja, dentre a pluralidade de sentidos disseminados pela Revista Veja desde os seus primórdios, constatou-se que alguns sentidos estiveram presentes nos 4 *corpora*. Assim, estes sentidos possuem caráter histórico e infere-se que fazem parte das RS do sindicalismo partilhadas na sociedade brasileira. Como afirma Moscovici (2009), as RS partilhadas são formadas pela presença histórica de significados disseminados por meio da comunicação, experiências e negociações. No entanto, as RS sobre um objeto estão em constante (re)construção (MOSCOVICI, 2009). Assim, vale ressaltar que não se está afirmando a existência de um consenso ou acordo, devido ao caráter dinâmico das RS (MOSCOVICI, 2009) e pelo fato de existirem algumas variações de sentido entre as categorias reincidentes, mas que os sentidos que permaneceram ao longo do período histórico analisado fazem parte do conjunto de elementos que organizam as RS de sindicalismo.

A Revista Veja sempre relacionou as discussões sobre o sindicalismo com as relações de trabalho do respectivo período. Constatou-se que no 1º período as

relações de trabalho foram consideradas como um fator para o ressurgimento da luta sindical e para o fortalecimento do sindicalismo, e em contrapartida, ocasionou os conflitos entre governo e sindicatos, assim como os sindicatos foram responsabilizados pelas novas exigências trabalhistas. A partir do 3º período, há uma mudança da visão dos sentidos emitidos sobre a relação entre trabalho e sindicalismo. Observou-se que as relações trabalhistas que surgiram com o modelo neoliberal foram relatadas como fator de enfraquecimento do sindicalismo. Como exemplo, devido ao novo contexto social e econômico, os sindicatos, em alguns casos, tiveram que aceitar a redução salarial para a manutenção do emprego. Em outras palavras, inicialmente os sindicatos lutavam pelo aumento salarial e com o advento da era neoliberal e da globalização os sindicatos passaram a lutar pela manutenção do emprego (SANTANA, 2002).

Os dados também demonstraram certa inversão quanto à aparição dos casos de repressão aos sindicatos (A.2) e liberdade sindical (A.1.4) com relação à presença do eixo temático “sindicatos e atuação político-partidária” (A.3, B.2, C.2, D.2). Assim, ao observar a tabela V, que lista as categorias que ocorreram apenas uma vez, constatou-se que apenas no 1º período ocorreu a disseminação da repressão aos sindicatos e sindicalistas e das discussões sobre a liberdade sindical, que deixaram de ser frequentes após a redemocratização e a promulgação da Constituição Federal de 1988. Assim, constatou-se que com o fim da ditadura militar e com retorno do regime democrático, houve a redução dos relatos de violência e repressão aos sindicatos e sindicalistas. Em contrapartida, a partir do 2º período pode-se observar uma intensificação da participação dos sindicatos e sindicalistas na política brasileira (B.2.2, C.2.2, C.2.3, D.2.2 e D.2.3). Esta inversão elucida a afirmação de Sá (1998) de que as RS estão em constante movimento e são multifacetadas, difusas e até mesmo contraditórias. As categorias A.1.5 e A.1.8 também demonstraram a contraditoriedade e a dinamicidade das RS, em que ora a Revista Veja defende as ações dos sindicatos e líderes sindicais perante o regime opressor, ora os critica por perturbarem a ordem pública e por considerá-los como um empecilho para o desenvolvimento econômico.

Moscovici (2009) afirma que no processo de ancoragem o objeto é hierarquizado, classificado como divergente ou conforme as normas estabelecidas e recebe valoração positiva ou negativa. Assim, ao se analisar a Tabela III – mapeamento das leituras positivas ou negativas da atuação sindical e a Tabela II –

mapeamento dos eixos temáticos, observou-se que ocorreram algumas variações de sentidos dos eixos temáticos “atuação sindical” (A.1, B.1, C.1 e D.1) do 1º ao 4º período. No 1º período (A.1), sobressaíram-se os sentidos de ressurgimento, inovação, libertação e radicalismo sindical. A disseminação de tais sentidos positivos reflete o desejo de reabertura política e consequente fim da repressão aplicada pela ditadura militar. Este anseio pelo retorno da democracia era apoiado principalmente por estudantes, igrejas, sindicatos de trabalhadores e demais setores da sociedade que se dispuseram a manifestar contra o governo ditatorial (BOITO JR, 2005). Assim, este conjunto de manifestantes, que incluía os sindicatos, foi tratado de forma positiva. Isto pode ser posto em prova ao se observar, por exemplo, os dados que discutiram e até mesmo criticaram os atos ou as intenções de repressão do governo ditatorial contra sindicatos e sindicalistas (A.1.5). Estes dados demonstraram certo incômodo perante as ações do governo opressor, considerando-se as novas relações políticas e trabalhistas que surgiram mediante influências do novo contexto internacional. Por fim, a partir do 3º período, em que se inicia a era do neoliberalismo e da globalização, houve uma redução gradual das leituras positivas do sindicalismo. Assim, a partir da eleição e posse do Presidente Lula, no 4º período, constatou-se que o sindicalismo foi visto positivamente em alguns casos apenas por promover melhores condições salariais e de vida para os trabalhadores (D.1.1).

A Tabela IV indica que alguns sentidos negativos estiveram presentes em todos os períodos históricos, como no caso dos constantes relatos das dificuldades ou crise do sindicalismo (A.1.7, B.1.5, C.1.4, D.1.3) e dos casos de corrupção, peleguismo e financiamento sindical (A.1.6, B.1.4, C.1.3, D.1.2). Vale ressaltar que foi a partir do 3º período que houve certa ampliação da disseminação de sentidos negativos do sindicalismo. Assim, esta ampliação de sentidos negativos diz respeito principalmente ao surgimento da nova conjectura política e econômica, ou seja, devido ao processo de abertura política e econômica, a adoção da política neoliberal, o retorno do regime democrático e a conquista da liberdade sindical com a promulgação da Constituição Federal de 1988. Desta forma, observou-se no 4º período o auge desta disseminação de sentidos negativos, que pode ser percebida a partir da disseminação de diversos casos que trataram da participação dos sindicatos em atos de corrupção, o financiamento ilegal de candidaturas, a submissão dos sindicatos ao governo, abandono da postura revolucionária,

abandono da defesa dos interesses dos trabalhadores, financiamento ilegal dos sindicatos e crise do sindicalismo.

O crescimento significativo das leituras negativas do 1º ao 4º períodos, em contraposição ao decréscimo das leituras positivas do sindicalismo, também foi observado a partir de uma análise do mapeamento dos sentidos positivos ou negativos atribuídos à atuação sindical (Tabela III). No 1º período, 7 categorias de análise (64%) apresentaram uma leitura positiva do sindicalismo, enquanto 4 categorias (36%) trataram o sindicalismo de forma negativa. No 2º período, houve certa manutenção dos sentidos: 5 categorias (62,5%) apresentaram leituras positivas do sindicalismo e 3 categorias (37,5%) apresentaram leituras negativas. Já no 3º período, o número de leituras positivas e negativas se igualaram (3 categorias com leituras positivas e 3 com leituras negativas), no entanto, em termos percentuais, houve redução das leituras positivas para 50% e crescimento das leituras negativas com relação ao 2º período. Por fim, o 4º período apresentou apenas 2 categorias (33%) com leituras positivas e um crescimento das leituras negativas para 4 categorias de análise (67%).

Assim, a partir da análise dos sentidos atribuídos ao sindicalismo de 1968 a 2013 pela Revista Veja, constatou-se a existência de 3 momentos históricos que foram limiares na maneira de pensar o sindicalismo: (1) a gênese do novo sindicalismo no final da década 1970; (2) o novo contexto político e econômico que surgiu principalmente a partir do retorno ao regime democrático e da intensificação do movimento neoliberal; (3) a eleição de Lula, um ex-sindicalista, para a Presidência do Brasil. Assim, durante o período da Ditadura Militar, constatou-se a disseminação de sentidos positivos sobre o sindicalismo, pois de certa forma a postura revolucionária e de esquerda dos sindicatos e sindicalistas da época estavam de acordo e em sintonia com o sonho do retorno ao regime democrático. Com o fim do regime opressor, os sindicatos deixaram de ter tal importância. Com o advento do movimento neoliberal e da era da globalização, houve certa transformação do contexto social e econômico. Assim, os sindicatos começaram a ser vistos como barreiras ao desenvolvimento econômico, devido às constantes lutas pelos direitos trabalhistas, como aumentos salariais e benefícios trabalhistas. Com a eleição de um ex-sindicalista à Presidência da República em 2003 e devido o histórico apoio dos sindicatos ao governo do Presidente Lula, observou-se certa

intensificação da disseminação de sentidos negativos sobre o sindicalismo, principalmente quanto a relatos de corrupção em sindicatos, formação de caixa dois, financiamento ilegal de candidaturas, apoio aos interesses do governo e abandono do papel revolucionário, angariação de cargos públicos e peleguismo.

Por fim, destaca-se que este conjunto de dados lança luz sobre os sentidos do sindicalismo disseminados pela Revista Veja. Por meio da TRS, foi possível analisar os valores, normas e sentidos do sindicalismo em consonância com os diferentes períodos históricos, o que demonstrou a pluralidade de sentidos e a dinamicidade das RS do sindicalismo.

A diversidade de elementos das RS e a multiplicidade de sentidos, que em certos casos demonstraram-se até mesmo contraditórios (ORDAZ; VALA, 1997), as características generalistas e de grande audiência (CASTRO, 2002) e a característica de comunicar para a massa (MOSCOVICI, 2012) indicaram que a organização discursiva da Revista Veja aproxima-se do sistema comunicativo denominado por Moscovici (2012) como difusão. No entanto, no sistema difusão não se pode pressupor recepção passiva, pois “[...] os grupos de referência exercem papel importante na interpretação das mensagens, durante a sua transmissão e recepção [...]” (CLÉMENCE; GREEN; COUVOISIER, 2014, p. 241). Destarte, a Revista Veja aproxima-se do sistema de difusão, porém, ela possui os seus valores, ideologias e visão política.

Além disso, Clémence, Green e Couvoisier (2014) ainda destacam a intenção dos meios de comunicação de massa em atrair a atenção do público com mensagens que os façam comprar um jornal ou revista. Assim, as informações são tratadas pelos meios de comunicação de massa de acordo com o que interessa o público alvo e numa linguagem adequada ao senso comum. Nesse contexto, o processo de ancoragem e os sistemas de comunicação encontram-se intimamente interligados, isto é, “[...] enquanto âncoras que orientam a constituição de representações, os sistemas de comunicação geram também diferentes modalidades de objectivação de uma ideia, de um conceito, de um fenômeno” (ORDAZ; VALA, 1997, p. 849).

Após a análise dos dados de 1968 a 2013, constatou-se a formação dos protótipos do sindicalista por meio da identificação de algumas características associadas aos sindicalistas. A formação de protótipos sintetiza os sentidos atribuídos à determinada categoria de sindicalistas (ORDAZ; VALA, 1997). Desta

forma, a construção prototípica ocorreu da seguinte maneira: (1) no período da Ditadura Militar, os sindicalistas foram caracterizados por algumas características como inexperientes, baderneiros, radicais, terroristas, desordeiros, agitadores sociais, articuladores de greves, negociadores, líderes, destemidos, combativos, defensores dos direitos trabalhistas e fontes de informações sobre diversos assuntos; (2) no período da 4ª República, os protótipos do sindicalista foram associados principalmente às seguintes características: radicais, baderneiros, criminosos, terroristas, guerrilheiros, pelegos, líderes, combativos, defensores dos direitos trabalhistas e fontes de informação sobre diversos assuntos; (3) no período da Globalização e Neoliberalismo, os protótipos do sindicalista resumiram-se nas seguintes características: pelegos, corporativistas, defensivistas, corruptos, angariadores de cargos públicos, negociadores, políticos, defensores dos direitos trabalhistas e fontes de informação sobre diversos assuntos; (4) na Era Lula e atualidade, os protótipos do sindicalista foram indicados pelos seguintes adjetivos: angariadores de cargos públicos, pelegos, apoiadores do governo, corruptos, corporativistas, defensivistas, políticos, críticos do governo, denunciadores de fraudes no governo, defensores dos direitos trabalhistas e fontes de informação sobre diversos assuntos. Por meio desta análise, pode-se constatar certa categorização social formada por exemplares de sindicalistas (ORDAZ; VALA, 1997).

Quanto a personificação do sindicalismo, que consiste na associação de um indivíduo a um fenômeno ou conceito (ORDAZ; VALA, 1997), os dados indicaram o seguinte: (1) durante o período da Ditadura Militar, foi observada a influência do líder sindical Luís Inácio da Silva, o “Lula”, no sindicalismo brasileiro. Em alguns trechos, Lula foi considerado como o principal articulador dos movimentos grevistas e da renovação do sindicalismo brasileiro, assim como se percebeu que a Veja preocupou-se em publicar detalhes da vida pessoal, profissional e sindical do Lula; (2) na 4ª República, verificou-se certa heterogeneidade de indivíduos participantes no movimento sindical brasileiro, como, por exemplo, Antônio Rogério Magri, Joaquim dos Santos Andrade e Lula; (3) já no período da globalização e neoliberalismo, não houve a construção da imagem de um ícone do sindicalismo na Veja. Porém, constatou-se em alguns trechos a decepção com o dirigente sindical Antônio Rogério Magri, principalmente pelo fato de ele ter aceitado o cargo de Ministro do Trabalho no governo de Fernando Collor de Mello; (4) na Era Lula e atualidade, a imagem de Lula foi associada tanto à Presidência do Brasil quanto ao

sindicalismo brasileiro, devido a sua condição de ex-líder sindical durante a ditadura. Assim, vale destacar alguns assuntos discutidos sobre o Presidente Lula durante este período: (a) o retorno à sua história de vida, relatando as dificuldades pessoais e conquistas durante o período em que era líder sindical; (b) o consumo de bebidas alcoólicas; (c) a sua provável posse de 2 revólveres; (d) a mudança de postura ao tornar-se Presidente do Brasil; (e) a utilização dos sindicatos para sustentação de seu governo; (f) a sua ligação com um terrorista colombiano.

A partir da análise da personificação do sindicalismo, verificou-se que a disseminação do novo sindicalismo e do sindicalismo na atualidade está associada principalmente à figura de Lula. Os dados indicaram que no primeiro período a figura de Lula foi caracterizada por uma imagem positiva já que ele foi considerado o principal responsável pela renovação do sindicalismo brasileiro. Já no último período, a figura de Lula foi apresentada com outras características, são elas: consumo de álcool, porte de armas e associação ao terrorismo colombiano. Todas, com uma conotação negativa. Essa variação observada pode ser o reflexo de diversos fatores, tais como a ideologia, os valores dominantes ou divergentes do contexto e da linha editorial da revista. Com isso, a presente análise da personificação confirma a colocação de Ordaz e Vala (1997) que “[...] a complexidade dos fenômenos em causa conduz à sua objectivação em personagens-heróis de uma ideia, de um partido ou de uma ideologia [...]” (ORDAZ; VALA, 1997, p. 852).

A objetivação torna um conceito em imagem e em algo concreto (MOSCOVICI, 2009). Assim, por meio do processo de objetivação constataram-se as diversas imagens e sentidos atribuídos ao sindicalismo brasileiro. Neste ínterim, optou-se por duas vertentes analíticas para a ampliação do estudo da objetivação: a análise dos protótipos de sindicalista e a análise dos personagens exemplares (ORDAZ; VALA, 1997). A análise da personificação indicou os personagens que dão rosto e sentido ao sindicalismo e a análise dos protótipos do sindicalista baseou-se nos traços e atributos conferidos aos sindicalistas (ORDAZ; VALA, 1997). Nesta pesquisa, foram considerados para análise os sindicalistas que ficaram conhecidos publicamente devido à sua liderança e ações perante os movimentos sindicais. Vale destacar que a análise do processo de objetivação do sindicalismo está intimamente relacionada ao contexto histórico, social e econômico de cada período estudado. Como afirma Jodelet (2005), a objetivação apoia-se em valores variáveis assentados

em sistemas de pensamento e ideológicos mais amplos e em contextos sociais específicos.

Não obstante, a objetivação também reduz, simplifica e ajusta um esquema conceitual ao torná-lo concreto, em que “[...] certas informações assumem um papel mais importante que outras, ou diferente daquele que tinha em sua estrutura original [...]” (TRINDADE; SOUZA; ALMEIDA, 2014, p. 145). O pensamento social, ao apropriar-se de um objeto, torna-o diferente do conceito original (MOSCOVICI, 2009). Desta forma, os dados indicaram, por exemplo, que o sindicalismo brasileiro foi fortemente associado à figura de Lula durante o 1º e 4º corpus. Todavia, a personificação do sindicalismo na figura de Lula não abarca toda a complexidade e multiplicidade de valores, normas e sentidos do sindicalismo nos respectivos períodos históricos. Isto também indica que as RS do sindicalismo foram transformadas em objetos manejáveis (SÁ, 1998) e, de certa forma, saíram do universo reificado para o consensual, onde se admite o amadorismo e a emissão de pontos de vista e opiniões (MOSCOVICI, 2009). De fato, Moscovici (2009) afirma que com a maior proliferação dos conhecimentos que antes eram considerados específicos do universo reificado principalmente através dos meios de comunicação, estes conhecimentos são transferidos, remodelados e reapresentados para o mundo consensual.

Enfim, considera-se que a análise das matérias noticiadas na Veja detectou uma pluralidade de sentidos sobre o sindicalismo, ou seja, o sentido do sindicalismo não é unívoco. Tal análise foi importante para a reflexão da mentalidade que herdamos e internalizamos sem muitos questionamentos, como afirma Flausino, “o discurso jornalístico [...] está inevitavelmente atrelado ao cotidiano e [...] à produção frenética de novidades consumíveis de acordo com a ideologia e o estágio das sociedades em que é realizado” (1999, p. 37). Entretanto, vale ressaltar que a análise dos fatos noticiados pela Veja de 1968 a 2013 não generaliza ou dimensiona as RS sobre o sindicalismo que circulam na mídia e na sociedade brasileira, porém, permitiu compreender alguns dos elementos que permeiam e constroem os sentidos sobre sindicalismo.

9- CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou compreender a disseminação de sentidos sobre o sindicalismo na Revista Veja, nos seguintes períodos históricos: Ditadura Militar (1968 a 1985); 4ª República ou redemocratização (1985 a 1990); Globalização e Neoliberalismo (1990 a 2002); Era Lula e atualidade (2003 a 2013). Para isso, utilizou-se a abordagem metodológica qualitativa e foi realizada uma pesquisa documental, cuja estratégia de coleta de dados foi a consulta a textos jornalísticos.

A análise foi guiada pela Teoria das Representações Sociais. A representação social é um “[...] conceito orientado para a descrição dos significados de que são investidos os objetos pertinentes para uma comunidade [...]” (ORDAZ; VALA, 1997. p. 848). Assim, este trabalho contribuiu para a análise dos sentidos do sindicalismo partilhados pela Veja, especificamente no campo de construção de saberes e produção de significados (ORDAZ; VALA, 1997). Por meio do arcabouço teórico da TRS, foi possível observar os diversos sentidos do sindicalismo construídos e divulgados pela revista Veja. Em outras palavras, foi possível apreender uma parte das representações sociais do sindicalismo que estão presentes na sociedade brasileira. Por meio dos processos de objetivação e ancoragem foi possível analisar a tradução do sindicalismo no senso comum (CLÉMENCE; GREEN; COUVOISIER, 2014). Isto é, foi possível acompanhar a dinâmica dos sentidos do sindicalismo ao sair de seu plano conceitual e passar por transformações de acordo com o perfil do público alvo, o contexto histórico, político e econômico do país e as afiliações política e ideológicas da linha editorial da Revista Veja.

O estudo apresenta algumas limitações, como o número desigual de edições pesquisadas em cada período histórico. Devido à delimitação histórica dos períodos estudados, os *corpora* foram construídos a partir quantidades diferentes de edições. Sob outros aspectos, este estudo não priorizou as características morfológicas dos artigos, ou seja, não indicou os autores que escreveram sobre o sindicalismo, se os artigos eram matérias de capa, as ilustrações, os títulos dos artigos, tipos de artigos na mesma página e as seções nas quais os artigos foram localizados. Todavia, considera-se que ambos os casos não interferiram na análise,

pois a quantidade e qualidade dos artigos levantados em cada corpus foram satisfatórias.

Vale ressaltar que os fatos noticiados pela Veja de 1968 a 2013 não generalizam ou dimensionam todas as RS sobre o sindicalismo que circulam na mídia e na sociedade brasileira, como afirma Flausino “[...] longe de se constituir em espelho do real, a notícia, resultado da linha de produção jornalística, acaba por informar de uma maneira específica” (1999, p. 41). Desta forma, afirma-se que as matérias selecionadas para este trabalho não foram tomados como retratos verdadeiros de uma realidade (OLIVA, 2008), ou seja, tem-se a consciência que as RS que circulam sobre o sindicalismo são muito mais heterogêneas e complexas do que se pôde examinar no presente estudo. Assim, fica como sugestão a realização de novos estudos com esta temática que abranjam outros meios de comunicação de massa.

Além disso, este estudo não teve como objetivo identificar o efeito e/ou impacto que as mensagens disseminadas pela Veja causam no leitor em diferentes segmentos da população. Não obstante, a questão “com que efeito?” (FRANCO, 2003) também fica como sugestão para a realização de novas pesquisas sobre mídia e o sindicalismo com o público leitor da Revista Veja.

Este trabalho mostrou-se relevante por articular as abordagens sindicalismo e trabalho com a TRS. Acredita-se que essa articulação contribuiu com os EOs na medida em que apresenta novas formas de compreender e analisar o processo de construção do pensamento social e individual. Chanlat (2011) relata as limitações da visão centrada no gerencialismo, que possui uma visão empobrecida da ação social, e que é intensamente adotada nos EOs. Com isso, o autor afirma a importância da retomada das dimensões do comportamento humano na análise organizacional, isto é, de análises que valorizem tanto a dinâmica social e as condutas humanas quanto as questões econômicas (CHANLAT, 2011).

A análise dos dados também proporcionou aprofundamento na história do sindicalismo e suas significações e sentidos. Sob a ótica da Revista Veja, constatou-se empiricamente a participação e influência mútua do movimento sindical na política e nos rumos econômicos do Brasil. A quantidade e relevância dos dados levantados neste trabalho demonstram a grande repercussão do sindicalismo na Veja, o que torna incontestável o importante lugar que o sindicalismo tem ocupado no debate político e social brasileiro.

REFERÊNCIAS

- ABRIC, J. C. A. Abordagem estrutural das representações sociais. In: MOREIRA, A. S. P.; OLIVEIRA, D. C. (Orgs.). **Estudos interdisciplinares de representação social**. 2. ed. Goiânia: Ab., 2000. p. 27-38.
- ACERVO digital VEJA. c2015. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx>>. Acesso em: 18 mai. 2015.
- ALEXANDRE, M. O papel da mídia na difusão das representações sociais. **Comum**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 17, p. 111-125, jul./dez. 2001.
- ALMEIDA, A. M. O. Abordagem societal das representações sociais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 24, n. 3, p. 713-737, set./dez. 2009.
- ALTHUSSER, L. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. 3. ed. Lisboa: Presença, 1980.
- ALVES, G. Do “novo sindicalismo” à “concertação social”: ascensão (e crise) do sindicalismo no Brasil (1978-1998). **Revista Sociologia Política**, Curitiba, v. 15, p. 111-124, nov. 2000.
- ANTUNES, R. L. C. A crise, o desemprego e alguns desafios atuais. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n.104, p. 632-636, out. 2010.
- _____. **Adeus ao trabalho?** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- _____. **O que é sindicalismo**. 17. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- _____. Uma breve radiografia das lutas sindicais no Brasil recente e alguns de seus principais desafios. In: INÁCIO, J. R. **Sindicalismo no Brasil: os primeiros 100 anos?** Belo Horizonte: Crisálida, 2007. p. 288-306.
- AZEVEDO, M. C.; TONELLI, M. J. Experiências de vínculos de trabalho não tradicionais entre trabalhadores qualificados. In: XXXIV EnANPAD, 2010, Rio de Janeiro. **Anais do XXXIV Enanpad**. Rio de Janeiro: ANPAD, 2010. p. 1-17.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 3. ed. Lisboa: Edições 70, 2007.
- BAUER, M.; GASKELL, G; ALLUM, N. Qualidade, quantidade e interesses do conhecimento - evitando confusões. In: _____; _____. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Rio de Janeiro: Vozes, 2002. p. 17-36.
- BENETTI, M. A ironia como estratégia discursiva da revista Veja. **Líbero**, v. 10, n. 20, dez. 2007.
- BOITO JR, A . A presença do sindicalismo na história política do Brasil. In: BOITO JR, A. **O sindicalismo na política brasileira**. Campinas, SP: UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2005. p. 265-291.

BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, E. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

BRASIL. Congresso Nacional. **Projeto de Lei 4330/2004**, que dispõe sobre o contrato de prestação de serviço a terceiros e as relações de trabalho dele decorrentes. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=DA74B7795A5F1CCF37E41DA1C1581809.proposicoesWeb1?codteor=246979&filename=PL+4330/2004>. Acesso em: 11 de jun. 2015.

BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista**: a degradação do trabalho no século XX. Rio de Janeiro: LTC, 1974.

BURRELL, G.; MORGAN, G. Two Dimensions: four paradigms. In: _____. **Sociological Paradigms and Organisational Analysis**: Elements of the Sociology of Corporate Life. Aldershot: Ashgate, 2005. p. 21-37.

CAMESELLE, J. M. S. **Psicologia Política**. Madrid: Editorial Síntesis, 1996.

CAMPOS, M. P. Imaginários da ordem e da desordem: os 25 anos do Movimento Sem Terra na perspectiva da Revista Veja. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 9, n. 107, p. 129-138, abr. 2010.

CARDOSO, A. M. O Sindicalismo no Brasil: breve excursão sobre mudanças e permanências. In: _____ (Org.). **Sindicalismo e relações trabalhistas**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2002. p. 11-34.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, P. Notas para uma leitura da teoria das representações sociais em S. Moscovici. **Análise Social**, Lisboa, v. 32, n. 164, p. 949-979, 2002.

CASTRO, C. A. P. **Sociologia aplicada à administração**. 2. ed. 4. reimpr. São Paulo: Atlas, 2007.

CAVEDON, N. R.; FERRAZ, D. L. Representações sociais e estratégias em pequenos negócios. **RAE Eletrônica**, São Paulo, v. 4, n.1, p. 1-16, 2005.

CHANLAT, J. F. O desafio social da gestão: a contribuição das ciências sociais. In: BENDASSOLLI, P. F.; SOBOLL, L. A. P. (Org.). **Clínicas do trabalho**: novas perspectivas para compreensão do trabalho na atualidade. São Paulo: Atlas S.A., 2011. p. 110-131.

CHAUI, M. **O que é ideologia**. 38. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. Introdução. In: LAFARGUE, P.; _____. **O direito à preguiça**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999. p. 9-56.

CIRCULAÇÃO revistas semanais 2013 x 2014 (Jan a Set). c2015. Disponível em: <<http://aner.org.br/dados-de-mercado/circulacao/>>. Acesso em: 18 mar. 2015.

CLEGG, S. T; HARDY, C. Introdução: Organização e Estudos Organizacionais. In: _____; _____; NORD, W. R. **Handbook de estudos organizacionais**. São Paulo: Atlas, 1999. v. 3, p. 27-57.

CLÉMENCE, A.; GREEN, E. G. T.; COURVOISIER, N. Comunicação e ancoragem: a difusão e a transformação das representações. In: _____; _____; _____ (Orgs.). **Teoria das Representações Sociais: 50 anos**. Brasília: Technopolitik, 2014. p. 237-257.

COLBARI, A. A análise de conteúdo e a pesquisa empírica qualitativa. In: SOUZA, E. M (Org.). **Metodologias e analíticas qualitativas em pesquisa organizacional: uma abordagem teórico-conceitual**. Vitória: EDUFES, 2014. p. 241-272.

CORREA, A. M. H. et al. Soldadinhos-de-chumbo e Bonecas: representações sociais do masculino e feminino em jornais de empresas. **RAC**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 191-211, abr./jun. 2007.

CORRÊA, M. L.; PIMENTA, S. M. Impactos da mobilização da subjetividade nos processos de formação profissional e sindical. **RAE Eletrônica**, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 1-23, jan./jun. 2006.

COSTA, N. do R.; LAMARCA, I. Os Governos FHC e Lula e a política para a força de trabalho civil do Governo Central Brasileiro. **Ciênc. Saúde Coletiva [online]**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 6, p. 1601-1611, 2013.

DUFOR, C.; HEGE, A. The legitimacy of collective actors and trade union renewal. **Transfer: European Review of Labour and Research**, v. 16, n. 3, p. 351-367, 2010.

DUVEEN, G. Introdução: o poder das ideias. In: MOSCOVICI, S. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. p. 7-28.

FARIA, J. H. de. A fase do colaboracionismo: a nova prática sindical. In: _____ (Org.). **Análise Crítica das teorias e práticas organizacionais**. São Paulo: Atlas, 2007. p. 205-240.

_____. **Economia Política do Poder: Uma Crítica da Teoria geral de Administração**. Curitiba: Juruá, 2004. 2 v.

_____. O sequestro da subjetividade. In: _____ (Org.). **Análise Crítica das teorias e práticas organizacionais**. São Paulo: Atlas, 2007. p. 45-68.

FARR, R. M. Representações sociais: a teoria e sua história. In: GUARESCHI, P. A.; JOVCHELOVITCH, S. (Orgs.) **Textos em representações sociais**. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995. p. 31-59.

FAYOL, H. **Administração industrial e geral**. São Paulo: Atlas, 1977.

FERRAZ, A. S. Novos rumos do sindicalismo no Brasil. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 29, n. 86, p.109-123, out. 2014.

FLAUSINO, M. C. A voz rouca das manchetes: como Veja mostrou os Sem-Terra em suas capas. In: COSTA, C. B. da; MACHADO, M. S. K. (Orgs.). **Imaginário e História**. São Paulo: Marco Zero, 1999. p. 37-48.

FLAYN, M.; UPCHURCH, M.; MULLER-CARMEN, M.; SCHRODER, H. Trade union responses to ageing workforces in the UK and Germany. **Human Relations**, v. 66, n. 1, p. 45-64, jan. 2013.

FLEURY, A.; FLEURY, M. T. L. **Aprendizagem e Inovação Organizacional**: as experiências do Japão, Coréia e Brasil. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

FORD, H. **Minha vida e minha obra**. 5. ed. São Paulo: Nacional, 1933.

FORTES, A.; FRENCH, J. A “Era Lula”, as eleições presidenciais de 2010 e os desafios do pós-neoliberalismo. **Tempo Social, Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 24, n.1, p. 201-228, jun. 2012.

FRANCO, M. L. P. B. **Análise de conteúdo**. Brasília: Editora Plano, 2003.

GORZ, A. **O imaterial**: conhecimento, valor e capital. São Paulo: Annablume, 2005.

GRAMSCI, A. **Maquiavel, a política e o estado moderno**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

GUARESCHI, P. A. Ética e ideologia. In: _____ (Org.). **Os construtores da informação**: meios de comunicação, ideologia e ética. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 47-68.

_____. Introdução: as razões desse livro. In: _____ (Org.). **Os construtores da informação**: meios de comunicação, ideologia e ética. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 27-34.

_____. O fenômeno da comunicação hoje. In: _____ (Org.). **Os construtores da informação**: meios de comunicação, ideologia e ética. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 37-45.

_____. Pressupostos epistemológicos e metodológicos. In: _____ (Org.). **Os construtores da informação**: meios de comunicação, ideologia e ética. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 79-92.

_____. Representações Sociais. In: _____ (Org.). **Os construtores da informação**: meios de comunicação, ideologia e ética. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 69-78.

_____. Os processadores da informação: a influência dos comentaristas sobre a formação da opinião pública. In: _____ (Org.). **Os construtores da informação**: meios de comunicação, ideologia e ética. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 95-172.

_____; MAYA, P. V.; PASSAMANI, H. “Essa gentinha infeliz”: a representação social dos sem terra segundo Mendelski. In: _____ (Org.). **Os construtores da informação**: meios de comunicação, ideologia e ética. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 199-231.

GUIMARÃES, J.; AMORIM, A. P. **A corrupção da opinião pública**: uma defesa republicana da liberdade de expressão. São Paulo: Boitempo, 2013.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HERZ, D. Prefácio. In: GUARESCHI, P. A (Org.). **Os construtores da informação**: meios de comunicação, ideologia e ética. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 11-25.

IANONI, M. Políticas Públicas e Estado: o Plano Real. **Lua Nova [online]**, São Paulo, n.78, p. 143-183, 2009.

IBGE. **Indicadores IBGE**: pesquisa mensal de emprego. Rio de Janeiro, 2015.

Disponível em:

<ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Mensal_de_Emprego/fasciculo_indicadores_ibge/2015/pme_201504pubCompleta.pdf>. Acesso em: 11 de jun. 2015.

ICHIKAWA, E. Y.; SILVA, R. A. da. Ciência, Tecnologia e Sociedade: a mídia e as representações sociais do Programa Arenito Nova Fronteira. In: II Encontro de Administração Pública e Governança, 2006, São Paulo. **Anais do II EnAPG**. Rio de Janeiro: ANPAD, 2006. p. 1-16.

INÁCIO, J. R. Apresentação do Organizador. In: _____ (Org.). **Sindicalismo no Brasil**: os primeiros 100 anos? Belo Horizonte: Crisálida, 2007. p. 11-18.

JODELET, D. Experiência e representações sociais. In: MENIN, S. S; SHIMIZU, A. M. (Orgs). **Experiência e representação social**: questões teóricas e metodológicas. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005. p. 23-56.

_____. Representações sociais: um domínio em expansão. In: _____ (Org.). **As representações sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. p. 17-44.

JOVCHELOVITCH, S. A cobertura da vida pública: representações sociais da esfera pública na imprensa. In: _____. **Representações sociais e esfera pública**: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 89-110.

_____. Vivendo a vida com os outros: intersubjetividade, espaço público e representações sociais. . In: GUARESCHI, P. A.; _____ (Orgs.) **Textos em representações sociais**. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995. p. 63-85.

KLANOVICZ, L. R. F. No olho do furacão: revista Veja, censura e ditadura militar (1968-1985). **Literatura em Debate**, v. 4, n. 6, p. 34-50, 2010.

KUMAR, K. **Da sociedade pós-industrial à pós-moderna**: novas teorias sobre o mundo contemporâneo. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1997.

LAFARGUE, P. O direito à preguiça. In: _____ ; CHAUI, M. **O direito à preguiça**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999. p. 57-119.

LARA, J. ; BARRETO, R; MAYUMI, M.; PINHEIRO, D. C. O Que Eu Vou Ser Quando Crescer? As Representações Sociais e o Imaginário dos Alunos Ingressantes no

Curso de Administração da Universidade Federal de Minas Gerais. In: II Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade/ Enepq, 2009, Curitiba. **Anais do II Enepq**. Rio de Janeiro: ANPAD, 2009. p. 1-16.

LOBOS, J. A. **Sindicalismo e negociação**. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1988.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

MACEDO, D.C.F. **Representações sociais de conjugalidade e de fibromialgia**: desdobramentos na dinâmica conjugal do “provedor” e da “rainha” do lar. Dissertação de Mestrado. Vitória, Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2014.

MARQUES, R. M.; RÉGO, J. M. (Org.). **Economia brasileira**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

MARTINS, P. de O. **As expectativas do ter e o fracasso do ser**: representações sociais de adolescência e suicídio entre adolescentes. Dissertação (Mestrado)-Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2002.

_____. **Vivendo casamentos, separações e recasamentos**: um estudo sobre o campo representacional da conjugalidade. Tese (Doutorado)-Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2009.

MENANDRO, M. C. S.; TRINDADE, Z. A.; ALMEIDA, A. M. O. **Gente jovem reunida**: representações sociais da adolescência/juventude em textos jornalísticos. Vitória, ES: GM, 2010.

_____; _____. Representações sociais da adolescência/juventude a partir de textos jornalísticos (1968-1974 e 1996-2002). **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 55, n.1/2, p. 45-60, 2005.

MIRA, M. C. **O leitor e a banca de revistas**: o caso da Editora Abril. 1997. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado)-Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

MOSCOVICI, S. **A psicanálise, sua imagem e seu público**. Petrópolis: Vozes, 2012.

_____. Prefácio. In: GUARESCHI, P. A.; JOVCHELOVITCH, S. (Orgs.) **Textos em representações sociais**. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995. p. 7-16.

_____. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

NAÍM, M. O Consenso de Washington ou a confusão de Washington. **Revista Brasileira de Comércio Exterior**, Rio de Janeiro, n. 64, p. 1-11, jul/set. 2000. Disponível em: <

<http://www.empreende.org.br/pdf/Estado/O%20consenso%20de%20washington.pdf>
> Acesso em: 31 mai. 2015.

OIT. **Tendências mundiais de emprego 2013**: dados regionais. 2013. Disponível em: <
http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/gender/doc/tendencias2013regional_974.pdf>. Acesso em: 11 de jun. 2015.

OLIVEIRA, F. S. Terceirização e flexibilização das normas trabalhistas. **Revista Prolegómenos. Derechos y Valores de la Facultad de Derecho**, Bogotá, Colombia, v. 16, n. 31, p. 189-201, 2013.

OLIVEIRA, U. C. R. de; JUNQUILHO, G. S.; BINDA, J.; MOREIRA, M. Representações sociais de uma ferrovia: um estudo de caso sobre os maquinistas da Estrada de Ferro Vitória Minas - EFVM. In: XXXII ENANPAD, 2008, Rio de Janeiro. **Anais do XXXII ENANPAD**. Rio de Janeiro: ANPAD, 2008, p. 1-16.

ORDAZ, O.; VALA, J. Objectivação e ancoragem das representações sociais do suicídio na imprensa escrita. **Análise Social**, Lisboa, v. 32, n. 143-144, p. 847-874, 1997.

QUEIROZ, A. A. Movimento Sindical: Passado, Presente e Futuro. In: INÁCIO, J. R. **Sindicalismo no Brasil**: os primeiros 100 anos? Belo Horizonte: Crisálida, 2007. p. 19-44.

RAUTENBERG, E. A construtora Mendes Júnior na revista Veja: imprensa, empreiteiras e ditadura civil-militar brasileira. **Espaço Plural**, v. 13, n. 27, p. 158-177, 2012.

REED, M. Teorização organizacional: um campo historicamente contestado. In: CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W. R. **Handbook de estudos organizacionais**. São Paulo: Atlas, 1999. v. 3, p. 61-98.

ROBERTO Civita, um legado em defesa da liberdade de expressão e da educação. ¹ Disponível em: <<http://grupoabril.com.br/pt/quem-somos/roberto-civita>>. Acesso em: 18 mar. 2015.

SÁ, C. P. de. **A construção do objeto de pesquisa em representações sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

SANTANA, M. A. O sindicalismo brasileiro nos anos 1980/2000: do ressurgimento à reorientação. In: CARDOSO, A. M. (Org.). **Sindicalismo e relações trabalhistas**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2002. p. 35-49.

SANTOS, A. de O. A nova crise do sindicalismo internacional. In: ANTUNES, R. (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006. p. 447-460.

SANTOS, I; SILVA, R. J. O discurso da Revista Veja e a construção da imagem do PT. **Recorte (UninCor)**, v. 9, n. 1, p. 1-16, 2012.

SÁ-SILVA, J.; ALMEIDA, C. D.; GUIDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Rev. Bras. de História & Ciências Sociais**, v. 1, n. 1, p. 1-15, 2009.

SCHRODER, C. Apresentação. In: GUARESCHI, P. A (Org.). **Os construtores da informação**: meios de comunicação, ideologia e ética. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 9-10.

SILVA, L. R. C. et al. Pesquisa documental: alternativa investigativa na formação docente. In: IX Congresso Nacional de Educação–EDUCERE–III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia, 2009, Paraná. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/3124_1712.pdf > Acesso em: 19 mai. 2015.

SIMONSEN, M. H. Salários, dualismo e desemprego estrutural. **Revista Brasileira de Economia**, v. 17, n. 4, p. 27-75, 1963.

SINGER, P. O processo econômico. In: REIS, D. A. (Org.). **Modernização, ditadura e democracia 1964-2010**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014. v. 5, p. 183-231.

SOARES, J. de L. As centrais sindicais e o fenômeno do transformismo no governo Lula. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília/DF, v. 28, n. 3, p. 541-564, set./dez. 2013.

_____. **Ensaio de sociologia do trabalho**: reestruturação produtiva, sindicalismo e mudanças no mundo do trabalho no Século XXI. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2011.

SPINK, M. J. P. Representações sociais: questionando o estado da arte. **Psicologia e Sociedade**, v. 8, n. 2, p. 166-186, jul./dez. 1996.

TAYLOR, F. W. **Princípios de administração científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 1990.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

TRAGTENBERG, M. **Burocracia e ideologia**. São Paulo: Ática, 1974.

TRINDADE, Z. A.; SANTOS, M. F. S.; ALMEIDA, A. M. O. Ancoragem: notas sobre consensos e dissensos. In: _____; _____; _____ (Orgs.). **Teoria das Representações Sociais**: 50 anos. Brasília: Technopolitik, 2014. p. 133-162.

UFES. Biblioteca Central. **Normalização de Referências**: NBR 6023: 2002. Vitória: A Biblioteca, 2006a.

_____. Biblioteca Central. **Normalização e apresentação de trabalhos científicos e acadêmicos**. Vitória: A Biblioteca, 2006b.

VALA, J. As representações sociais no quadro dos paradigmas e metáforas da psicologia social. **Análise Social**, Lisboa, v. 28, n. 123-124, p. 887-919, 1993.

VEJA. c2015. Disponível em:

<<http://www.publiabril.com.br/marcas/veja/revista/informacoes-gerais>>. Acesso em: 18 mar. 2015.

APÊNDICE A – RELAÇÃO DE EDIÇÕES PESQUISADAS NO ACERVO DIGITAL DA REVISTA VEJA

CORPUS 01 - DITADURA MILITAR - 11/09/1968 a 14/03/1985

EDIÇÃO	DATA	OBSERVAÇÃO
1	11/09/1968	
17	01/01/1969	
35	07/05/1969	
52	03/09/1969	
70	07/01/1970	
87	06/05/1970	
104	02/09/1970	
122	06/01/1971	
139	05/05/1971	
156	01/09/1971	
174	05/01/1972	
191	03/05/1972	
209	06/09/1972	
226	03/01/1973	
243	02/05/1973	NOE
244	09/05/1973	
261	05/09/1973	NOE
262	12/09/1973	
278	02/01/1974	
295	01/05/1974	
313	04/09/1974	
330	01/01/1975	PD
331	08/01/1975	
348	07/05/1975	
365	03/09/1975	
383	07/01/1976	
400	05/05/1976	
417	01/09/1976	
435	05/01/1977	
452	04/05/1977	
470	07/09/1977	
487	04/01/1978	

504	03/05/1978	
507	24/05/1978	EXTRA
522	06/09/1978	
539	03/01/1979	
551	28/03/1979	EXTRA
556	02/05/1979	
574	05/09/1979	
590	26/12/1979	EXTRA
591	02/01/1980	
609	07/05/1980	
626	03/09/1980	
644	07/01/1981	NOE
645	14/01/1981	
661	06/05/1981	
678	02/09/1981	NOE
679	09/09/1981	
696	06/01/1982	
713	05/05/1982	
730	01/09/1982	
748	05/01/1983	
765	04/05/1983	
777	27/07/1983	EXTRA
783	07/09/1983	
800	04/01/1984	
817	02/05/1984	
835	05/09/1984	
852	02/01/1985	

LEGENDA

NOE (NENHUMA OCORRÊNCIA ENCONTRADA): significa que não foram encontradas os termos chaves sindicalismo, sindicato(s) e sindical(is) na referida edição.

EXTRA: são as edições extraordinárias. Foram selecionadas por possuírem fatos históricos relevantes.

PD (PROBLEMAS NA DIGITALIZAÇÃO): são os casos em que a edição não efetua a pesquisa dos termos chaves.

CORPUS 02 – 4ª REPÚBLICA – 15/03/1985 a 14/03/1990

EDIÇÃO	DATA	OBSERVAÇÃO
865	03/04/1985	EXTRA
869	01/05/1985	
887	04/09/1985	NOE
888	11/09/1985	
904	01/01/1986	
922	07/05/1986	
939	03/09/1986	
957	07/01/1987	PD
958	14/01/1987	
974	06/05/1987	
993	16/09/1987	
1009	06/01/1988	
1026	04/05/1988	
1044	07/09/1988	
1061	04/01/1989	
1074	05/04/1989	EXTRA
1078	10/05/1989	
1095	06/09/1989	
1097	20/09/1989	EXTRA
1112	10/01/1990	
1121	14/03/1990	EXTRA

LEGENDA

NOE (NENHUMA OCORRÊNCIA ENCONTRADA): significa que não foram encontradas os termos chaves sindicalismo, sindicato(s) e sindical(is) na referida edição.

EXTRA: são as edições extraordinárias. Foram selecionadas por possuírem fatos históricos relevantes.

PD (PROBLEMAS NA DIGITALIZAÇÃO): são os casos em que a edição não efetua a pesquisa dos termos chaves.

CORPUS 03 – GLOBALIZAÇÃO E NEOLIBERALISMO - 15/03/1990 a 31/12/2002

EDIÇÃO	DATA	OBSERVAÇÃO
1128	02/05/1990	
1146	05/09/1990	
1163	02/01/1991	
1180	01/05/1991	
1198	04/09/1991	
1215	01/01/1992	NOE
1216	08/01/1992	
1233	06/05/1992	
1250	02/09/1992	
1269	06/01/1993	
1286	06/05/1993	NOE
1287	11/05/1993	
1303	01/09/1993	
1321	05/01/1994	NOE
1322	12/01/1994	
1338	04/05/1994	
1356	07/09/1994	
1362	19/10/1994	EXTRA
1373	04/01/1995	NOE
1374	11/01/1995	
1390	03/05/1995	
1408	06/09/1995	
1425	03/01/1996	
1442	01/05/1996	
1460	04/09/1996	
1477	08/01/1997	
1494	07/05/1997	
1511	03/09/1997	
1528	07/01/1998	
1545	06/05/1998	
1562	02/09/1998	
1579	06/01/1999	PD
1580	13/01/1999	
1596	05/05/1999	
1613	01/09/1999	

1630	05/01/2000	
1647	03/05/2000	
1665	06/09/2000	PD
1666	13/09/2000	
1682	10/01/2001	NOE
1683	17/01/2001	
1698	02/05/2001	PD
1699	09/05/2001	PD
1700	16/05/2001	PD
1701	23/05/2001	NOE
1702	30/05/2001	
1716	05/09/2001	NOE
1717	12/09/2001	
1733	09/01/2002	
1749	01/05/2002	
1767	04/09/2002	
1773	16/10/2002	EXTRA

LEGENDA

NOE (NENHUMA OCORRÊNCIA ENCONTRADA): significa que não foram encontradas os termos chaves sindicalismo, sindicato(s) e sindical(is) na referida edição.

EXTRA: são as edições extraordinárias. Foram selecionadas por possuírem fatos históricos relevantes.

PD (PROBLEMAS NA DIGITALIZAÇÃO): são os casos em que a edição não efetua a pesquisa dos termos chaves.

CORPUS 04 – ERA LULA E ATUALIDADE – 01/01/2003 a 2013

EDIÇÃO	DATA	OBSERVAÇÃO
1784	08/01/2003	
1801	07/05/2003	PD
1802	14/05/2003	PD
1803	21/05/2003	PD
1804	28/05/2003	PD
1805	04/06/2003	PD
1806	11/06/2003	
1818	03/09/2003	NOE
1819	10/09/2003	
1835	07/01/2004	
1854	19/05/2004	
1869	01/09/2004	
1886	05/01/2005	
1903	04/05/2005	NOE
1904	11/05/2005	
1921	07/09/2005	
1923	21/09/2005	EXTRA
1938	11/01/2006	PD
1939	18/01/2006	PD
1940	25/01/2006	PD
1941	01/02/2006	PD
1942	08/02/2006	PD
1943	15/02/2006	PD
1944	22/02/2006	PD
1945	01/03/2006	PD
1946	08/03/2006	PD
1947	15/03/2006	PD
1948	22/03/2006	PD
1949	29/03/2006	PD
1950	05/04/2006	PD
1951	12/04/2006	PD
1952	19/04/2006	PD
1953	26/04/2006	PD
1954	03/05/2006	PD
1955	10/05/2006	PD

1956	17/05/2006	PD
1957	24/05/2006	PD
1958	31/05/2006	PD
1959	07/06/2006	PD
1960	14/06/2006	PD
1961	21/06/2006	PD
1962	28/06/2006	PD
1963	05/07/2006	PD
1964	12/07/2006	PD
1965	19/07/2006	
1966	26/07/2006	
1972	06/09/2006	
1990	10/01/2007	
2006	02/05/2007	
2007	09/05/2007	EXTRA
2008	16/05/2007	EXTRA
2024	05/09/2007	NOE
2025	14/09/2007	
2042	09/01/2008	NOE
2043	16/01/2008	
2059	07/05/2008	
2076	03/09/2008	NOE
2077	10/09/2008	PD
2078	17/09/2008	
2094	07/01/2009	NOE
2095	14/01/2009	NOE
2096	21/01/2009	
2111	06/05/2009	NOE
2112	13/05/2009	
2128	02/09/2009	
2146	06/01/2010	NOE
2147	13/01/2010	NOE
2148	20/01/2010	NOE
2149	27/01/2010	NOE
2150	03/02/2010	NOE
2151	10/02/2010	
2163	05/05/2010	NOE
2164	12/05/2010	
2180	01/09/2010	

2198	05/01/2011	NOE
2199	12/01/2011	NOE
2200	19/01/2011	
2215	04/05/2011	NOE
2216	11/05/2011	NOE
2217	18/05/2011	
2233	07/09/2011	
2250	04/01/2012	NOE
2251	11/01/2012	NOE
2252	18/01/2012	NOE
2253	25/01/2012	NOE
2254	01/02/2012	
2267	02/05/2012	NOE
2268	09/05/2012	
2285	05/09/2012	NOE
2286	12/09/2012	
2302	02/01/2013	NOE
2303	09/01/2013	
2319	01/05/2013	

LEGENDA

NOE (NENHUMA OCORRÊNCIA ENCONTRADA): significa que não foram encontradas os termos chaves sindicalismo, sindicato(s) e sindical(is) na referida edição.

EXTRA: são as edições extraordinárias. Foram selecionadas por possuírem fatos históricos relevantes.

PD (PROBLEMAS NA DIGITALIZAÇÃO): são os casos em que a edição não efetua a pesquisa dos termos chaves.
